

QUANDO A RUA VIRA CASA

A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro

" Caminhos não há
os pés na grama os inventarão "
(F. Geller)

esta era a epígrafe original,
que entendo melhor agora a
cada dia que passo

Juno
Rio 20/X/83

Trabalho realizado pelo Centro de Pesquisas Urbanas do IBAM, sob o patrocínio da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Equipe de Pesquisa

Arno Vogel	antropólogo Coordenador Técnico
Marco Antônio da Silva Mello	antropólogo
Orlando Mollica	arquiteto
Magali Alonso de Lima	educadora
Zilda Clarice Martins Nunes	socióloga
Paulo Pavel	arquiteto

Centro de Pesquisas Urbanas do IBAM

Carlos Nelson F. dos Santos	arquiteto Chefe do CPU
François E.J. de Bremaeker	economista e geógrafo Coordenador-Administrativo do CPU

O trabalho escrito é complementado por um filme homônimo, cujo roteiro é de autoria de Carlos Nelson F. Santos e Arno Vogel e que foi dirigido por Maria Tereza Porciúncula de Moraes.

Índice

Apresentação	7
Introdução	11
Primeiros Contatos	21
A Rua Emília Guimarães	41
Os Trabalhos e os Dias	65
O Caso de Controle: A “Selva de Pedra”	111
Conclusão: Rua ou “Selva de Pedra”?	127
Abstract	143
Resumen	145
Resumé	147
Sumário	149
Bibliografia	151

O presente trabalho inaugura uma série que o Centro de Pesquisas Urbanas do IBAM tem o maior empenho em levar adiante. Através da abordagem de um microcosmo dentro do vasto universo metropolitano carioca, chegam a ser questionados grandes postulados da teoria urbanística tidos como “científicos”. Tudo na escala conveniente, a do bairro, a da rua, a do quarteirão, a da casa, a de gente de verdade, praticando, a nível material e simbólico, as suas possibilidades efetivas de vida quotidiana. Atos de todos os dias, que, vistos com o devido distanciamento crítico e metodológico, põem em cheque idealizações utópicas sobre o espaço e as formações sociais que comporta.

Aqui se apresenta um exercício cuja simplicidade formal, cujo ar de estar dizendo afinal o que “todo o mundo já sabe” só poderá surpreender a quem preferir o refúgio seguro das especulações intelectuais auto-alimentadoras. Faz parte das mais sérias tradições científico-acadêmicas o dar a oportunidade à realidade de dizer sim ou não ao que se pensa sobre ela. Esta fala da realidade é o que se procurou captar através de entrevistas, de observações participantes e de registro visual dos usos vernaculares e excepcionais dados a um espaço significativo para o conjunto de moradores de um bairro do Rio de Janeiro

Quando se pensa que no Brasil são gastos recursos enormes na realização de planos e de projetos urbanísticos sem que ninguém se preocupe em verificar a eficácia de seus postulados quando levados à prática, pode-se entender porque estamos tão interessados em pesquisas como esta. É preciso saber quais os verdadeiros efeitos de determinadas ações sobre o meio urbano. Cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se comportam de acordo com as fantasias de quem as trata desta forma. São concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem, tendo de comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar e em muitos níveis.

Em geral os resultados reais da atividade do cientista, do planejador, do administrador, do técnico, do político sobre as cidades começam quando toda esta gente sai de cena. Quando os seus projetos deixam de ser mapas, memoriais, orçamentos, leis, decretos ou planos financeiros e se transformam em uma linguagem física decodificável no dia-a-dia. Infelizmente, é neste momento crítico de início e de estréia que os trabalhos urbanísticos são dados por terminados. Na verdade estão é começando, passando das abstrações estáticas às práticas sociais contaminadoras e cambiantes que caracterizam o que é urbano. Verificar os seus resultados é essencial à própria manutenção da idéia do urbanismo como área especial do saber que merece os foros de disciplina acadêmica e de domínio profissional erudito.

Está na ordem do dia o debate sobre o uso do espaço nas grandes cidades brasileiras. Em última instância trata-se de saber de *quem* é o espaço, o *quê* se pode fazer com ele e *quando* é mais conveniente fazê-lo. Quais os limites de ação governamental ao

evocar razões extra-locais para realizar ações que, querendo-se ou não, têm de acontecer em um lugar determinado e afetam aos que moram ali? Quando se pensa nos poderes privilegiados do capital, como separar as análises estruturais dos objetivos raramente coerentes das diversas unidades e facções do capital? E quem são usuários e moradores e como saber o que desejam? A resposta a tais perguntas que, de fato, se referem a um caleidoscópico não mais acabar de acertos e conflitos quotidianos, só pode ser buscada na síntese que é o urbano enquanto experiência processual, enquanto existência significante e significativa em si mesma.

Dentre os temas que estão “na moda” urbanística e que merecem especial atenção do governo, interessam aos técnicos e até já atingem bastante o público mais amplo, está o do lazer nas cidades. Fala-se da necessidade do lazer da vida moderna, nos seus efeitos aliviadores da tensão e reabastecedores da energia consumida pelas dificuldades em viver e em trabalhar em ambientes cada dia mais densos e congestionados. Todos os dias, os jornais abrem espaços razoáveis para a defesa das áreas verdes que coexistem paradoxalmente nas mesmas páginas com anúncios de empreendimentos imobiliários que tentam vender os restos de uma natureza que contribuem para destruir. Há movimentos de protesto e passeatas reclamando maior respeito pelo meio ambiente, o que aparece quase sempre relacionado à oferta de maiores possibilidades de lazer ativo ou contemplativo. Registra-se o tratamento injusto dado à maioria das populações urbanas, pobres que não merecem atenções maiores, sendo quase todos os investimentos públicos relativos ao lazer concentrados nas seções mais ricas e valorizadas das cidades. E os órgãos municipais e estaduais gastam muito dinheiro, planejando e executando obras de Sísifo que tentam diminuir o assustador *déficit* de áreas livres destinadas à recreação nas metrópoles brasileiras, em estado de absoluta indigência quando comparadas com os padrões urbanísticos internacionais julgados saudáveis e normais.

O que é ruim nesta história toda é o excesso de discursos desvinculados das ações urbanísticas. É urgente procurar saber duas coisas: 1 — como está acontecendo o lazer em áreas tidas como despreparadas e como o espaço está sendo apropriado para se fazer o que; 2 — o que se passa com os locais especialmente desenhados para abrigar atividades imaginadas como convenientes para a recreação de um determinado grupo de moradores. Como se vê, uma tentativa de questionar a fundo conceitos e representações em suas versões eruditas e do senso comum, a partir da análise do que aparece, à primeira vista, como simples e óbvio.

A pesquisa foi feita sobre um caso especial, sendo tomado como contraponto de controle outro também bastante heterodoxo no Rio de Janeiro. As escolhas de extremos foram propositadas, na pressuposição de que revelariam, através de contrastes absolutos, tanto internos como comparativos, o que se desejava saber. A base de estudo foi o bairro do Catumbi, eleito há mais de quinze anos pelo governo com o assessoramento de importantes técnicos em urbanismo, nacionais e internacionais¹, para sofrer um processo radical de renovação urbana. Pode-se depreender, desta escolha, portanto, que o bairro foi julgado como não servindo mais, como sendo obsoleto. Tudo o que existia dentro dele, incluindo ruas, casas, equipamentos urbanísticos, pessoas e suas atividades deveria desaparecer para dar lugar a estruturas e modos de vida mais modernos, e, naturalmente, a novos moradores que tivessem o “status” adequado para

1. Já no Plano Doxiadis era recomendada a renovação urbana da área da Cidade Nova, contígua à ACN do Rio de Janeiro e englobando o Catumbi.

consumi-las e praticá-los. Em suma, o Catumbi como modelo urbano era visto como superado, carregado de negatividades e indesejado. O juízo foi confirmado por vários governos estaduais e municipais sucessivos que persistiram na tarefa de destruição do bairro que durou até 1979.²

Observar as formas de lazer no Catumbi e como as pessoas que ainda estão lá usam o seu espaço para recrear-se, equivaleria, no fundo e na forma, a testar a validade de algumas das teorias urbanísticas que votaram pela falta de valores daquele espaço e, por conseqüência, pela sua destruição. Em compensação, se as novas propostas urbanísticas feitas para “revitalizar” o Catumbi já estivessem aplicadas e em vigor em outro local, permitiriam comprovar a sua excelência e as suas qualidades superiores em relação a um espaço acusado tecnicamente de deteriorado. Este outro local existia: era um desenvolvimento urbanístico fortemente planejado pelo governo e executado pelo capital privado contratado por cooperativas de usuários, de acordo com os padrões do BNH. Tratava-se do conjunto conhecido como Selva de Pedra, limítrofe aos bairros do Leblon e da Lagoa. A Selva de Pedra também foi imaginada mais ou menos na mesma época que o Catumbi. Também foi construída sobre uma área antes ocupada por outras pessoas, exercendo outras atividades em um tipo completamente diferente de *habitat*. Só que, neste caso, o que havia eram favelas e favelados que, removidos no final da década de sessenta, abriram espaço para uma imponente massa de torres desenhadas em torno de um vazio central, projetado para o lazer dos futuros moradores, membros típicos da classe média carioca.

O relatório que se segue, vai contar as histórias e estórias destes dois mundos. Usando técnicas e instrumentos de análise crítica vai se ocupar em registrar como os moradores, cidadãos normais e conscientes, vêem e usam o que, no primeiro caso, foi condenado por governos e técnicos como anacrônico, ineficiente e disfuncional e, no segundo, foi justificado como lógico, desejável e modelar. Vai dar a chance ao outro lado de revelar as suas razões e as suas ordens. Naturalmente, o objetivo é ultrapassar os reduzidos limites do que são o Catumbi e a Selva de Pedra, e mesmo a questão do lazer e questionar o que é o saber urbanístico no país e para que está servindo, através dos seus próprios resultados objetivos. Afinal, não pode haver outros; o urbanismo só existe enquanto seja um fazer que forneça os elementos corretivos para novas ações através da crítica dos acertos e erros das anteriores.

Sendo coerente com a idéia de que as cidades são de fato da conta e da responsabilidade de todos os que nela habitam e que, portanto, merecem conhecê-las e debatê-las sempre que possível, o presente trabalho é complementado por um filme. Supõe-se que este meio de fácil circulação e poder de comunicação contribua para romper a viciosidade das pesquisas inatingíveis para a maioria interessada e levante questões para uma discussão e uma tomada de consciência que, cada dia, parecem mais imprescindíveis às próprias possibilidades de sobrevivência dos valores positivos nas formas de vida urbana.

2. Em 1979 iniciaram-se gestões efetivas do setor público para mudar os planos originais que destruiriam todo o bairro. Cerca de 1/3 da área original que ainda resistia à demolição conseguiu ser salva. Em 1980 a Prefeitura do Rio de Janeiro baixou decreto transformando o Catumbi em Área de Preservação Ambiental, figura constante do Plano Urbanístico Básico da cidade.



São óbvias, mesmo para a percepção não especializada, as transformações físicas, extensas e profundas nos centros de bairro do Rio de Janeiro. O presente estudo quer aprofundar o conhecimento sobre as formas de apropriação destes espaços de uso coletivo. Partimos do pressuposto que fazê-lo, corresponde a entender melhor os processos de desenvolvimento da cidade. Mais ainda: acreditamos que a análise das situações locais permita extrapolações de grande alcance, já que as relações entre áreas cênicas e os espaços urbanos dependentes se constituem em problema crucial para o planejamento das grandes cidades do país.

Todos, de técnicos a políticos, passando pelos cidadãos comuns, concordam quanto à importância do tema. Registra-se, no entanto, uma grande falta de trabalhos de caráter mais reflexivo, que ultrapassem as intenções tautológicas ou a simples exposição de planos e de seus resultados. Têm sido feitos regulares investimentos em centros de bairro, acreditando corretamente em seu potencial simbólico e multiplicador. Um dos



Rua D. Pedro Mascarenhas (lado par)

setores que maior atenção tem merecido é o do lazer. Nas metrópoles brasileiras cada vez mais se discute o assunto e aumentam as reivindicações que acabam por sensibilizar os órgãos públicos. Arquitetos, urbanistas, cientistas sociais e outros profissionais atuantes nos campos da teoria e da prática estão precisando de material que lhes ajude a rever e a criticar o que executam ou o que propõem.

Nossa pesquisa tenciona mais do que o preenchimento de uma lacuna. Quer inaugurar um território de perspectivas promissoras, tanto epistemológicas, quanto no que se refere a contribuições concretas para o arranjo do espaço. Consideramos que a morfologia social, tal como a definem Mauss & Beuchat (1974) e Halbwachs (1946), é uma realidade complexa e ainda bastante desconhecida quando se trata de bairros cariocas. Sem medo de errar, poderíamos dizer o mesmo para qualquer outro centro urbano importante no Brasil. Gostaríamos de lançar alguma luz sobre o assunto, polemizá-lo e, se possível, despertar interesses e abrir questões. Na tentativa de fazê-lo, iremos pôr em dúvida uma série de “conceitos” e “princípios” que, talvez por comodidade ou preguiça intelectual, foram deixados sem discutir por mais tempo que o desejável, dada a sua natureza temática. O saber que permite arriscar previsões para as cidades merece ser revisto a prazos curtos, já que suas conseqüências se fazem sentir sobre números consideráveis de pessoas e correspondem a investimentos de recursos financeiros, sempre escassos em relação às demandas coletivas. Pode-se perceber, portanto, que o esforço que pretendemos interessa a outras áreas além da estritamente urbanística. Tem alcance sociológico, econômico e afeta a tomada de decisões políticas.

A tradição brasileira é atacar o problema com base em uma teoria acadêmica, onde há implícita uma filosofia das relações entre *elite* e *massa* — Uma dicotomia, ao mesmo tempo opositiva e complementar, que se constitui em verdadeiro “modelo cultural”. E através de seu uso, inconsciente a mais das vezes, que se costuma pensar o poder em nossa sociedade. No campo urbano, que não foge à regra, uma elite acadêmica ou técnica, detentora de um saber-fazer, considera sua tarefa natural a instrução da massa. Esta seria passiva por excelência e estaria sempre receptiva e disposta a incorporar indicações superiores e iluminadas quanto aos melhores caminhos para a construção ou apropriação dos seus espaços sociais.

Por outro lado, a maioria da população que não tem tido outra alternativa senão aceitar as imposições, acabou por criar mecanismos de defesa e superação. Reverte os significados dos espaços que lhe são impingidos. Cria, às vezes com muita dificuldade e desgaste, ordens próprias que ultrapassem as ordens simplistas e abstratas dos planejadores. Acumula-se desta forma um desconhecimento exponencial. Se o pensamento erudito sabia pouco sobre os usuários que pretendia atingir, passa a saber menos ainda sobre os efeitos “distorcidos” de suas intervenções.

Sabemos que é preciso relativizar as concepções e entendimentos populares sobre o que é espaço e para que serve. Tais conceitos não existem, porém, de forma clara e não estão prontos para serem colhidos em um universo urbano, oferecido como horta ao cultivador laborioso. Assemelham-se mais a valores ocultos em áreas silvestres, a tesouros encerrados em jazidas que é preciso explorar em busca de inconscientes culturais. A proposta da pesquisa consiste em uma prospecção de processos e de

categorias que, à revelia das suposições técnicas ou acadêmicas, organizam as formas de classificar e usar o espaço coletivo. Trata-se de uma opção antropológica.

É tradição dos trabalhos em antropologia o confronto entre as teorias do pesquisador e as do nativo. É assim que se constrói o objeto a investigar. Para fazê-lo, se recorre ao relato etnográfico que tenta registrar costumes, comportamentos e reações regulares ou únicas nas interações e dramas sociais do cotidiano. A etnografia é uma “descrição densa” (Geertz, 1973), um manuscrito que roteiriza o objeto que se deseja conhecer e que permite lê-lo. Ela busca reconstituir o que, em geral, é “esfriado” pelos exercícios analíticos; reconstrói a unidade significativa para um determinado grupamento humano, levando em conta o sentido das possíveis incoerências, rasuras, emendas, desvios, interpretações e comentários de seus membros sobre eles mesmos e sobre agentes externos. A etnografia sobre um centro de bairro no Rio de Janeiro — o Catumbi — comparada com a de um outro local na mesma cidade — a Selva de Pedra — se constitui na espinha dorsal da pesquisa apresentada a seguir.

Objetivos

Para além da materialidade dos espaços e dos processos que neles se desenvolvem, procuramos as dimensões simbólicas que possam apresentar. Entendemos que em qualquer sociedade há códigos culturais que viabilizam a leitura, a apropriação e o aproveitamento dos lugares. As noções de localização, de territorialidade e do que lhes seja pertinente e adequado são constituídas através do recurso a estes códigos.

Há dois tipos principais de espaços nas nossas cidades: o construído, fechado e, em maior ou menor grau, privatizado (exs. — casas, lojas, fábricas, oficinas, escolas, bares); e o aberto e de uso coletivo (exs. — ruas, becos, largos, praças, jardins públicos, praias). Entre estes dois pólos, que servem para armar as representações do urbano, se estabelecem relações de apropriação diferencial. O que se denomina “vida comunitária” é um conjunto de desempenhos suportados por “palcos”, por “cenários” que tenderão a ser identificados de acordo com o enquadramento em um dos dois modelos. As manifestações sócio-culturais características de um grupo e que servem para distingui-lo, em relação a quem é de fora e para seus próprios membros, sempre estarão referidas a conceitos de “abertura” de espaços. Irão se dar em locais públicos ou naqueles que, por força de um uso especial, passarão a ser vistos “como se fossem públicos”. Jogos, reuniões, festas, encontros, cerimônias e atividades assemelhadas que se oponham às idéias de privacidade e de intimidade, encontram na rua o seu lugar ideal. É aí que deve estar o que é de todos, de modo que, quando se dão em locais fechados, fazem-nos sofrer uma transformação. Em contrapartida, quando são levadas à rua ações que tenham sentido particular e restrito, a via pública como que “se fecha”. A pesquisa tenta demonstrar que: 1) — no cotidiano dos moradores dos bairros escolhidos para estudo, o mecanismo de diferenciação se faz presente; 2) — ele é acionado de diversas formas sempre que se precisa abrir (coletivizar) ou fechar (privatizar) os diversos espaços disponíveis; 3) — isto independe das maneiras mais óbvias e formais de classificá-los. Para trabalhar com estas hipóteses básicas, recorreremos ao conceito de representações coletivas de Durkheim (1970).

O objeto empírico principal da pesquisa é o bairro do Catumbi no Rio de Janeiro. O local adquiriu expressão urbana a partir do início do século XIX. Habitado por uma população definível como “baixa classe média”, goza das externalidades de estar inserido no núcleo da Região Metropolitana. O sítio ocupado pelo Catumbi é contíguo a Área Central de Negócios (CBD), vale dizer à terra mais valorizada da cidade. O entorno do bairro apresenta-se atualmente como um grande descampado, cruzado por avenidas e viadutos. O que ainda resta de pé está congelado há mais de dez anos e se constitui em área de reserva para planos de renovação urbana.

O que o Governo pretende por renovação será intensificado quando estiverem implantadas todas as linhas viárias em fase de complementação (metrô, elevados e autopistas). Planeja-se uma substituição do casario existente por conjuntos de edifícios que aumentem a densidade de ocupação do solo e ocasionem a mudança das atividades tradicionais e da população residente. Tal como está hoje, o Catumbi expõe notável diferenciação de padrões internos. Lá coexistem residências antigas nos mais diversos níveis de preservação, serviços prestados em caráter particular, serviços públicos de vulto e com funções extra-locais (obras sociais da igreja, cemitério, presídio), fábricas e oficinas. Para completar, o bairro é cercado por um complexo favelado significativo, no qual se incluem algumas das maiores e mais antigas favelas do Rio e por uma zona residencial de *status superior* — morro de Santa Tereza.

Há no Catumbi especificidades culturais singulares no quadro carioca. Grande parte dos habitantes se filia a etnias mediterrânicas, conformando pequenas colônias de portugueses, italianos, espanhóis e ciganos. Além disto, o local é um reduto tradicional do samba e abriga blocos famosos em toda a cidade. Tanta diversidade expressiva deu lugar a práticas de identificação comunitária: os moradores conseguiram se organizar em torno de uma Associação que há quinze anos vem lutando contra os planos oficiais de renovação urbana que teimam em ignorar os seus interesses de permanência. É por isto que o bairro ainda existe, cercado pelas ruínas dos lugares onde outrora viveram seus vizinhos, que não tiveram condições de resistir.

Com tamanhas credenciais, o Catumbi é um dos exemplos mais fascinantes do processo de transformação das estruturas físicas do Rio de Janeiro. Um bairro em transição urbanística que tenta, por todas as formas, manter os valores e as categorias que o expressam. A luta de sua população constitui um caso claro de produção dramática de identidade social. A escolha foi propositada e o seu acerto foi reafirmado à medida em que aprofundamos o trabalho de campo.

O Caso de Controle

O ângulo escolhido para abordar o Catumbi como unidade espacial e ideológica foi a apropriação das áreas de uso coletivo com fins de lazer. Para definir os limites do objeto, procuramos um outro caso para comparação que passou a se constituir em uma espécie de “grupo de controle”. A opção foi um conjunto de edifícios na Zona Sul do

Rio de Janeiro, conhecido como Selva de Pedra e que ocupa uma área adjacente à Lagoa Rodrigo de Freitas.

Ao contrário do Catumbi, na Selva de Pedra já existe um plano de renovação urbana plenamente realizado. O terreno antes era ocupado por uma favela que, removida, permitiu a realização de implementações urbanísticas e arquitetônicas a partir do zero. Foram projetados e se encontram funcionando no momento, espaços e equipamentos destinados ao lazer coletivo. O tipo de tratamento dispensado ao local apresenta muitas ligações conceituais com o proposto para o Catumbi.

Os dois casos permitem comparações entre as formas de uso do espaço e os quadros de valores classificatórios que lhes são aplicáveis. O exercício de confronto nos ajudou a consolidar os contornos do tema estudado e a encontrar pontos-chave para generalizações.

Metodologia de Pesquisa

Os levantamentos foram efetivados através de trabalho de campo. Seguiram a técnica da observação participante que julgamos a mais adequada à obtenção de um conjunto de informações sobre o objeto empírico. Assim, formamos um corpo de dados e documentos etnográficos, incluindo: entrevistas (de gênero variável); mapas; filmagens; fotos e gravações. Este material embasa e complementa a formulação teórica.

Para homogeneizar as referências comuns a acontecimentos de caráter social (eventos) e localizações físicas (pontos) dividimos o mapa do Catumbi em quadrantes. Isto facilitou bastante a comunicação entre arquitetos e antropólogos, fornecendo a mesma base para a visualização do bairro e facilitando a tarefa de catalogação e arquivo do material etnográfico. Traçamos dois eixos básicos nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste que receberam as designações No: So e Lo: Oo. A partir deles, pudemos estabelecer quantos eixos secundários se fizeram necessários. Tal procedimento procurou levar em conta as peculiaridades locais e as representações dos moradores no que concerne a limites, territórios, sítios, etc. Podemos dizer que os recortes estabelecidos atualizam uma determinada experiência de conhecimento do universo.

Os eixos permitiram que definíssemos um roteiro para o levantamento fotográfico. As fotos, por sua vez, chamaram a atenção para certos ambientes sócio-espaciais expressivos que voltaram a ser traduzidos sob a forma de desenhos. O desenho realça aspectos diluídos nas fotografias que confundem o pesquisador com sua "ilusão realista" imediata. Encontros, "pontos", centros de convívio, locais de jogos e de brincadeiras, situações que conformavam a vida de relações no bairro foram submetidos a observações e registros iconográficos detalhados. Os desenhos obtidos sobre as fotos ou sobre os seus mesmos temas permitem uma leitura sintética de um conjunto de eventos significativos.

A técnica de combinação fotografia-desenho, usada de forma experimental, valeu muito para que apreendêssemos as dimensões internas da vida social no Catumbi. Ficamos conscientes de valores de ambiência que, pela natureza do meio utilizado para análise,

se impunham de imediato. Fotos e desenhos facilitam a leitura, captam e traduzem com grande impacto as expressões sensíveis do urbano. Valem por mil palavras. Têm de ser vistos, no entanto, como esforços assemelhados de interpretação; revelam a reação de um observador especial em suas tentativas de envolvimento e interação com meios e acontecimentos frente aos quais é um “estranho”.

Complementamos o registro iconográfico do universo pesquisado com documentação filmográfica. A partir do material de arquivo recolhido em campo, realizamos uma película de 16 mm que figura, ao lado desta publicação, como um dos produtos finais do trabalho. A linguagem do cinema se revelou imprescindível para captar a dinâmica dos processos de uso do espaço. Melhor que qualquer outra técnica, ela pode executar, de forma sintética e profunda, a proposta de percepção contextual de lugares, personagens e suas atividades.

Todos os procedimentos que adotamos no Catumbi foram também aplicados ao caso de controle. Variou apenas a intensidade e a amplitude do esforço em cada exemplo.

As etapas de realização do projeto, que durou oito meses, finalizando em janeiro de 1980, compreenderam, em termos genéricos:

1 – Seminário inicial, objetivando: a) – discutir as propostas básicas no que se referia à morfologia social; b) – redesenhar a linha teórica e rever a metodologia original. A atividade consistiu em: sessões de estudo intensivo, com leitura de textos pré-selecionados; contatos com pessoas que tinham vivência das áreas escolhidas como universo; reuniões do tipo *brain-storming*, com a presença de especialistas nas áreas da arquitetura, do urbanismo e da ciência social.

2 – Disposições preliminares necessárias à execução dos grandes conjuntos de tarefas no campo: detalhamento de cronograma; especificação de estratégias de atuação; fixação de datas de encontros de estudo e de seminários de avaliação.

A partir das premissas teóricas definidas na etapa 1, o trabalho assumiu duas trajetórias paralelas. Ficou estabelecido que elas se entrealimentariam pela execução de reuniões de estudo regulares e pela realização de seminários intermediadores das principais etapas da pesquisa. Uma das trajetórias se ocupou em proceder ao levantamento dos recortes do espaço pelos grupos sociais de usuários. Seu objetivo era buscar as categorias e os princípios classificatórios no discurso dos informantes que orientam as diversas formas de referência e compreensão do que é o urbano, o urbanístico, o arquitetônico, o público e o privado. A segunda trajetória cuidou da versão iconográfica (esboços, mapas, plantas, fotos e filmes) e das formas de apropriação do espaço para fins privados e públicos, particulares e coletivos.

3 – Observações qualitativas, entrevistas e registro iconográfico das várias situações encontradas em campo. Determinação dos subuniversos de significação que permitem aos moradores o estabelecimento de limites (v.g: casa x rua; público x privado; meu x nosso x dos outros; trabalho x lazer) ou de relações (v.g: trilhas; mediadores; símbolos; consensos sobre o espaço).

Durante os exercícios de investigações realizados no Catumbi e na Selva de Pedra, os respectivos universos foram considerados como campos de forças. Os vários elementos

conformadores destes campos (“realidades” físico-urbanísticas , sócio-culturais, econômicas) foram entendidos como contribuintes para a composição de uma identidade. identidade.

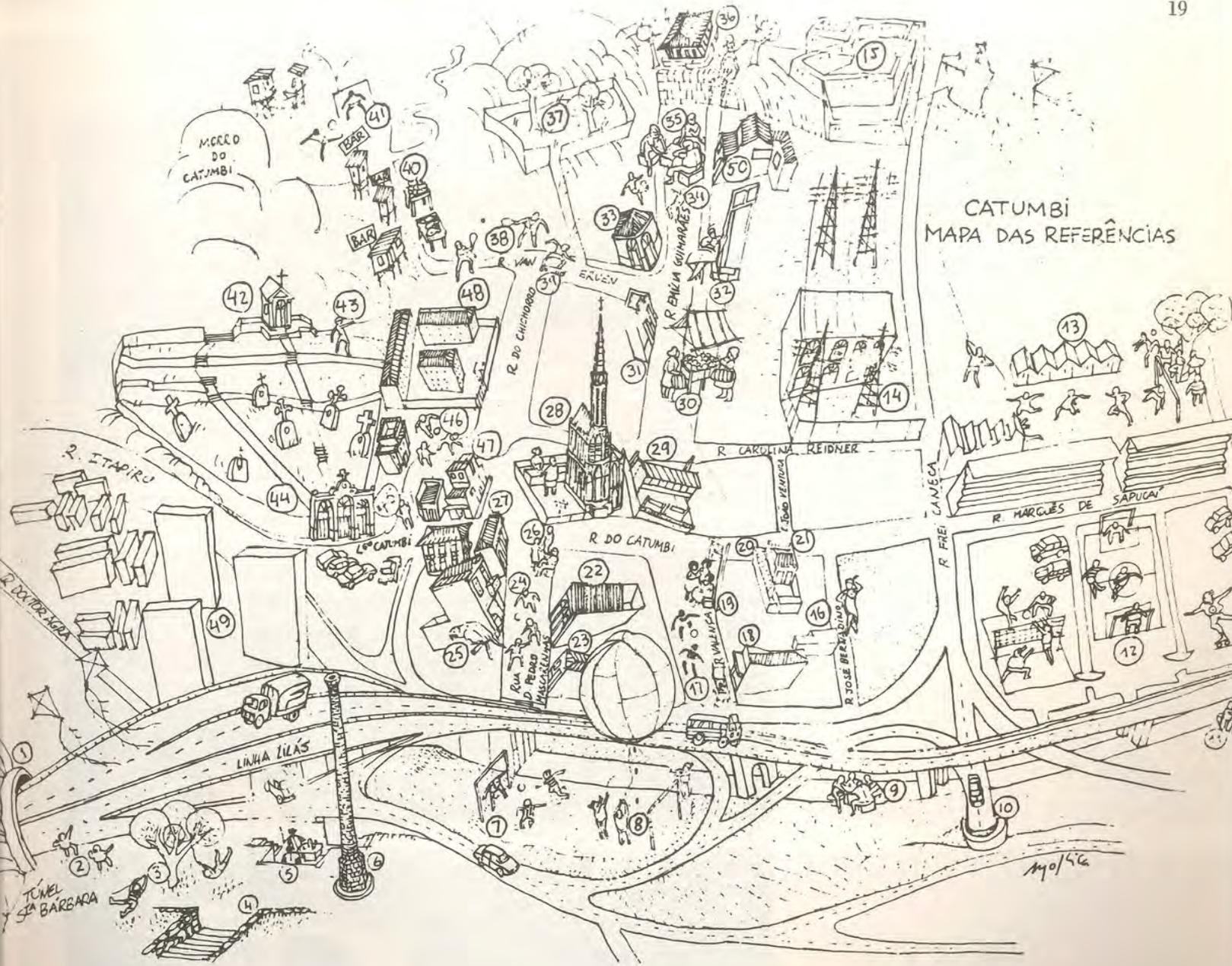
4 – Redefinição do equipamento urbanístico encontrado, o que incluía ruas, praças, calçadas, mobiliário urbano e edifícios ou sua total inexistência. O critério consistiu em partir da intencionalidade pura ou “de projeto” em direção às recriações constantes através de rituais de uso, capazes de armar novos significados. Os espaços foram percebidos através dos processos de apropriação correntes entre seus freqüentadores.

5 – Retomada da ênfase atribuída ao espaço físico como dado concreto, capaz de impor um leque de alternativas limitadas às aspirações e necessidades da população e de restringir as opções de ação. Estudo dos detalhes de planos e projetos executados ou propostos para as duas áreas através do tempo. Confronto das idealizações aí contidas com as práticas efetivas dos moradores. Análise e crítica das distorções e adaptações resultantes.

Reconstrução da história do uso dos lugares através da leitura de proposições, decretos e legislação pertinente. Recolhimento de histórias de vida e reconstituição de fases anteriores segundo as memórias dos residentes.

1. *Túnel Santa Bárbara.*
2. *Garotos soltando pipa*
3. *Brincadeira na árvore*
4. *Escadaria que dá para Santa Tereza*
5. *Ambulantes na passagem subterrânea*
6. *Antiga chaminé*
7. *Futebol no viaduto*
8. *Baloeiros*
9. *Reunião do pessoal do Bafo da Onça.*
10. *Tunel para a Lapa*
11. *Encontros*
12. *Formas de apropriação do estacionamento*
13. *“Campo de pelada” do pessoal da Frei Caneca*
14. *Instalações da Light*
15. *Presídio*
16. *Travestis na porta de casa ocupada*
17. *Meninos invasores jogando bola*
18. *Bar-Armazém Brasil*
19. *Conversa na porta da casa de D. Leonor*
20. *Ótica do Sílvio*
21. *Bar Mulambo*
22. *Oficina Rio-Neiva*
23. *Oficina do Santos*
24. *Operários das Oficinas jogam bola*
25. *Bar do Garrincha*
26. *Bicheiros*
27. *Bar do Amaral*
28. *Igreja da Salete*
29. *Lava a jato*
30. *Feira na R. Emília Guimarães*
31. *Bar e Armazém S. José*
32. *Cadeiras na calçada*
33. *Quitanda em frente*
34. *Jogo de bola*
35. *Jogo de sueca*
36. *Chácara do Chichorro*
37. *Garagem Presidente*
38. *Jogo de raquete*
39. *Skate na rua*
40. *Venda “ambulante” na subida do morro*
41. *Jogo de bola no campo da Mineira*
42. *Capela do Cemitério*
43. *Garotos soltando pipa*
44. *Porta do Cemitério*
45. *Esquina com R. do Chichorro e R. de Catumbi*
46. *Jogo de bola em frente da oficina*
47. *Ótica do Ítalo*
48. *Conjunto da Cooperativa*
49. *Conjunto Ferro de Engomar*
50. *Casa da festa de Cosme e Damião*

CATUMBI MAPA DAS REFERÊNCIAS



Mapa de referência



Direção norte – Rua Frei Caneca



Direção sul – Morro da Coroa

O contato com o bairro teve de ser antecipado, assim que começamos o trabalho. Na época, intensificaram-se as demolições e a Prefeitura apertou o cerco em que mantinha o Catumbi há mais de dez anos. A renovação urbana planejada para toda a região da Cidade Nova que englobava o nosso caso de estudo, ameaçava riscá-lo do mapa. O levantamento etnográfico se tornou urgente e necessário, alterando as lógicas da metodologia tão cuidadosamente programada.

Quando chegamos a campo, o Catumbi parecia estar vivendo os seus últimos dias. A chamada Linha Lilás, um complexo de viadutos, trevos e vias expressas ligando o túnel Santa Bárbara às Avs. Presidente Vargas e Rodrigues Alves e, por extensão, à Av. Brasil, havia acabado de ser implantada. Tangenciava o velho casario remanescente como que a desafiá-lo. O bairro, que havia sofrido uma escalada de desapropriações e demolições que possibilitaram estas obras de vulto, estava à espera do assalto final.

Mais uma vez a Associação de Moradores mobilizava a população. Era preciso sustar a derrubada definitiva. Impedir que os últimos quarteirões fossem postos abaixo, expulsando os seus habitantes para Deus sabe que lugar distante. Caso esta possibilidade se efetivasse, acabavam as suas chances de retorno, assim como as dos que já tinham sido expulsos antes.

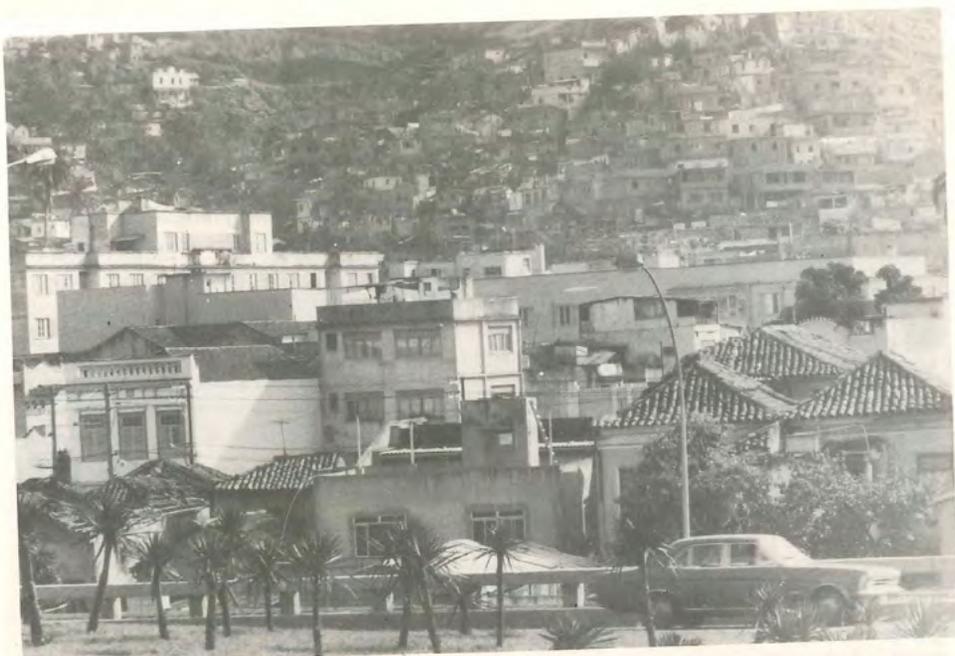
Começamos a trabalhar em um clima denso de apreensão e desesperança. Escolhemos para as explorações iniciais um setor a que todos se referiam como o mais atingido por demolições. Foi deste ângulo que começamos a perceber o que era o bairro.

Alguns Limites Consensuais

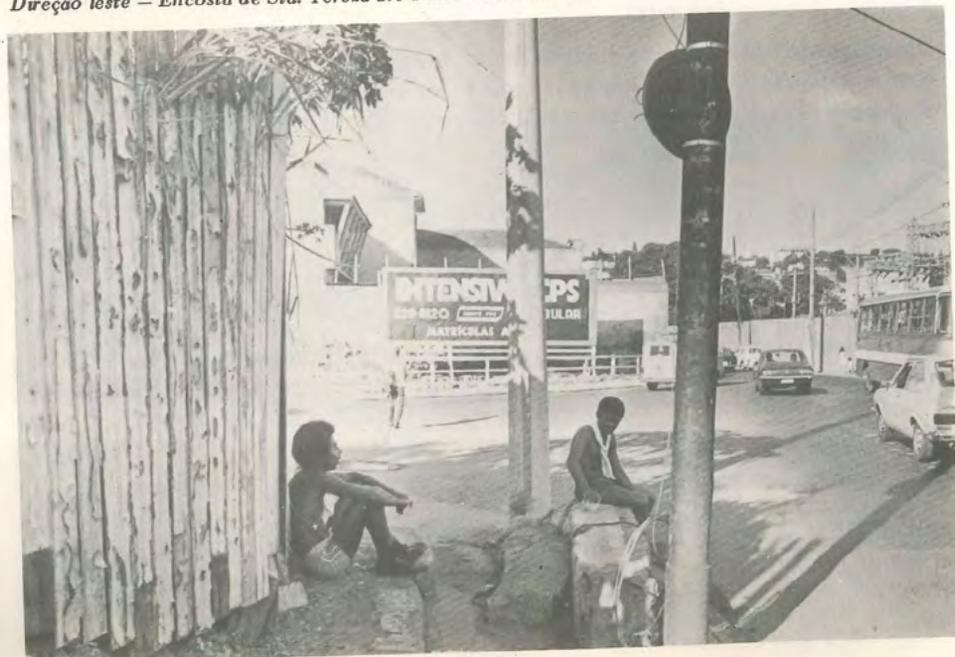
Descobrimos que os primeiros informantes, em particular os mais velhos, se dedicavam a uma estranha prática arqueológica. Nas andaças que faziam conosco iam plotando no terreno toda uma arquitetura imaginária. Evocavam muros, soleiras e casarões que não existem mais. Exercitavam a memória em exercícios nostálgicos de inventariação dos teres e haveres coletivos de antigamente. Manifestavam um saber que não encontra mais vestígios onde apoiar-se. Os edifícios foram demolidos e as ruas desfeitas. Asfalto e concreto soterraram soleiras e quintais.

O atual Catumbi é um território mapeado através de uma geografia fantástica. Eventuais restos são evocados como testemunhas de um conhecimento tornado meio inútil. É o caso de uma enorme chaminé; hoje um signo estranho e deslocado, único elemento que conseguiu sobreviver de toda uma fábrica de açúcar e que enfeita insolitamente um gramado.

“Aqui era o quarto de mamãe e ali o meu. Do outro lado morava meu irmão”. Em pé, no meio das pistas do eixo viário, o morador vai reconstituindo um espaço que ainda é



Direção leste – Encosta de Sta. Tereza até a Rua Paula Mattos



Direção oeste – Morro do Catumbi e Cidade Mineira

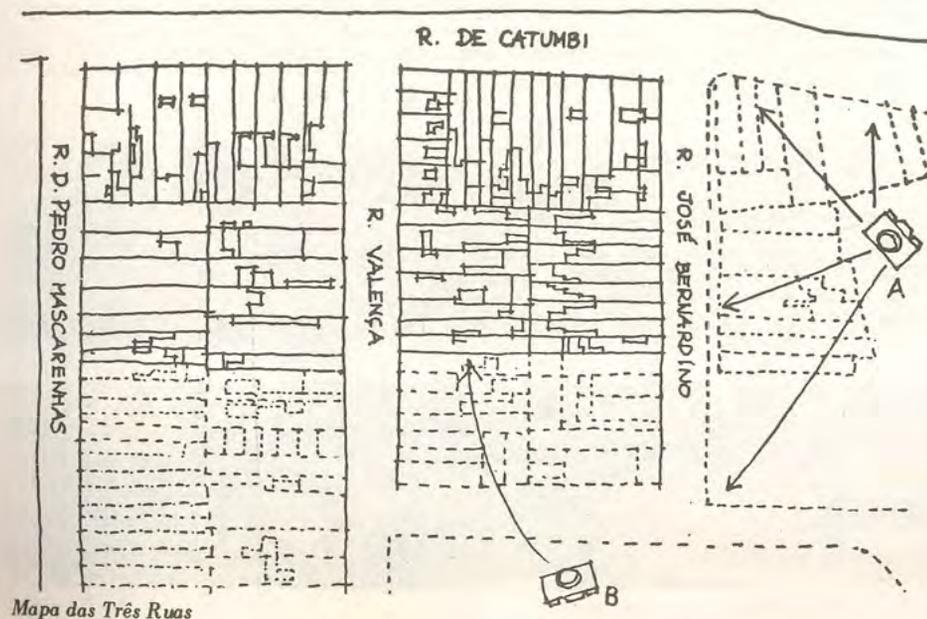
real em sua cabeça. Recapitula como era a circulação de um cômodo a outro, põe de novo em seu lugar móveis e objetos domésticos. O suporte de antes, mesmo com o uso radicalmente alterado, segue sendo uma referência fundamental. A retórica de introdução ao Catumbi não esquece de restaurar oficinas, fábricas, casas de comércio. Sugere cheiros e gostos. Vai também introduzindo atores, ao lembrar acontecimentos que envolveram ciganos, ou portugueses, ou italianos, ou "cariocas". Relembra um pequeno escândalo espanhol; revive intrigas locais.

Os que falavam sobre o bairro sempre o viam a partir do antigo Largo. Daí costumavam olhar em direção à Rua Marquês de Sapucaí, horizonte que parece definir o limite das lembranças. Em um giro para a direita focalizavam a Rua Paula Mattos, já em Santa Tereza, da qual agora estão separados pelo complexo viário. Para a esquerda, apontavam os morros de São Carlos e do Catumbi, cobertos pelas respectivas favelas. Finalmente, explicavam que, na direção do bairro limítrofe do Rio Comprido, a Rua Itapiru é julgada pertencente ao Catumbi até o seu entroncamento com a Rua Navarro.

Começando pela Etnografia de Três Ruas

O que viria a ser uma etnografia de uma rua? Decidimos que equivaleria não só à descrição densa (Geertz, 1973) de seu ambiente sócio-físico, mas também à identificação dos comportamentos de residentes e utentes a partir do suporte espacial.

Ruas servem como referenciais definidores dos limites de um determinado território. São também unidades de alto significado para quem sabe reconhecê-las. Estruturam



Mapa das Três Ruas

um continente, mapeiam e organizam o seu conteúdo. Sustentam uma contradição, ao evocarem um modo de vida para o qual funcionam como emblema e rótulo.

A palavra rua vem do latim *ruga*. Primitivamente o vocábulo significava o sulco situado entre dois renques de casas ou muros em uma povoação qualquer. Os romanos costumavam fundar cidades traçando suas vias em cruz. Para nossa cultura é impossível imaginar o urbano sem o recurso à noção e à imagem de ruas. A importância de que desfrutam pode ser percebida pela constatação da quantidade de atividades e significados para os quais servem de apoio ou de *locus*.

A experiência do espaço urbano fundamenta a intuição de que rua é mais que via, trilho ou caminho. Todos sabemos disto, mesmo que não estejamos comprometidos com os exercícios de análise e reflexão peculiares aos pesquisadores do urbano. Só em mapas, plantas e planos, ruas podem ser vistas apenas como meios de circulação entre dois pontos distantes. É claro que elas também o são. Podemos medir-lhes o fluxo, avaliar a carga de tráfego que suportam, hierarquizá-las, testá-las quanto à vocação circulatória, etc. Mas, as ruas que não são mais do que vias de passagem estão animadas por um só tipo de vida e mortas para todo o resto. Não são as que nos interessam.

Uma rua é um universo de múltiplos eventos e relações. A expressão "alma da rua" significa um conjunto de veículos, transeuntes, encontros, trabalhos, jogos, festas e devoções. Ruas têm caráter e podem ser agitadas, tranquilas, sedes de turmas, pontos e territórios (Briggs, 1972). A par de caminhos, são locais onde a vida social acontece ao ritmo do fluxo constante que mistura tudo. Um "microcosmo real" de espaços e relações (Jacobs, 1973) que tem a ver com repouso e movimento, com dentro e fora, com intimidade e exposição e assim por diante. Que serve para referenciar bons e maus lugares.

Começamos a tentar um envolvimento maior com o Catumbi, seus moradores e suas ações, observando com atenção três ruas.



Rua Dom Pedro Mascarenhas (lado par)

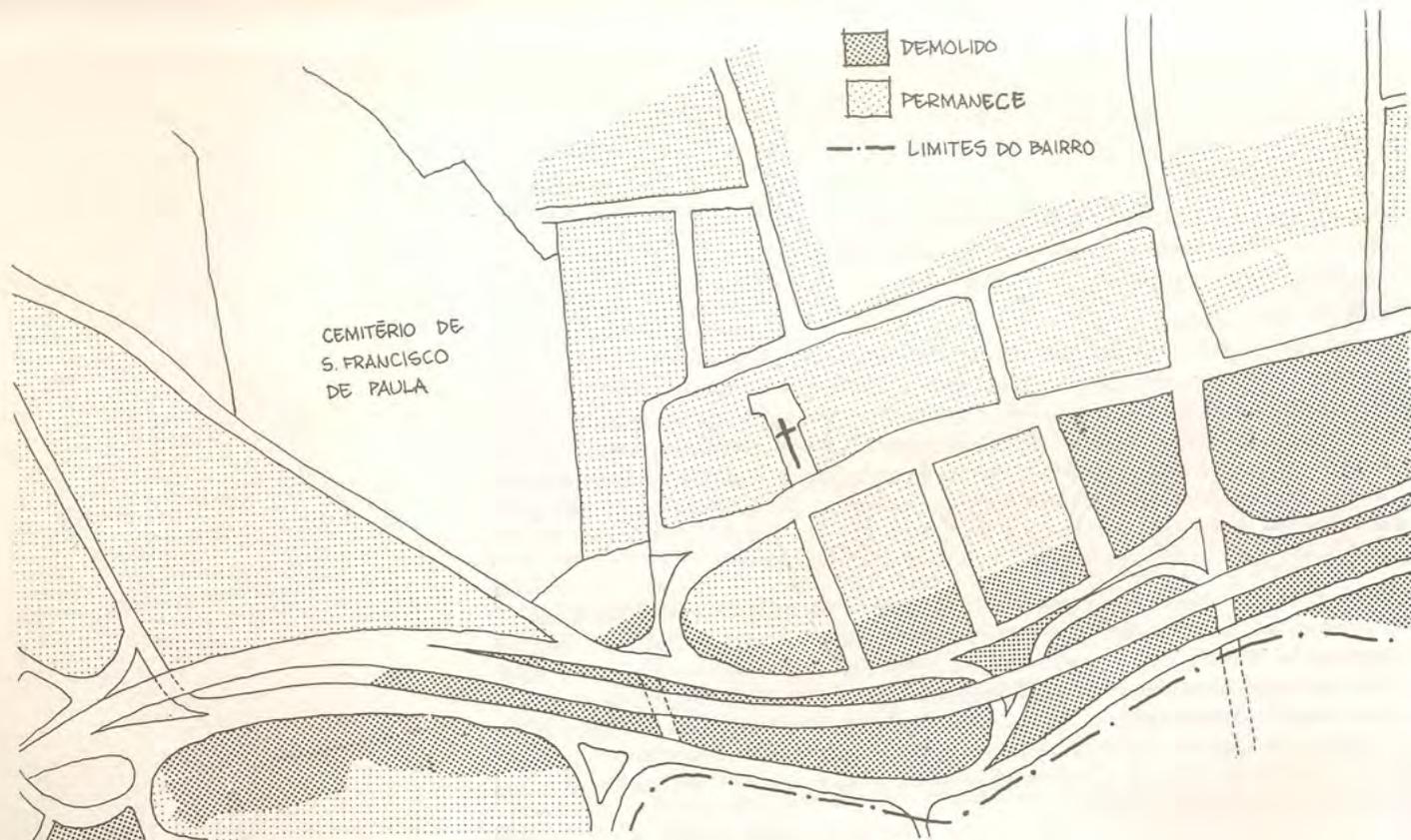
Recebemos um convite, assim que começamos a ir a campo. Tratava-se de uma festa. Bem em frente à igreja do bairro, a Matriz de Nossa Senhora da Salete, saía uma rua, seccionada pelo novo eixo viário. Aí estava a Casa do Divino, onde se realizava a festa anual de Pentecostes.

De acordo com a tradição, a Irmandade havia enfeitado toda a Rua D. Pedro Mascarenhas, iluminando com maior brilho a fachada do número 23. Nas calçadas iam sendo dispostas barraquinhas. Ao fundo da rua um grupo de homens erigia um palanque.

Da janela do número 23 uma senhora, com sotaque carregado, selecionava os discos que iriam animar a rua e suas adjacências. A música dos discos, escolhidos com cuidado, ia se misturando à dos rádios, à medida em que avançávamos pela rua. Tudo criava uma atmosfera ao mesmo tempo exótica e familiar. Os fados, uma ou outra modinha mais conhecida se encarregavam de preparar o ambiente para o grande acontecimento: a procissão. Ela aconteceria de tarde e consistia em um desfile pelo bairro levando as bandeiras e a coroa do Divino Espírito Santo. Como ainda era de manhã cedo, havia muito tempo pela frente para conversar fiado.

Nossos recém-conhecidos eram açoreanos e não mediram esforços para nos prestarem esclarecimentos. Aos poucos foram nos revelando o que mais preocupava este lado do Catumbi. As referências ao percurso da procissão forneciam a deixa para que contrastássemos a área afetada pelas demolições e o que restara da antiga fisionomia do bairro. A partir da rua em que estávamos, a D. Pedro Mascarenhas, os fiéis do Divino entrariam pela Rua do Catumbi, depois seguiriam pela Emília Guimarães e por um pequeno trecho da Rua do Chichorro, de onde passariam para o antigo Largo e daí retornariam ao ponto de partida.



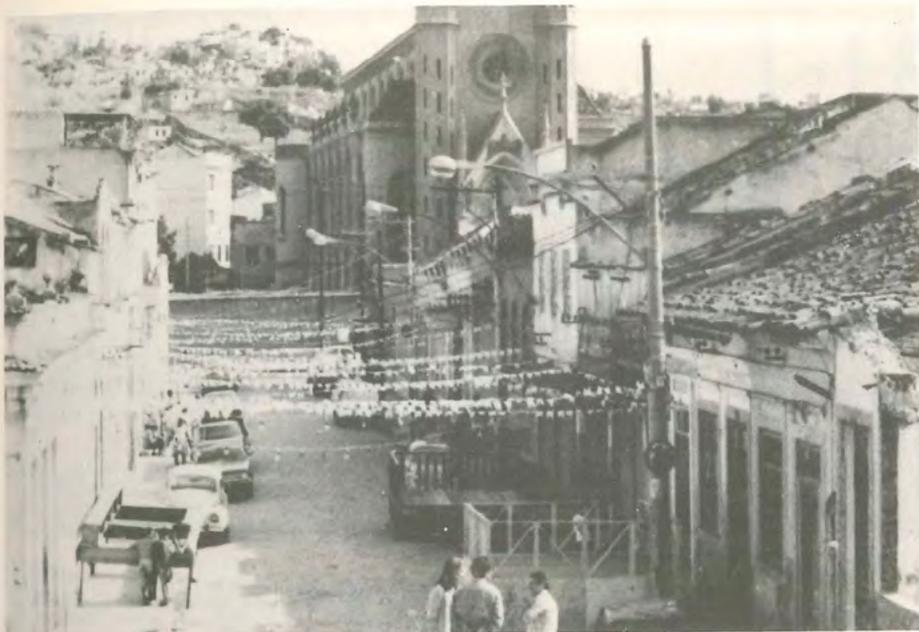


Mapa de Configuração Atual

As ruas Valença e José Bernardino não estavam incluídas no trajeto. Eram, porém, evocadas quando se lembravam de outras procissões. Havia dúvidas quanto às possibilidades de voltarem a ser visitadas pela “Bandeira”, pois estavam ameaçadas de breve desaparecimento. Aliás, a D. Pedro Mascarenhas e a própria Casa do Divino corriam o mesmo perigo. As três ruas fazem parte da antiga seção que soldava o Catumbi a Santa Tereza. As referências à unidade perdida são melancólicas.

O cotoco de rua em que foi transformada a D. Pedro Mascarenhas torna difícil entender a antiga ligação com a Paula Mattos que subia para Sta. Tereza. O correr de fachadas, os acontecimentos que iam se dando ajudavam a memória. Ia se revelando um mapa cognitivo que dava significado àquele espaço. No decorrer da conversa, surgiram dificuldades classificatórias: tal casa pertencia ao Catumbi ou a Sta. Tereza? Todo este lado estava embebido da ambiqüidade das regiões fronteiriças.

O trecho que vai da D. Pedro Mascarenhas à José Bernardino é crítico: foi o mais atingido pela erradicação. Os moradores não têm mais motivos para otimismo; vivem em estado de indefinição permanente. Já com o trabalho de campo iniciado, duas das



A "Rua do Divino"



A "Casa do Divino"



Bandeira da Irmandade



Ocupação das casas desapropriadas



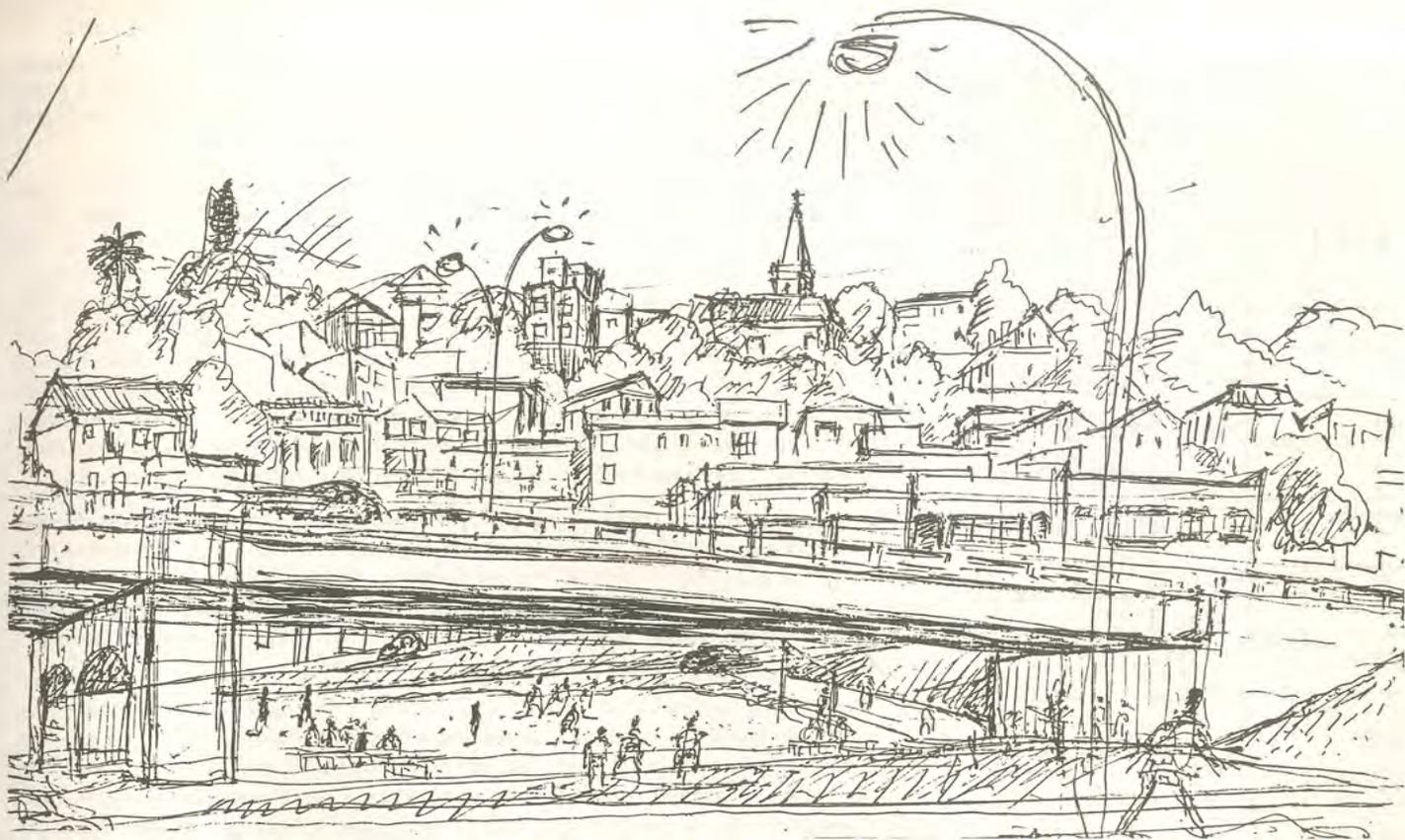
Invasores

poucas moradias que ainda restavam do lado par da Mascarenhas foram postas abaixo. O ambiente vai se degradando pelos vazios físicos e morais provocados pela “intervenção de limpeza”. Criam-se “buracos”, casas vagas que possibilitam a invasão por estranhos ao bairro. Arma-se um círculo vicioso: a vida na rua vai ficando problemática; a decadência, artificialmente provocada, justifica que se acelere o processo de destruição.

Os invasores são muito mal vistos pelos seus vizinhos a contra-gosto. São-lhes atribuídos roubos, assaltos e outras mazelas. São vistos como vagabundos. Moradores de fato e não de direito, estão desligados do *ethos* da rua. Seu caráter especial torna-se patente quando os informantes revelam que “esses caras não dão nada pra gente que não seja por dinheiro”. Fica assim definido o contraste com a imensa rede de favores, confiança e crédito que definia a moral da Pedro Mascarenhas dos “outros tempos”. O estigma (Goffman, 1975) é reforçado pelo fato dos intrusos procederem dos morros adjacentes. Além disto, são “de cor”. Forçam a adoção de um esquema de hostilidades: as mães proibem que seus filhos vão brincar na rua; não querem vê-los misturados com “pivetes”.

A Rua das Fogueiras

Entrevistando uns garotos, soubemos que a maioria viera do Morro de São Carlos. Faziam carreto na feira quando ainda tinha lugar na Rua Valença. Agora “se viravam” fora do bairro, em Botafogo, na Glória e outros locais próximos onde houvesse feira. Sua vida no Catumbi é circular pelos terrenos baldios, estacionar seus carrinhos no



Viaduto da Linha Lilás. Ao fundo Sta. Tereza

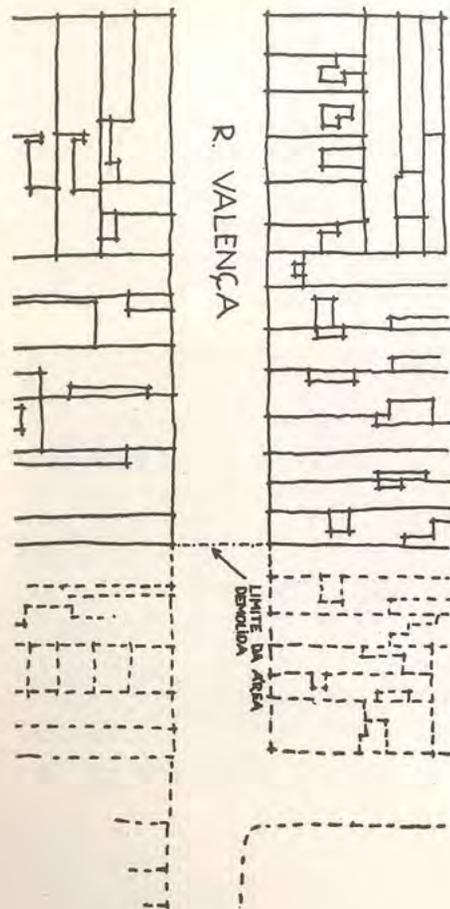
meio-fio, brincar e jogar futebol. Eles entram e saem livremente das casas que ocupam. Não lhes é permitido porém circular nas lojas, no armazém ou nas casas dos antigos moradores que os vêem com muita desconfiança.

A área está vivendo uma fase de transitoriedade física e moral. Moradores e invasores estão se complementando de forma paradoxal. Os primeiros são vítimas do processo de "modernização da cidade" levado a cabo pelo urbanismo oficial. Os últimos são exemplos do desprezo com que são tratados segmentos inteiros da sociedade brasileira e da exploração cruel com que se escreve a recente história urbana do país.

A familiaridade que fomos desenvolvendo com a Rua Valença foi revelando, para além da desesperança, um pouco do que o lugar fora antes das demolições. Enquanto íamos inventariando o casario, foi surgindo um conjunto de atividades que davam uma idéia de como eram as coisas no passado.

Chamou de imediato a nossa atenção o edifício nº 25. Era um misto de armazém, quitanda e bar. Os donos são um casal de portugueses ajudados pelos filhos (um rapaz

R. DE CATUMBI



Mapa da Rua Valença

e uma moça). “É tudo em família”, nos explicaram. A vizinhança reconhece no armazém um apoio importante. Aí são fornecidos os mais diversos serviços: compras de última hora; um remédio; o telefonema de urgência. “É o lugar pra onde a gente corre se tem dor de barriga”. Além disto, é um ponto de encontro para as mulheres que, reunidas sob o pretexto das compras, podem passar horas conversando.

O armazém evoca espaços domésticos. É uma extensão do lar dos proprietários, que moram nos fundos. A casa tem uma porta que a liga ao espaço comercial e um corredor que a comunica com a rua. Logo à entrada nota-se a presença do Seu Zé. Ele passa o dia inteiro sentado neste lugar. Cada um que passe pela calçada ou que entre para fazer compras merece a sua atenção. Com um jeito engraçado de puxar conversa, o Zé tenta conhecer todo o mundo. Por isto é o grande “quebra-galho” da rua. Faz uma porção de mandados e pequenos serviços, na maioria das vezes sem cobrar. Paga as contas, traz pão e leite para o casal de portugueses, executa entregas. Durante a noite vai para um bar, o do Amaral, onde não paga nada para dormir. Em compensação, funciona como vigia. O almoço é fornecido pelos donos do armazém. O Zé tem fama de “cachaceiro”, mas é estimado pelos moradores da rua e merece a sua confiança.

Além do armazém, há outro ponto da Rua Valença que desempenha uma função social importante: o *atelier* de costura da D. Beatriz e de sua irmã. São nestes dois lugares que se vêem diariamente as pessoas da rua; os seus moradores. No fim da tarde é costumeiro o encontro das mulheres para uma conversa na porta da D. Leonora. Para as donas-de-casa do bairro, a reunião na porta equivale à “virada da casa pelo avesso” É quando a rua passa a ser usada como significante comum.

Na Valença ainda prevalece um hábito que também vimos na D. Pedro Mascarenhas. Nas noites de inverno, os vizinhos fazem fogueiras próximas ao meio-fio da rua, em torno das quais se reúnem. Na ocasião, assam-se pimentões, batatas-doces e um bom naco de carne. Os parceiros, sentados em torno do braseiro, conversam animadamente. Não é qualquer um, no entanto, que pode se aproximar destes fogos da intimidade. As fogueiras estão a indicar um modo peculiar de apropriação do espaço público das ruas e das calçadas.

As fotos e os desenhos da Rua Valença ressaltam a sua diversidade. Há uma significativa variedade de fachadas e acabamentos. Dois edifícios são altos. Um deles, o de número 17, pertence à D. Ermelinda. A planta é semelhante à do vizinho, mas o aspecto visual é distinto e existe um pavimento a mais, funcionando como local de culto e de lazer para os moradores. Ficamos conhecendo o filho da proprietária na Ótica da Rua do Catumbi. Quando soube o que estávamos fazendo, logo nos convidou para uma visita à sua casa.

Subindo a escada, nosso novo amigo fez-nos observar a limpeza com que os habitantes mantinham suas áreas comuns. Logo esclareceu que todos são parentes. A única exceção no prédio era uma senhora idosa que, apesar de não ser da família, já era amiga deles desde os tempos de Portugal. Um dos apartamentos estava desocupado. O informante, que morava lá até há pouco tempo, tinha se mudado para outro bairro. Aí começou a manifestar grande preocupação com a sorte dos imóveis da área. As indenizações eram



Rua Valença (lado ímpar)



Rua Valença (lado par)



Prostitutas e travestis

irrisórias. Caso fossem demolir o seu edifício como iriam fazer para reproduzir o *status* de proprietário de tantos apartamentos?

Saímos da Rua Valença carregados de questões a esclarecer. Resolvemos dar uma olhada na José Bernardino para documentar o estado em que se encontrava seu casario. O que havíamos visto do terraço do número 17 nos deixara intrigados.

A Rua "Sob Controle"

Há uma loja de lustres na esquina das ruas do Catumbi e José Bernardino. O proprietário não vê alternativas para o negócio. Com as demolições, ficou totalmente isolado e só lhe restava ir embora. Estava aguardando a loja de geladeiras que fica na Rua do Catumbi se mudar para fazer o mesmo. Sem ela, acabaria o que ainda ficara do antigo ponto. O lugar iria perder o valor em definitivo.

As desapropriações seccionaram o tecido do bairro, desmantelando unidades completas que mantinham relações internas de caráter simbiótico. Os vazios entre as edificações desorganizaram de todo o sistema de comércio que se nutre do que chamam "freguês de passagem".

A José Bernardino é a rua mais invadida. Segundo os informantes, o pior são "as putas e travestis" que ocupam algumas das casas desapropriadas. Há consenso de que este local é o que mais se degradou no Catumbi. Apresenta-se como um simples "frontão", servido por uma calçada limitada por um correr de casas. O outro lado já foi arrasado. É um monte de escombros.

A Associação, preocupada com os intrusos que tomam conta dos edifícios abandonados, passou a escrever com tinta vermelha nas fachadas: "Este imóvel está sob



Rua José Bernardino (lado par)

controle da Associação de Moradores do Catumbi". Com esta ação procurava-se regenerar, ainda que de forma precária, a imagem do bairro. Era uma demonstração da vigilância moral que se pretende manter sobre as relações sociais dentro dos limites territoriais da comunidade. Os efeitos danosos das demolições aparecem sob uma luz dramática na José Bernardino.

De Volta à Pedro Mascarenhas

Depois da José Bernardino decidimos voltar à rua da Irmandade do Divino. O contraste era muito importante. Começávamos a descobrir a ponta da meada do que depois iria se revelar um *continuum*. O deserto já existente na Marquês de Sapucaí, os escombros e as invasões na José Bernardino, o dilema morador/invasor da Valença ressaltavam o modelo da D. Pedro Mascarenhas.

A última rua, do ponto de vista arquitetônico, forma um conjunto notável. Melhorias e ampliações realizadas através do tempo seguem, de forma elegante e graciosa, os padrões definidos pelas construções do fim do século passado. Há um ritmo harmônico caracterizando fachadas, cores, texturas cheios e vazios e gabaritos. O bairro se orgulha desta via e a vê como seu cartão de visitas, como um canto expressivo das tradições catumbienses.

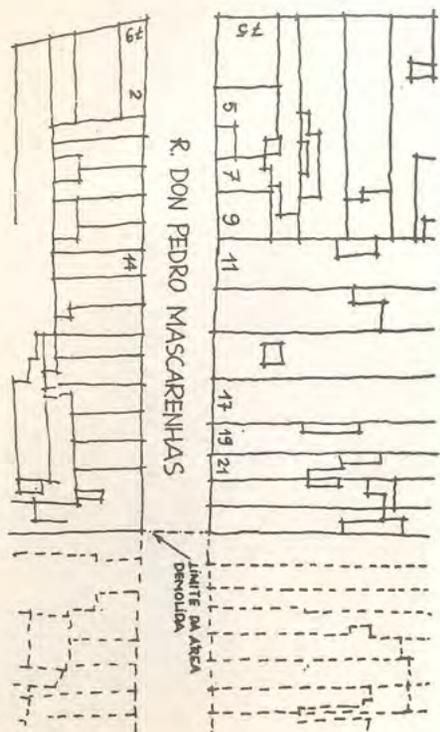
O bar do Amaral fica na esquina com a Rua do Catumbi. É um sobradão do século XIX e o edifício mais antigo da rua. Os seus primitivos proprietários foram os que trouxeram a devoção do Divino dos Açores. Quase todo o casario da D. Pedro Mascarenhas, que se estendia até as encostas de Sta. Tereza, pertencia à Irmandade.

D. Pedro Mascarenhas é, sem dúvida, uma rua portuguesa. As fachadas expõem azulejos encomendados em Portugal pelos moradores. Beirais com telhões de louça e os



Esquina das Ruas Pedro Mascarenhas e Catumbi

R. DE CATUMBI



Mapa da Rua D. Pedro Mascarenhas

- 75 Açougue Vazio
- 79 Bar do Amaral
- 5 Atelier de Costura
- 2 Bar do Amaral
- 9 Casas Demolidas
- 11 Oficina Mecânica
- 14 Bar do Garrincha
- 17 Oficina Mecânica
- 21 Casa do Divino
- - - Área Demolida

tons gerais em azul-e-branco emprestam um uma ambientação perfeita ao “Bazar do Divino”. Há um clima familiar de barraquinhas, bandeirinhas, palanques, sorteios, que se mistura com os ritmos e sons meio exóticos envolvendo os visitantes na época da festa.

Mas a observação das rotinas do cotidiano iria revelar outras formas de apropriação do espaço da rua para os mais diversos fins. Tivemos que ir aprendendo a ver o lugar e começamos a formular questões que fundamentassem a etnografia pretendida. Isto significou ir, aos poucos, “tomando pé” na situação do bairro e nas suas particularidades.

Todo o movimento da Mascarenhas se faz na calçada do lado ímpar. Há um ponto de bicho que se estende da esquina com a Rua do Catumbi até o recuo da fachada da oficina Rio-Neiva. Centenas de pessoas vão a este lugar duas vezes por dia. Seu objetivo é ou fazer apostas ou apanhar os resultados do bicho.

As apostas são transmitidas por telefone, diretamente da rua, através da janela do *atelier* de costura. Este é parte de uma residência. A proprietária aluga o seu telefone para o “ponto”. O Amaral fornece a comida e a bebida para os bicheiros. São seus fregueses mais fiéis. Frequentam também outro bar conhecido como o do Garrincha e que fica *vis-à-vis* a oficina Rio-Neiva. Esta estava, à época do início da pesquisa, desativada. O mesmo se dava com o açougue da esquina, fronteiro ao bar do Amaral.

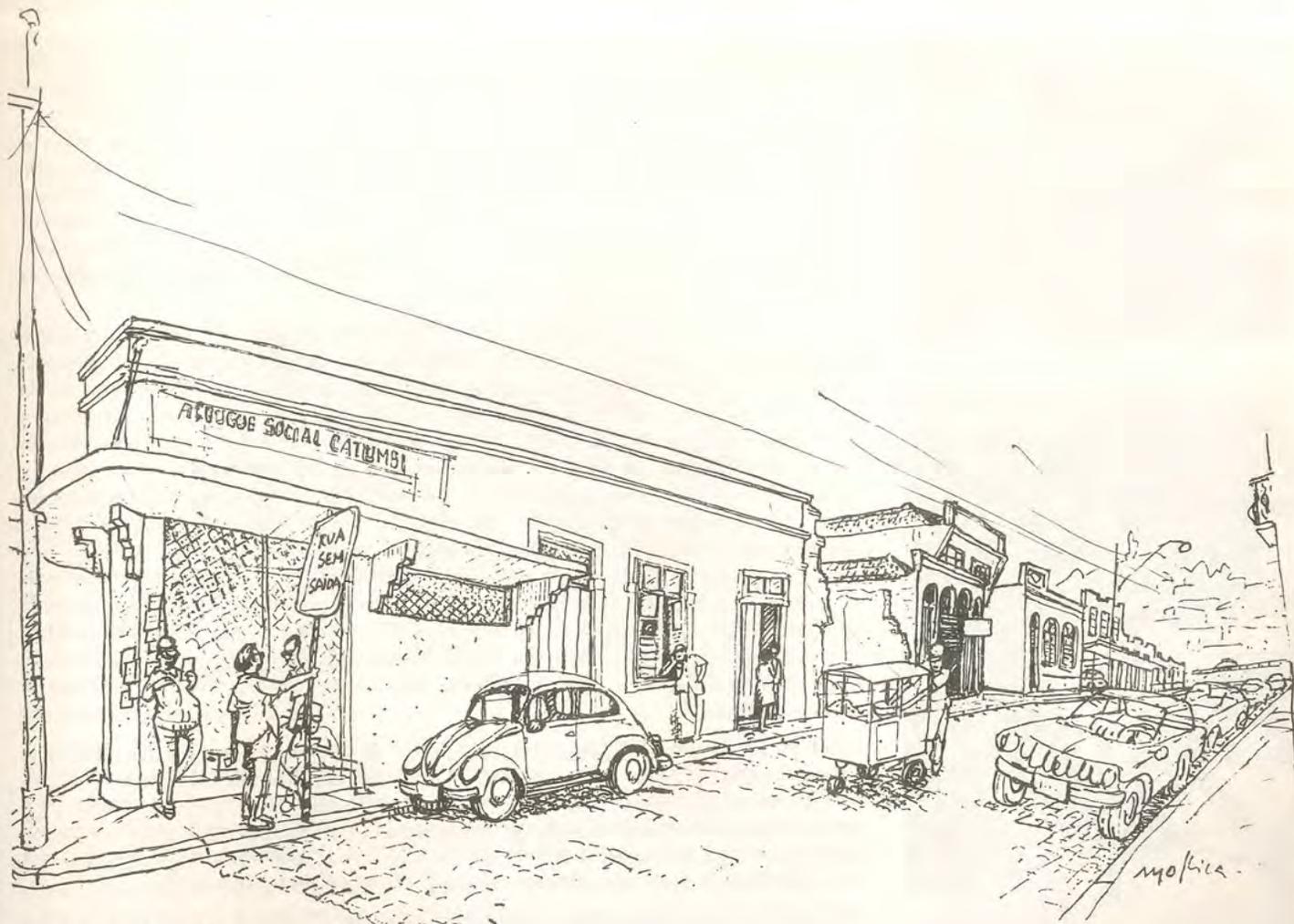
Os bicheiros acham que o lugar ideal para as suas atividades são as calçadas e esquinas. A localização do “ponto” da D. Pedro Mascarenhas era vista como perfeita porque complementada pelas portas abertas dos bares do Amaral e do Garrincha, abrigos seguros quando de eventuais batidas policiais. Os bares representam segurança não só para os contraventores, mas para o conjunto da rua.

O “ponto” é constituído por bancos e mesas improvisados com caixotes. Aí é atendida a clientela. O lugar é um dos dinamos da vida do bairro. Aos poucos fomos aprendendo a distinguir os frequentadores. Vinha gente da Emília Guimarães, do Chichorro, da Valença, de todas as ruas. À tarde um cigano mudo levava o resultado para outros locais. Havia um contínuo movimento centrípeto em relação à esquina do bicho.

Fechado para o Almoço

Durante a pesquisa, o pessoal da Rio-Neiva retornou. A oficina voltou a funcionar. As relações com o bar do Garrincha foram restabelecidas. Conjugava-se no espaço da rua um ambiente de trabalho (oficina) com um de lazer (bar). Isto se dá, sobretudo, nos fins de tarde. Os mecânicos, lanterneiros, pintores, eletricitas vêm para a frente da oficina jogar futebol. Só aqueles que ainda têm muito trabalho por fazer permanecem lá para dentro, atarefados. O jogo de bola vai de uma calçada à outra.

Há um momento na vida de Pedro Mascarenhas onde ela, ou parte dela, ao se converter num campo de jogo, une dois espaços com funções estruturalmente inversas: bar



Esquina do jogo do bicho

(lazer)/oficina (trabalho). O bar do Garrincha ainda apresenta outras particularidades. É uma espécie de clube, o que é atestado de várias formas. Desde o décor do ambiente, cheio de bandeiras dos diferentes times cariocas, até seu fechamento para almoço.

Todos os dias na hora do almoço, o bar “fecha”. Só entram os “fregueses da casa”. São, na sua maioria, pequenos proprietários de oficinas, choferes de táxi, um ou outro banqueiro mais modesto do “bicho”. Os empregados das oficinas fazem, no entanto, a refeição no bar do Amaral. Garrincha reclama muito deles. “Estão sempre dando beijo” por aí. “Mudam muito de emprego e ninguém sabe mais deles, por isso não dá pé fornecer refeição, tá me entendendo?”



Bar do Garrincha

O movimento do bar é todo feito pelo grupo mais assíduo de frequentadores. São eles que, juntamente com o dono do estabelecimento, servem os fregueses. As pessoas de fora são atendidas no balcão, que abre para a calçada. As de casa têm acesso ao fundo do bar onde as mesas de sinuca se transformam em mesas de almoço para os “notáveis” da rua. Raramente se vê uma mulher entrar no bar do Garrincha. “Quando entra”, dizem seus frequentadores, “ou é prostituta ou é mulher macho”. Entre estas estão as que trabalham no “bicho”. Não são consideradas donas-de-casa. “Não são de respeito. Bar é lugar de homem”. Em seu interior falam alto, dizem palavrões, discutem efusivamente futebol, jogam buraco e sinuca. Quando o assunto é mulher, “o negócio pega fogo”. O sistema de atitudes é marcadamente jocoso e agressivo. Vivem testando uns aos outros. Mas, isso amplia sensivelmente o conhecimento mútuo e fortalece os laços de confiança que um parceiro deposita no outro.

É comum ver um vestir a camisa do time do outro, pagando uma aposta. As fotos espalhadas pelas paredes mostram a turma do bar fantasiada no último carnaval. Garrincha é vascaíno, mas numa das fotos está com a camisa do Flamengo. O ambiente faz do bar um lugar onde os homens ficam à vontade. “Poucos, mas bons e constantes”, os amigos e fregueses dividem com o proprietário a responsabilidade do estabelecimento. A importância atribuída aos clientes fixos (geralmente moradores ou ex-moradores e pequenos comerciantes), é a possibilidade de vender fiado sem correr risco. Ao contrário, o freguês de passagem ou o empregado dos estabelecimentos vizinhos não constituem uma clientela sem problema para os negócios. Parece que esse tipo de crédito, relativizador e seletivo, é característico apenas dos bares das ruas secundárias. O bar do Amaral, que está na rua do Catumbi, não fornece fiado. O movimento nesta rua propõe dificuldades aos proprietários na aplicação diferencial da concessão do crédito. No caso dos desconhecidos, ou daqueles com os quais não há uma relação pessoal, fica difícil discriminar quem é ou não confiável. Por isso não se lhes vende fiado.

O bar do Garrincha ainda tem outra particularidade. Não abre aos sábados e domingos. O bar do Amaral, nesses dias, é que vai fazer o movimento. Amaral é mais comercial. Não se refere ao bairro de forma afetiva. Quando fala da situação, é sempre para mostrar como o movimento está ruim no Catumbi. Só não vai embora porque investiu, há pouco tempo atrás, numa grande reforma do bar. Depois do incêndio que destruiu um andar inteiro do antigo sobradão, quase ficara inteiramente arruinado.

O espaço do estabelecimento é muito diferente do Garrincha. Junto ao balcão há bancos fixos, favorecendo um certo ar de lanchonete. Separado por uma espécie de biombo está o reservado, local onde se podem fazer as refeições mais demoradas. Precisamente não há lugar de estar como encontramos no bar do Garrincha. Os banquinhos pregados no balcão obrigam aos fregueses a beber rapidamente uma cerveja ou a comer um sanduíche. Não há “chacrinha”. Além disso, o lugar do freguês é bem marcado, favorecendo o controle sobre o ambiente e seus usuários.

Conversando mais tarde com o fotógrafo da rua do Catumbi, começamos a entender o estilo de trabalho e o sistema do bar do Amaral. Com o incêndio que destruíra quase todo o local, o proprietário tinha resolvido vender o ponto e se arrumar em outro local. Não havia mais razões para permanecer no bairro. Tinha morado e trabalhado



Uma espécie de clubê dos notáveis locais

anos a fio, ali mesmo. Com as desapropriações e demolições, muitas oficinas e fabricetas que sustentavam o grosso do movimento, deixaram o Catumbi. Estava resolvendo a fechar o negócio. Esta decisão já havia sido tomada quando alguns comerciantes ligados à Associação lhe sugeriram permanecer ali. Diziam que as demolições iriam ser sustadas e que tudo ia voltar ao que era antes. Tanto falaram e imploraram, que Amaral resolveu recuperar e reformar o que havia sobrado do seu sobradão. Mal terminara o serviço e já o processo de demolição atingia duas casas da rua D. Pedro Mascarenhas (o n.º 7 e o n.º 9), além de outras na Valença e José Bernardino. Agora só lhe interessava recuperar o dinheiro empatado e sair para uma outra. Sua atenção estava inteiramente voltada para fora. Para os fregueses de passagem, e não para aqueles que tradicionalmente atendera. É claro que ao ter mudado de "sistema" perdera alguns clientes, mas, em compensação, não vendia "fiado".

A transitoriedade do estabelecimento é exemplar do dilema que vivem os moradores dessa área do Catumbi. A diversidade de atividades vem caindo dia-a-dia. As relações complementares que ligam um negócio a outro ficam inteiramente prejudicadas. A praça comercial do Catumbi vai, por esse processo, se tornando inviável para alguns negociantes. O caso da loja de lustres e o bar do Amaral, são apenas dois exemplos do que vem ocorrendo.



O gramado do viaduto virou campo de pelada



Estacionamento aproveitado para o lazer

Na D. Pedro Mascarenhas, a única oficina que permaneceu foi a do Santos. As outras foram buscar, fora do Catumbi, maior estabilidade. Nem a pequena oficina de conserto de máquinas de costura agüentou. Atrás da oficina do nº 17 há um pavilhão de quartos que são comumente alugados para “rapazes solteiros que chegam do norte”. Da rua não se vê esse “focinho-de-porco”. Não se comenta, inclusive, sua existência. Os rapazes, que vivem nos seus pequenos quartos, mantêm com o bairro ligações que se dão apenas num plano. Vão ali só para dormir. Trabalham e fazem todo o resto fora do Catumbi. Embora não sejam vistos com o estigma do “invasor”, não participam da confiança dos demais moradores. O crédito também lhes é negado, ainda que uma ou outra vez o consigam. São equacionados na mesma categoria dos empregados das oficinas. Como aqueles, são transitórios.

O Viaduto da Linha Lilás

Visto o que restou das ruas Valença, José Bernardino e D. Pedro Mascarenhas, o trabalho estendeu-se para a área do viaduto. A apropriação que seus espaços permitem tem sido preferencialmente lúdica. O ambiente é de difícil acesso, pois a travessia das pistas de fluxo contínuo é arriscada. Seus usuários são, por esse motivo, mais comumente os moradores da Paula Mattos. Os baloeiros da encosta de Santa Tereza, transferiram para os gramados (e até mesmo algumas vezes para as próprias pistas) suas

atividades. Os lançamentos são uma atração que mobiliza muita gente. Os vãos cobertos servem de proteção para os dispositivos mais delicados e que necessitam de cuidadosa operação para que haja sucesso.

Antigamente os balões eram soltos das ladeiras do Morro de Santa Tereza. Esses locais eram tanto melhores quanto estivessem mais afastados da rede de energia elétrica. O mesmo tipo de escolha é feito para a prática de empinar “pipa”. A rede aérea, além de ser um perigo, é um estorvo para o exercício dessa brincadeira. Com a construção do viaduto, as ladeiras e a colina do cemitério foram praticamente abandonadas como lugares privilegiados para tais práticas. Mesmo assim, ainda são usados pela garotada das ruas adjacentes aos morros de São Carlos e do Catumbi.

O imenso estacionamento que fica no limite com a Frei Caneca, é apropriado pelos meninos para suas brincadeiras. O traçado da área tem o desenho de um campo de futebol. As entradas e saídas dos carros são tomadas como balizas. Os moradores do Catumbi, no entanto, não gostam que seus filhos brinquem aí, mas toleram que o façam uma vez ou outra. Segundo dizem, é uma zona muito desprotegida, longe da casa e da atenção que podem dar às crianças.

A vista do bairro de cima do viaduto não é das melhores. Acentua fortemente o que resultou das sucessivas e arbitrárias intervenções urbanísticas que o Catumbi tem sofrido nos últimos anos. O fato de suportar uma infinidade de atividades sob seus vãos, não elide seu caráter de símbolo, de marco da tragédia que a “renovação urbana” trouxe aos moradores do bairro.

Aqui e ali as informações que recebíamos dos moradores nos forneciam uma experiência fragmentária do Catumbi. No entanto, isto já era suficiente para fazer-nos adentrar nas questões pertinentes aos objetivos do projeto. As observações que fizéramos nos facilitaríamos o desdobramento da pesquisa. Pelo menos, assim pensávamos. Dessa forma, era preciso retomar o trabalho de campo de uma outra perspectiva.

Mudando de Rumo

O interesse da pesquisa estava focalizado na apropriação de espaço de uso comum para fins de lazer. Esse assunto não parecia interessar a ninguém. As preocupações estavam voltadas para as demolições em curso. Os contatos com a Associação conduziam no mesmo sentido. Nossas questões ameaçavam tornar-se, conseqüentemente, problemas e curiosidades exóticas.

A identidade de pesquisador afigurou-se, logo, como tendo as fronteiras mal definidas. A preocupação fundamental das pessoas ligadas à Associação (nossos contatos iniciais), era a de saber que papel poderíamos ou queríamos desempenhar naquela conjuntura. Custaram a crer que não éramos nem possíveis patronos de sua causa, nem planejadores dotados de um poder técnico específico e que as demolições não constituíam o foco da nossa atividade de pesquisa. Para a dubiedade dos nossos contornos, contribuía a presença de arquitetos na equipe, nossa vinculação ao IBAM e



Lançamento de um balão



A parte do bairro que escapou

nosso aparato de interrogações e registros (fotografia, gravação, etc.). O que nos valeu também um matiz da identidade de repórter ou jornalista.

Era difícil não ser envolvido no drama social. O interesse pela luta do bairro foi um fator considerável a nos pressionar nessa direção. Além do mais era impossível conservar a frieza analítica diante da truculência do processo. Demolir casas, afinal de contas, significa muito mais do que desfazer abrigos. Significa, às vezes, derrubar um modo de vida.

As ruas D. Pedro Mascarenhas, Valença e José Bernardino, como vimos, foram destroçadas pela implantação do viaduto. E as demolições continuavam, como uma fatalidade cega, pois nem razão havia para prosseguir desapropriando, despejando e demolindo; ou as razões, se existiam, eram complexas e ocultas. Certo é que os moradores manifestavam desânimo e perplexidade crescentes a cada casa que ia abaixo. Não se falava noutra coisa. As demolições, as reuniões da Associação de Moradores, o que será que o poder municipal decidiria, a questão das indenizações, ou da Cooperativa Habitacional, eram os temas habituais das conversas. Nossos informantes, ligados à luta do bairro, nos falavam disso todo dia.

As reuniões da Associação e da sua diretoria reafirmavam ritualmente, a cada semana, a unidade dos moradores, a “comunidade” do bairro, a sua disposição de luta — o drama nas suas linhas gerais. Buscava-se uma mobilização mais intensa e ampla, em torno do evento catalisador. (Santos, 1977). Em determinados momentos quase fomos contaminados por essa comunidade de aflição (Turner, 1957) que nos contava como solidários e, quem sabe, capazes de ajudar de alguma forma. Com as coisas neste pé, decidimos empreender o caminho para fora da Associação. Para longe do epicentro do drama social (Turner, 1957) e para dentro do bairro através de uma nova rua.

A rua Emília Guimarães está situada na área não diretamente afetada pelas demolições. É transversal da Carolina Reidner, em direção das encostas do Morro do Catumbi e do Morro de São Carlos. Por isso, ficou mais resguardada da destruição que afetava o tecido urbano do outro lado da Rua do Catumbi. Além do mais, tinha sido objeto de referências anteriores, no contato com membros da própria Associação. Desde a primeira visita a campo, quando passamos por ela, o Armazém São José polarizou a nossa atenção e nos estimulou a fazer-lhe uma visita. Voltar ao local, nesta fase da pesquisa, pareceu lógico. Munidos das necessárias indicações e apresentações, possuíamos, a essa altura, um inventário de tópicos de conversa. Éramos, com a nossa atividade e identidade ainda mal definidas, um assunto e um evento. As pessoas estavam dispostas a tomar conhecimento do que fazíamos, o que ajudou bastante nos contatos.

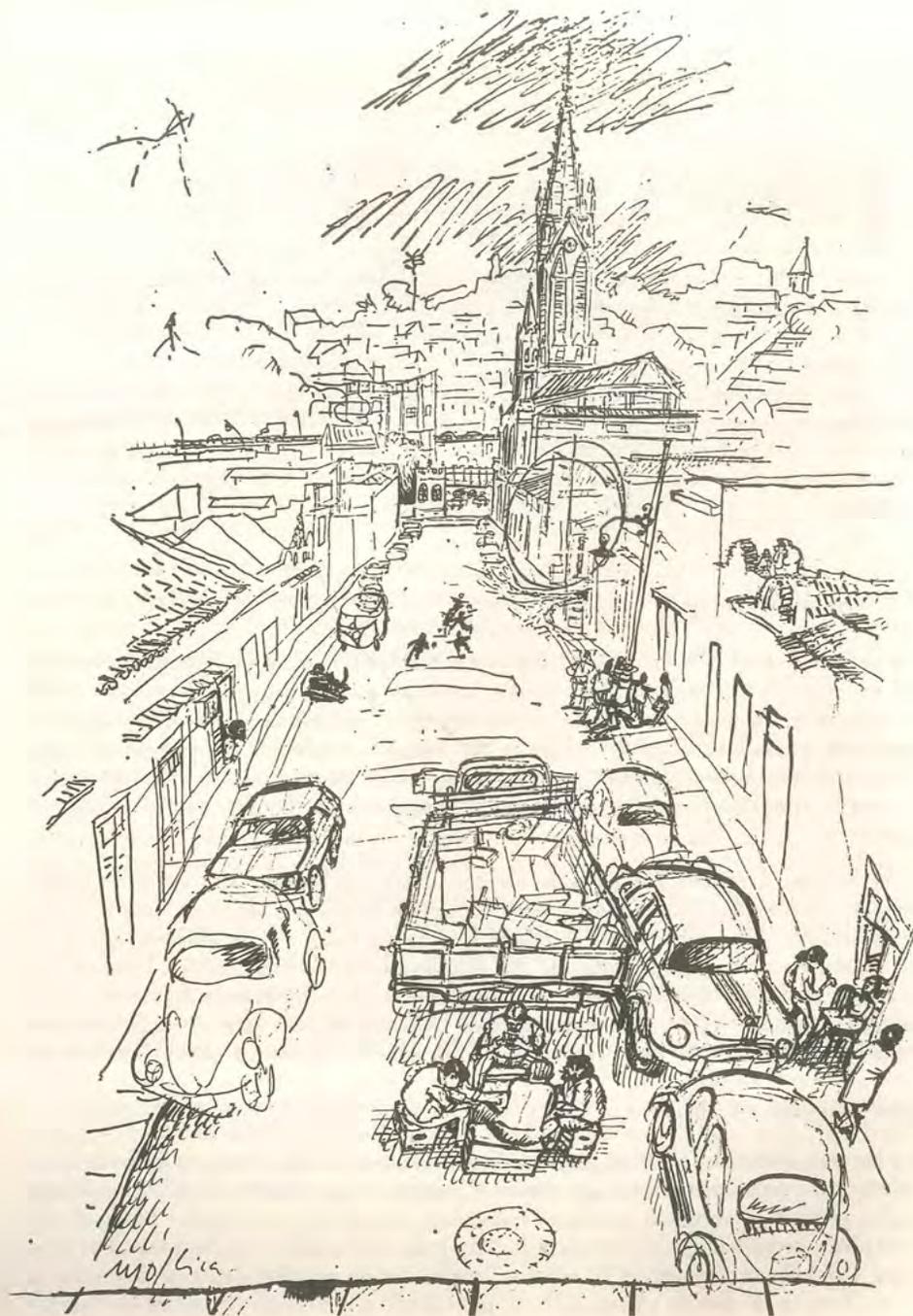
O Armazém da Esquina

Na esquina com a rua Van Erven, defronte a uma quitanda, está o Armazém São José. As primeiras visitas serviram como ponto de partida para transformá-lo numa de nossas mais ricas fontes de informações e de informantes. Seu Francisco Gomes, Seu José (os atuais proprietários), Toninho e Luiz, e Seu Manuel, nos franquearam o acesso à casa. Uma apresentação serviu-nos de passaporte. A entrada no entanto, foi um processo que tomou tempo, custou conversa e convivência, mas que nos deu uma via régia de acesso ao bairro.

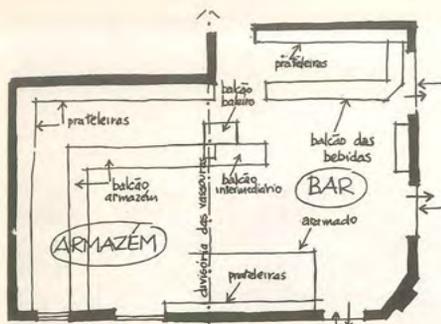
O espaço do Armazém foi o que se ofereceu mais rapidamente à nossa observação e análise. As funções são divididas pela coexistência de um bar e de um armazém propriamente dito; a dicotomia se rebate no arranjo físico. A comunicação com a rua se faz através de três portas altas. O São José também tem três balcões. Um deles, ao fundo, em forma de "L", serve ao atendimento das compras-de-armazém. Aí se adquirem bens e víveres destinados à casa. O balcão do bar, além de mais alto, está situado mais perto da rua. Os cigarros e as bebidas alcóolicas são as mercadorias vendidas ou consumidas neste espaço. O bar é o ponto dos homens. Nele se exercita principalmente o estar junto.

Os homens formam pequenos grupos. Fumam, bebem e conversam uns com os outros sobre os assuntos pertinentes aos vários domínios do seu mundo. Futebol, mulheres, jogos, política, eventos do cotidiano masculino, constituem os assuntos permanentes, verdadeira ordem-do-dia da conversa de botequim. O trabalho também faz parte dela. Com a bebida, consomem o "tira-gosto", uma comida peculiar que tem o sentido de complemento da bebida. Acompanha-a, permitindo a renovação constante do paladar.

Perspectiva privilegiada para observar a apropriação de espaços de uso comum: a Rua Emília Guimarães vista da chácara.







Esquema do armazém S. José

O armazém, contrapartida do bar, é um espaço feminino. Remete ao mundo da casa. As mulheres tendem a predominar neste espaço. Aí fazem suas compras e aproveitam para conversar umas com as outras, ou com o merceiro. A disposição relativa de bar e armazém caracteriza o último como uma área mais resguardada. Existem mesmo limites físicos indicativos desta separação. Uma dona de casa pode entrar e sair do recinto sem chamar a atenção dos que estão no bar.

Compondo o prolongamento do "L", entre o bar e armazém, encontra-se o terceiro balcão, que é muito pequeno e serve de interligação. É usado para vender o pão e o leite. É onde as crianças compram suas guloseimas. Transitam livremente por todo o recinto, mas são freqüentadoras mesmo deste balcão. A oposição entre o masculino e o feminino fica neutralizada neste espaço. Ora os homens, freqüentadores do bar, ora as mulheres, freguesas do armazém, aí podem ser encontrados. É o lugar onde tudo se mistura. Uma fronteira dentro do estabelecimento que, como tal, apresenta extraordinária permeabilidade.

O espaço do armazém é produto das relações do seu arranjo "material" com seus usuários e por isso mesmo apresenta uma vitalidade que varia de acordo com um padrão rítmico. De momento a momento sua freqüência varia não só quanto ao número, mas também quanto a sexo, idade e ocupação. Os fluxos e refluxos produzem verdadeiros ciclos, conferindo ao ambiente uma enorme variedade de aspectos — um intenso e cambiante movimento. Isto, afinal, é o que o constitui como lugar. A observação do movimento revelou sua importância. Forneceu também inúmeras pistas

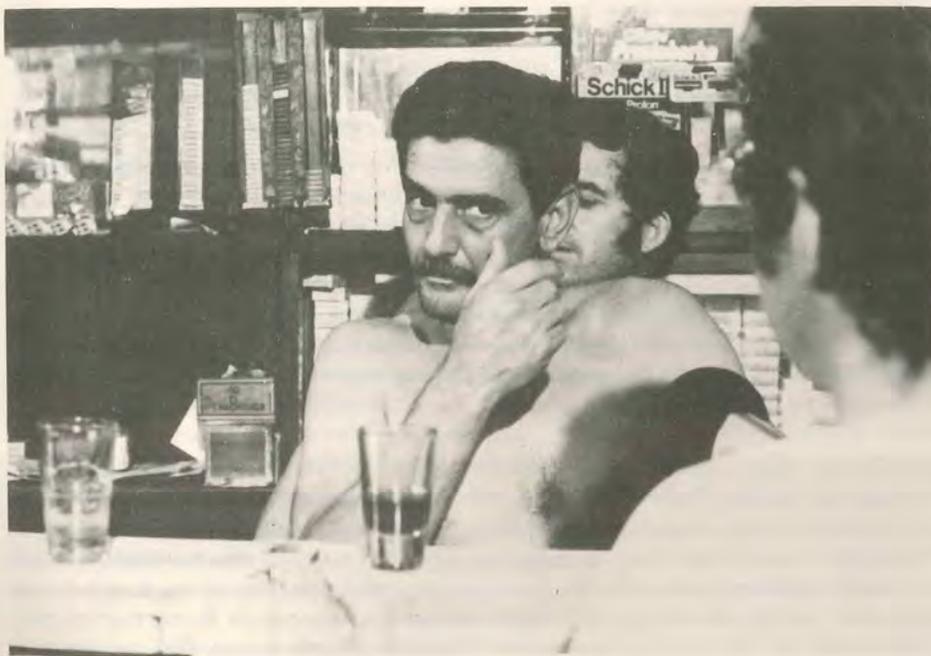


O armazém da esquina

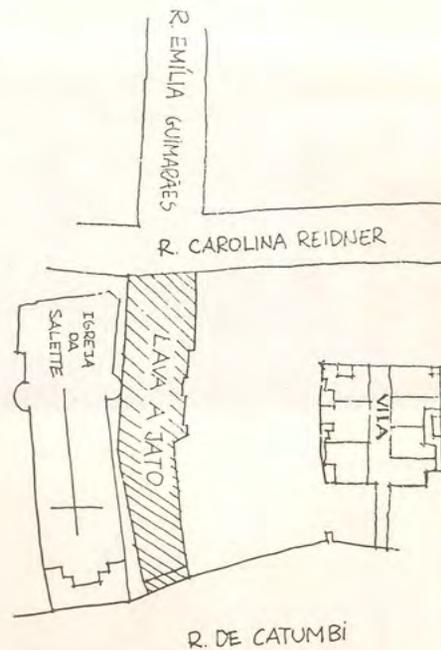
quanto aos domínios do social que não estavam diretamente presentes nele, mas que se podiam apreender de perfil.

Às sete horas da manhã, encontramos os freqüentadores assíduos. Reunem-se para um trago matinal antes do trabalho e das atividades cotidianas. O grupo se compõe, desfaz e recompõe a intervalos, sendo encontrado novamente por volta do meio dia, no meio, ou no fim da tarde. As donas de casa comparecem às compras em diferentes horas do dia. Os mecânicos das oficinas estão presentes nos momentos regulamentares de descanso ou, intermitentemente, entre um trabalho e outro. O mesmo acontece com os choferes de táxi e com os empregados da "Light". As crianças vão e vêm em função dos afazeres domésticos e da compra de doces (balas, chicletes, etc.) nas horas de recreação, matinais ou vespertinas.

A conseqüência desses ritmos é a contaminação dos espaços diferenciados do armazém. Há horas em que os homens invadem o espaço feminino, com suas bebidas e conversas. Em outras ocasiões, principalmente aos sábados, podemos encontrar mulheres bebendo com os maridos, na área do espaço feminino, ou mesmo no espaço neutro do balcão anexo. É raro, no entanto, que o façam sozinhas, ou no balcão do bar. Ressalta a ligação deste com a rua e a visibilidade mútua. Assim é possível ver de fora quem está bebendo no bar e ver do bar o que se passa na rua, ou quem passa na rua. Há uma lógica evidente nesse espaço que parece repetir-se estereotipicamente (Sahlins, 1976) em outros estabelecimentos do mesmo gênero.



O lugar dos homens



A passagem do Lava-a-Jato



Esquina das Ruas Emília Guimarães e Van Herven

Concluindo, diríamos que a relação entre o “mundo dos objetos” e o “mundo dos homens” parece obedecer a uma certa inflexão que vem a ser o estilo desse espaço ou o seu sistema, como diria seu Francisco Gomes.

A “Rua dos Ciganos”

O encontro com a rua Emília Guimarães ocorreu num fim de tarde inverno. Dela sabíamos que era o lugar onde se concentravam as famílias dos ciganos. Essa única pista era por si só bastante atraente, pois a imagem do Catumbi tem na colônia de ciganos um dos elementos mais importantes para sua construção.

As primeiras impressões estiveram relacionadas com o intenso movimento, refletido também no bar do armazém. De certa forma, foi olhando para a rua a partir dele que a vimos pela primeira vez. Depois, tornamos a vê-la quase cotidianamente em momentos diferentes do dia e da noite, assumindo feições cambiantes, cuja lógica fomos compreendendo aos poucos. Descobrimos que a Emília Guimarães não é muito diferente das outras. Diferencia-se apenas da própria rua do Catumbi e daquelas cujas feições foram alteradas em função das diversas intervenções urbanísticas sofridas pelo bairro. Abriga um casario típico assemelhado ao encontrável na Pedro Mascarenhas, na Valença ou na Rua Gonçalves.

Dividida em dois segmentos pelo entrosamento com a Van Erven, a Emília Guimarães começa na Carolina Reidner e termina em *cul-de-sac*, na antiga chácara do Barão de Chichorro. No encontro dos dois segmentos, provocado pela intersecção da Emília Guimarães com a Van Erven, o Armazém São José e a quitanda, ocupando as duas esquinas, constituem um ponto de passagem por excelência. Moradores da vizinhança transitam por aí, procedentes do morro, da rua Frei Caneca ou da rua do Catumbi (pelo atalho do “lava-jato”). A passagem é feita pelo próprio espaço público e também pelo bar, armazém ou quitanda.

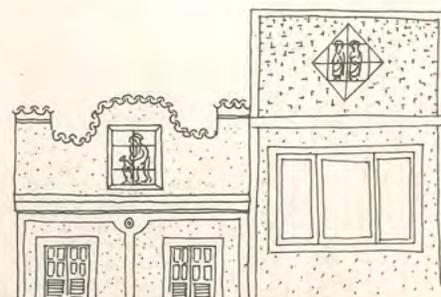


Emília Guimarães (lado ímpar), entre Van Erven e a chácara

O asfalto, significante de uma certa modernidade que se faz sentir no bairro, contrasta com as calçadas de cantaria que correm ao longo das casas. Estas, geminadas ou conformando construções corridas, estabelecem um *continuum* quebrado apenas pela variação dos detalhes arquitetônicos. A multiplicidade de tais detalhes é por si mesma significativa. As discontinuidades, dentro de uma arquitetura vernacular do gênero, remetem a um sistema de signos que fala de *status*, afiliações religiosas, identidades étnicas, situações econômicas; enfim, dos planos da organização social e do sistema de relações que permeiam a vida no bairro. As variações de estilo, as diferenciações estabelecidas através da pintura das fachadas, ou através das reformas modernizadoras, e, às vezes, graças a certos complementos, contribuem para individualizar determinadas unidades do *continuum*. Assim, os azulejos representando santos, tais como Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Salete ou mesmo Cosme e Damião, indicam devoções particulares dos moradores (atuais ou originais). Estas, por sua vez, podem recobrir fronteiras étnicas (Nossa Senhora das Graças, por exemplo, é a padroeira dos ciganos) que se conjugam estabelecendo uma identidade mais inclusiva para efeitos externos.

A fachada contínua do correr de casas registra a memória da rua, não apenas no sentido da profundidade no tempo, mas também como memória descritiva de uma totalidade atual espacialmente contida. Os beirais com telhas de louça portuguesa, os trabalhos de cantaria das portas e janelas que se sucedem numa curiosa simetria, os florões destacando datas (1880-1898), o tratamento das fachadas, variável quanto aos seus valores semióticos (cores expressionistas, materiais "modernos", tais como pastilhas, grades), tudo isto confere à rua uma ambiência.

Os elementos arquitetônicos são, conscientemente, dotados de significado no discurso dos moradores, que os foram nomeando durante as peregrinações cujo objetivo era que nos familiarizássemos com as "coisas que valiam a pena ser vistas e anotadas". Preciosidades e marcas locais eram, dessa forma, detectadas e reunidas às demais informações que se destinavam a compor a imagem que gostam de atribuir à rua. Por meio de um artifício que obrigava a um deslocamento no espaço, eles nos forneceram a perspectiva da qual gostam de ser vistos, sua auto-imagem predileta.



Azulejos de santos

A análise de espaços deve levar em conta as atividades que se dão nos seus diversos recortes. Assim como a rua é a forma de utilizá-la, o espaço é o uso que permite. Os significados que um determinado suporte material (esquina, calçada, quintal, rua, etc.) pode assumir, resultam da sua conjugação com uma atividade e mudam de acordo com ela. Falamos de espaços e do que pode acontecer, gramaticalmente, em cada um. E o que pode acontecer varia. Mas, na variação mesma dos eventos possíveis, existe uma estrutura que torna o espaço apenas mais uma dimensão do social. Para proceder a seu levantamento é necessário registrar as categorias através das quais os usuários se referem aos diversos recortes que distinguem e observar o que neles fazem ou consideram factível.



Lava-a-Jato ligando as ruas do Catumbi e Carolina Reidner

Nossa visão do espaço privilegia explicitamente o aspecto processual, a dinâmica que resulta dos diversos usos possíveis. A razão da escolha é teórica: não acreditamos na existência prévia e estanque de um conjunto de regras apostas em seguida a um conjunto de lugares. A regularidade existe precisamente em todas as maneiras pelas quais um local venha a ser, de fato, apropriado e usado. As regras de utilização do espaço estão permanentemente em construção. Mas, ao fazê-lo, a sociedade estará também construindo um conjunto de relações sociais úteis a seus intérpretes.

As atividades como que “escolhem” seus espaços, apropriando-se deles, conformando-os, e sendo conformadas de volta. A distinção entre forma e fundo perde o seu sentido, pois existem conjugações de espaços e atividades em que os primeiros não são apenas formas que abrigam um conteúdo eventual na medida em que contribuem para a sua realização. Da mesma maneira, o que acontece em um local não constitui somente a essência que, vertida num receptáculo vazio, toma a sua forma, pois contribui decisivamente para moldar e qualificar os ambientes. Em resumo, diríamos que um espaço é sempre o espaço de alguma coisa, assim como as coisas só podem ter lugar em algum espaço. O problema da adequação de forma e conteúdo se revela uma falsa questão. Daí resulta uma dificuldade prática: a etnografia de um espaço social não pode ser senão a etnografia do que se passa nele.

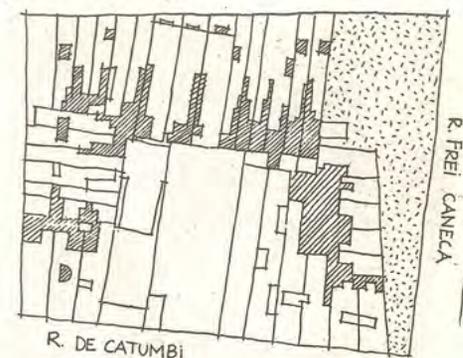
A Casa e a Rua – Uma Descrição

Um quarteirão do bairro, visto do alto, permite observar uma série de particularidades no recorte dos espaços. Em primeiro lugar, ressalta a disposição das casas que, perpendiculares à rua, se alongam em direção aos seus respectivos quintais. Como estão coladas umas às outras e todas à rua, parecem um “cinturão” ou uma “muralha” que envolve um miolo constituído por todos os quintais contidos no quarteirão. De imediato, separam-se a rua, espaço conotado pela externalidade e o quintal que, não sendo casa, é, no entanto, da casa; que apesar de externo, não é a rua. Da rua não se vê o quintal e vice-versa. A casa, porém, “olha” igualmente para a rua e para o quintal.

Esse olhar da casa para a rua não é o simétrico inverso da vista da casa para o quintal. Da casa olha-se para a rua, que, sendo pública, é de todos. A vista do quintal deve ser, em contrapartida, limitada ao nosso quintal pois, a materialidade dos anteparos (muros, cercas vivas, trepadeiras, etc.) expressa o direito a uma relativa invisibilidade. Essas fronteiras do respeito mútuo unem e separam ao mesmo tempo.

Os quintais, enquanto parte do espaço privado da habitação, servem como palco para o desempenho de um conjunto de atividades. Assim, o quintal é tradicionalmente o lugar dos “sanitários”, do tanque de lavar roupa, do varal onde as peças são expostas para secar e “quarar”, do galinheiro, das árvores frutíferas, dos cachorros e do quarto de despejo.

No quintal as mulheres trabalham e as crianças, que ainda não têm idade suficiente para frequentar a rua, brincam. A contigüidade enseja ainda a comunicação entre as vizinhas ocupadas nos seus afazeres diários, enquanto os filhos brincam nos quintais uns dos outros. À noitinha o lugar se converte em ponto de reunião de familiares.



Quadra do Catumbi; padrão de ruas, casas e quintais





Da janela a participação no movimento

O quintal enquanto extensão da casa, adquire, em primeiro lugar, um significado de intimidade. O acesso a esta área só é possível literal e metaforicamente, através da casa e, portanto, a “pessoas da casa”. No quintal se expõe uma dimensão da vida cotidiana que é recorrentemente escondida. São os fundos da casa onde se processam os cuidados de higiene, se lava a roupa suja e onde ficam animais e plantas (a natureza a nível doméstico e, portanto, aculturada, mas “fora”). As crianças, de socialização insuficiente, ficam confinadas nos seus limites. Além de ser uma área relacionada à interioridade da habitação, poderíamos, de certa forma, caracterizá-la como o interior do interior, pois está mais próxima da cozinha e do quarto de dormir do que da sala. Esta peça formal é quase um prolongamento interno da fachada; uma exposição da casa dentro da própria casa.

Os acontecimentos e os atores adistritos ao quintal permitem conotá-lo em termos do que, na cultura, está classificado como “natural”. A oposição entre o “natural” e o “cultural” é, no caso, uma diferenciação dentro do próprio domínio da cultura ao qual a casa pertence.

Em determinados momentos o quintal pode metamorfosear-se em local de festa e reuniões, abrindo-se às pessoas que, não sendo do grupo doméstico, são, no entanto, da casa — amigos, compadres e comadres, parentes, etc. Nessas ocasiões, vira uma sala informal. O traço de união lógica entre o quintal e a sala é, então, a hospitalidade.

A oposição Casa x Rua vem acompanhada da idéia de gradação, tal como aplicado ao conjunto dos espaços que designamos pela categoria inclusiva de casa (da Matta, 1979). A rua como domínio oposto ao da casa, tenderia a identificar-se com o público, o formal, o visível e o masculino. A casa, como sua contrapartida, estaria vinculada, em



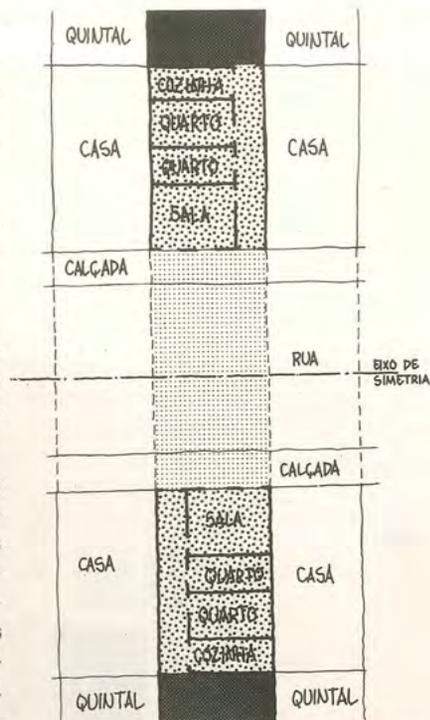
Cadeira na calçada: lazer característico de centro de bairro tradicional

princípio, ao privado, ao informal, ao invisível e ao feminino. Estes, no entanto, são apenas pólos de um eixo para a compreensão do universo social. Os dados da percepção distintiva do masculino/feminino, do visível/invisível, do público/privado, do formal/informal, bem como do dentro/fora, são codificados diversamente, nas diferentes culturas. São significantes privilegiados cuja combinação e significados variam contextualmente.

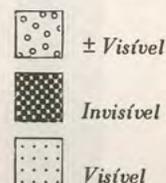
A rua definida pela acentuação da face pública das atividades que nela se desenvolvem, oferece os mesmos problemas para uma etnografia. O senso comum distingue neste espaço as calçadas, as esquinas e a rua propriamente dita, ou “meio da rua”.

A rua pode ser invocada como lugar de passagem, como caminho que leva ao trabalho, ao lazer, ao culto, mas ela mesma dá lugar a todas essas atividades. Uma rua está, em geral, associada ao que se chama de passeio, quer dizer, às calçadas. Estas acompanham o correr de casas e o traçado da via, definindo fisicamente um espaço intermediário que é o espaço das pessoas na rua.

As calçadas pertencem às casas, o que não significa que sejam parte das mesmas enquanto propriedade. O seu caráter público contrasta, por vezes, com as formas pelas quais são circunstancialmente utilizadas. As diversas maneiras de ocupação destas áreas vivas do espaço urbano criam uma ambiência que os moradores associam ao modo de vida tradicional do Catumbi. Referem-se muito a um tempo em que as cadeiras na calçada eram “a marca registrada” da vida do bairro. O hábito, característico dos momentos especiais, marcados pela suspensão do cotidiano (fins de tarde, tardes de sábado, domingos ou feriados), é considerado exemplar do estilo de lazer do Catumbi. No passado, dizem, todos tinham esse costume que hoje parece estar em extinção.



Espaços lidos segundo a visibilidade social



A importância das calçadas; o espaço das pessoas na rua

Apesar disto, na rua Emília Guimarães continua sendo praticado, mais frequentemente pelas pessoas de idade. Os ciganos, que constam como os moradores originais da rua (parece que havia aí uma grande concentração deles), são vistos também como os mais fiéis depositários do hábito de sentar-se à porta para olhar o movimento.

Portas e Janelas:

As portas guardam um conjunto de significados que parecem ter-se adelgado ou transformado em outros ambientes urbanos. Assim, pelo menos, parece indicar a quantidade de coisas que podem acontecer com o suporte de uma soleira.



A soleira viva



... e morta

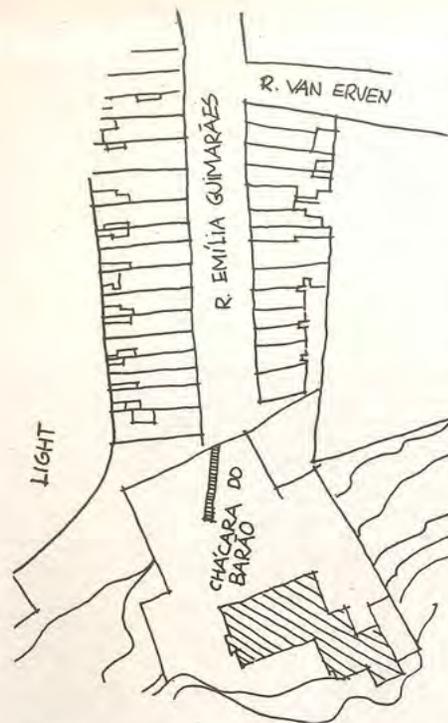
As janelas têm uma variedade análoga de significados. Podem servir para comunicar-se com a rua (sem que para isso se tenha que abrir a porta da casa). As mulheres, dedicam-se à observação do que se passa, registrando toda gama de comportamento e atividades. São espectadores mas estão também envolvidas com o espetáculo, podendo ocasionalmente assumir papéis dentro dele. Quando as crianças brincam as mães acompanham os seus jogos nas calçadas ou, às vezes, no próprio leito da rua. Das janelas controlam as situações de perigo, os conflitos ou os comportamentos desapropriados que sancionam, emitindo ordens, avisos ou reprimendas. As intervenções têm a virtude de suscitar uma modalidade de discursos marcadamente domésticos. As crianças, os assuntos da casa, os eventos cotidianos que afetam o lar são os temas das conversas através da rua. Esta se converte num quintal sem muros. Assume um aspecto diferente, criado a partir do modo de apropriação do espaço coletivo.

Ao estar-visível das mulheres (à janela) acrescenta-se uma outra maneira de observar a rua. Mais dissimulada, ainda que não menos atenta. Ocorre através das venezianas ou das janelas semi-cerradas. É antes um perscrutar, que colhe as informações sobre a vida da rua e das pessoas que a freqüentam, ou mesmo um modo de participar (sabendo) dessa vida, dentro e fora ao mesmo tempo.

A janela pode servir como "balcão", como no caso do alfaiate. Uma porção da calçada se integra, funcionalmente ao *atelier*. As relações mediadas por uma janela-balcão situam-se num outro domínio do social — o trabalho.



Conversa na porta de casa



Chácara do barão

Às vezes os homens conversam à janela, em torno de garrafas de cerveja. A cena sugere, de alguma forma o que se passa no bar do Armazém São José. As mulheres se tornam invisíveis nestes momentos, recolhendo-se para o interior da habitação.

Alguns detalhes arquitetônicos podem tornar impossíveis certas formas de uso das janelas — as grades, a altura excessiva com relação à calçada, por exemplo. A distância entre a casa e a rua aumenta em virtude desse tipo de problema. As ocasiões de contato face à face se reduzem, ao mesmo tempo que se acentua a distinção do fora com relação ao dentro, do público com relação ao privado.

A porta aberta (ou entreaberta), sobre a soleira de cantaria, assemelha-se à janela, mas se diferencia também desta com nitidez. É lugar de sentar-se para ver a rua, de reunir-se para conversar, de atender pessoas, porém, mais que tudo, é o limiar da casa. Trata-se, por isso mesmo, de um lugar privilegiado para os ritos de incorporação ou separação. As portas possuem, aliás, as suas “janelas” — os postigos pelos quais se pode também observar o lado de fora ou atender a estranhos. Mas, em última análise, é principalmente através das portas que o espaço da casa extravaza para a rua.

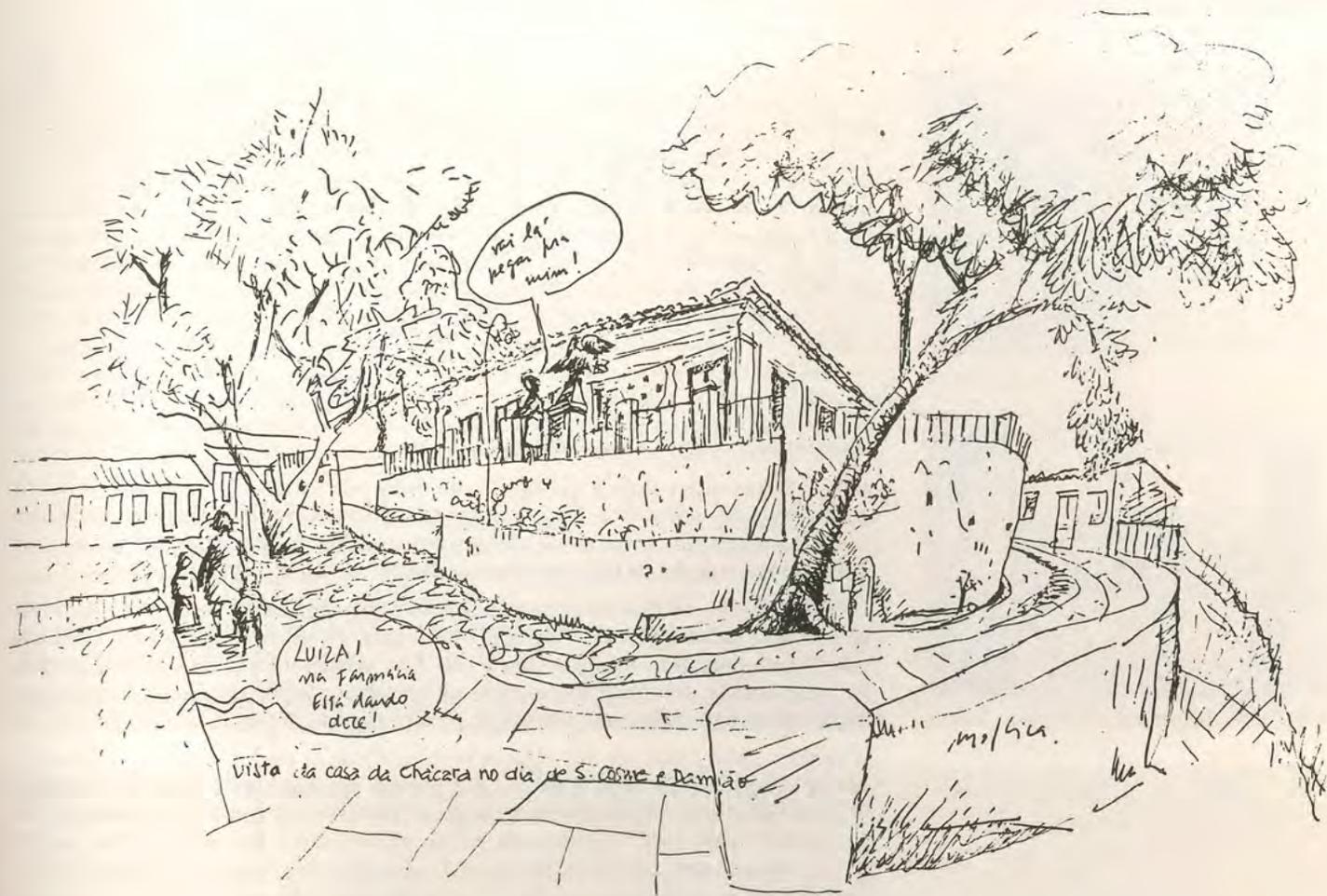
Na calçada, junto da porta, é que se colocam as cadeiras ou se desenvolvem certos brinquedos infantis (os mais sossegados). Os caixotes do “jogo de sueca” se transformam em bancos e mesas, compondo o ambiente deste mais popular dos carteados.

Além das casas de família, também as oficinas, garagens, armazéns e quitandas podem apropriar-se do espaço das calçadas. Diríamos que, quanto mais portas se abrem para a calçada, tanto mais completamente o espaço público é passível de apropriação pela casa. A mecânica de automóvel sobretudo os serviços de conserto, regulagem, lanternagem e capotaria são realizados na rua por mecânicos autônomos que se associam informalmente dando origem à popular “Ruauto” (de Jesus, “Goró” & Cia.). As ruas que terminam em *dead-end*, ou que foram seccionadas por uma intervenção urbanística (como D. Pedro Mascarenhas e Valença) favorecem essa atividade e tornam possível uma apropriação mais ampla do meio da rua.

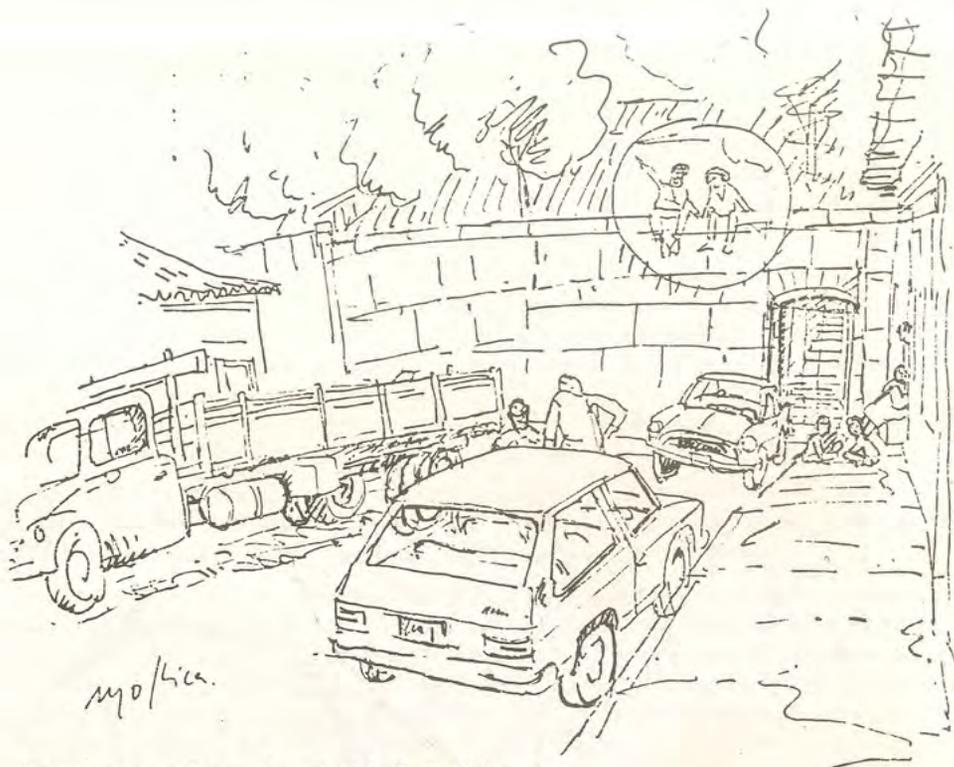
A Chácara

A chácara do Barão de Chichorro constitui o fecho da rua Emília Guimarães que vem morrer aos pés do alto muro de pedra dessa antiga quinta aristocrática. Situada numa elevação da encosta do morro de São Carlos, a chácara é acessível atravessando-se um portão de ferro, a partir do qual uma escadaria conduz, primeiro ao jardim e logo (seguindo uma rampa) ao próprio casarão.

O jardim, apesar de mal cuidado, atrai as crianças para uma área que se presta a vários tipos de jogos. Desse ponto de vista a rua se estende para dentro da chácara, sua continuação “natural”, e, ao mesmo tempo, um grande quintal. A permeabilidade da fronteira do portão de ferro, entretanto, é problemática sob certos aspectos. Nem sempre e nem todos os moradores da chácara freqüentam a rua. Os moradores da rua, por sua vez, mantêm com esse lugar uma relação ambígua. Com efeito, o recorte do espaço indica que aí estão um jardim e um quintal pertencentes a uma casa. O espaço significan-



O casarão senhorial da chácara; hoje transformado em residência multifamiliar



Jogo, conversa e observação no final da Emília Guimarães

te está fortemente colado a um significado dado pela categoria casa: espaço privativo de um só grupo doméstico. Mas o caráter privado que a classificação corrente lhe atribui, em primeira instância, tende a relativizar-se em função do caráter de habitação coletiva pela qual se define (diferencialmente das outras habitações da mesma rua).

Quintal e jardim do casarão correspondem ao espaço comum de uma coletividade que se encontra individualizada e segregada no espaço da rua. De certa forma, a chácara guarda uma relação de analogia com a vila. Esta existe em torno de uma "rua particular" cujo caráter paradoxal se evidencia ao nível da sua adjetivação, pois, em princípio qualquer rua é pensada como um espaço público de uso coletivo.

A chácara surge como um dos espaços problemáticos da rua, pois, apesar de coletivo, não se constitui num condomínio, o que poderia aproximá-la da noção de conjunto. O proprietário e os inquilinos não se fazem representar pela figura de um síndico. Não há porteiro, nem existe regulamento, como nos edifícios. Isto não significa, porém, que a chácara esteja imersa na desordem. O que não existe é um controle formal deste espaço, onde mora "muita gente" como enfatizaram os informantes.

A ambigüidade da chácara vai desde a tranqüilidade das tardes ou manhãs de folgedos até o mistério e a suspeição que recai sobre ela quando se fala das suas noites e madru-

gadas. Encobertas pelo escuro e pela invisibilidade relativa, coisas indesejáveis e reprováveis acontecem nas horas mortas (como pretende a fantasia dos moradores da rua). Nestes momentos a chácara se aproxima, na representação que dela fazem seus “vizinhos”, do morro ou da Garagem Presidente, lugares por excelência do que está à margem da moralidade vigente no bairro, do que é escuso e proibido.

O muro de pedra foi um dos melhores postos de observação da Emília Guimarães durante o nosso trabalho de campo. Nada mais ilustrativo do que acompanhar o movimento, que, além de oferecer ao observador o objeto observado na sua totalidade, permite-lhe ainda conservar-se fora das vistas daqueles que evoluem sob seu olhar atento. Do alto do muro o casario transmite uma imagem reforçada de harmonia arquitetônica. As alterações, sofridas por determinados segmentos deste conjunto, tornam-se mais evidentes, o mesmo acontecendo com as formas de apropriação do espaço coletivo.

Ao pé do muro, encontramos um local destinado ao “jogo de sueca”. Um caminhão de frete, estacionado em fila dupla, do lado direito, oculta o grupo dos jogadores dos olhares e da curiosidade dos que transitam pela Emília Guimarães. Mas adiante, um grupo de mulheres conversa à porta da casa de uma delas. Um bando de crianças brinca de “amarelinha” sobre um traçado no meio da rua. Os garotos, que jogavam futebol, interromperam a partida para se reunirem ao redor de um poste que parece ter o condão de atrair as crianças nos intervalos da brincadeira. Enquanto isso os velhos e as mulheres, isoladas ou em grupos, nas cercanias das portas, às janelas, observam. D. Lurdes varre a rua depois de ter alimentado os “pombos do Divino” com punhados de milho. A chegada do resultado do “jogo do bicho” provoca uma certa movimentação que se irradia desde o armazém, rua afora. Com as listas na mão as mulheres vão às portas ou janelas uma das outras comentar os resultados das suas apostas. A rua tranqüila até então, não fosse pelo movimento das crianças e pela atividade intermitente dos mecânicos da “Ruauto”, ganha em vitalidade. Uma certa excitação vai aos poucos dando lugar a nova calma.

A Emília Guimarães se estende, novamente preguiçosa, sob o sol que a divide ao meio, adquirindo um ritmo lento, marcado pelo andar dos transeuntes ao longo da calçada sombreada. Um homem despacha uma encomenda pela janela da camisaria. Do outro lado, uma freguesa examina um mostruário de fazendas no “balcão” do alfaiate. O Armazém São José, fortemente batido pelo sol, atravessa seus momentos mais tranqüilos.

Ao fundo, contra a encosta de Santa Teresa, a igreja da Salette verticaliza a perspectiva do observador. O olhar atraído para o céu registra “pipas” que vão baixando nos seus “de lado”, “de bique”, ou “cruzando”, procedentes dos diversos pontos de empinar existentes no bairro ou nos seus limites. Saem da chácara, da colina do cemitério, da subida do morro do Catumbi, da encosta do morro de São Carlos ou da rua Frei Caneça.

Entre as atividades existentes, podemos distinguir, além das que se evidenciam pela sua apresentação explícita — salão de beleza, oficina, alfaiate, camiseiro, armazém, quitanda, etc. — aquelas das quais não há indicações, mas que podem ser descobertas por indícios, ou pelas referências casuais que lhes são feitas nas conversas.



Roda de mulheres (Emília Guimarães)



Pombos do Divino



Jogo dos homens (esquina da Emília Guimarães com Van Erven)



Subida do morro do Catumbi

A "Travessa do Chichorro"

Abandonado o ponto de observação no alto do velho muro, a caminho da rua Van Erven, pode-se descobrir a existência de um depósito de papel no que parece ser uma habitação como as outras. Perto, uma pequena indústria caseira onde moças e mulheres se dedicam ao bordado de etiquetas. Na frente da quitanda, "Seu" Manuel, o antigo proprietário do Armazém São José, lê o jornal, sentado num caixote, enquanto outro grupo joga sueca do seu lado. Seguindo a rua Van Erven, em direção da subida do morro do Catumbi, passamos pela entrada da Garagem Presidente onde se formam as filas para tomar a velha camioneta que faz lotação para os morros do Catumbi, Cidade Mineira, São Carlos e Estácio.

Do entroncamento com a rua do Chichorro até o final da Van Erven encontram-se, além de uma oficina mecânica, um ourives, um *buffet* e uma confecção de cortinas. Esse trecho apresenta-se intensa e permanentemente movimentado, pois canaliza o tráfego de pedestres e veículos que se dirigem para o morro ou são provenientes dele.

Com a rua Van Erven sucede algo relevante do ponto de vista sociológico. Podíamos considerá-la um caso ilustrativo do que se passa com os limites do bairro. Originalmente chamada "Travessa do Chichorro", apenas com números ímpares, terminava também num portão de ferro. Essa fronteira nítida foi borrada a partir do momento em que o portão deixou de existir e a rua se viu prolongada até o "campo da Mineira" área do Morro do Catumbi onde moram, segundo os informantes, muitas famílias que vieram de Minas.



Rua Van Erven, entre o armazém da esquina e a subida do morro

Puxada para além do seu entorno urbano original, essa rua começou a funcionar como o traço de união entre o bairro do Catumbi e o morro do mesmo nome. A fronteira entre as duas áreas (cada qual dotada de sua identidade específica) tornou-se, dessa maneira, manipulável. A extensão do calçamento e da numeração, morro acima, facilita a identificação dos moradores do novo trecho como habitantes do Catumbi, minimizando os custos sociais da identidade problemática de “favelados” que, a rigor, poderia ser atribuída aos que vivem nessa região de penumbra classificatória.

Lugar de intenso movimento, concentrou um animado comércio de “barraquinhas” que lembra uma feira permanente. Bares e botequins se alinham na trajetória ascendente da rua em direção da favela. Nesse particular, a pequena feira é o próprio signo da imprecisão do limite (e da classificação), sendo freqüentada tanto pelos moradores do morro quanto pelos moradores do bairro do Catumbi propriamente dito (o público deste se limita na realidade aos que moram nas ruas do Chichorro, Van Erven e Emília Guimarães). Já os bares e biroskas, situados mais para o alto, não são freqüentados a não ser pelos moradores da favela ou por figuras cujo caráter liminar lhes faculte o trânsito neste ambiente sem que tenham a temer uma eventual contaminação. Torna-se perceptível uma valoração diferencial que ancora respectivamente e por oposição as identidades do bairro e do “morro”. Se, por um lado, o pequeno comércio é capaz de fazer momentaneamente silenciar a virtualidade do sistema classificatório, os bares e as biroskas marcam a diferença pela natureza mesma das relações que se estabelecem no seu interior. Os moradores do bairro podem freqüentar as barraquinhas, mas dificilmente farão alarde disto, pois sequer gostam de ser vistos comprando aí. Não lhes ocorreria freqüentar os bares e biroskas da subida do morro, por se tratar não só de uma “mistura” indesejável, mas também de região estigmatizada que contaminaria a identidade de morador do bairro. “Morar no bairro” constitui “status” isento das acusações que são reservadas para os habitantes de franjas liminares do social: favelas, morros, periferias, etc.

Em contrapartida, “o pessoal do morro” pára no Armazém São José (como de resto nos outros bares do bairro) não só para suas compras como também para beber e conversar. Para isto, contribui o fato de estar o armazém situado na passagem que leva ao morro. O encaixe eventual não faz esquecer a distinção significativa entre pessoal do morro e vizinhos. Benvindo como freguês e tolerado como freqüentador, o morador da favela ocupa no espaço da Emília Guimarães um lugar preciso e circunscrito, dominado pelo código expressivo e regulador dos valores e comportamentos vigentes em uma rua que não é dele.

As Segundas-Feiras

Antigamente havia no bairro uma feira. Realizava-se numa área, hoje demolida, que abrangia o trecho da rua D. Pedro Mascarenhas em direção da encosta de Santa Teresa. A construção da via tronco, de cujo complexo faz parte o viaduto, acabou com ela.

Durante algum tempo o Catumbi ficou sem feira. A sua importância, no entanto, tornou-se evidente graças exatamente ao seu desaparecimento. Desde então ficou claro



Demolições ao longo da Linha Lilás

não apenas o papel que a feira desempenhava para a economia doméstica dos moradores, mas também o seu caráter de elo entre os bairros do Catumbi e Santa Teresa. A construção do viaduto seccionou ruas e relações sociais. O tecido urbano, destruído por esse tipo de intervenção, perdeu-se juntamente com as diversas formas de apropriação que tornava possíveis. Em seu lugar, o complexo do viaduto instaurou um espaço de apropriação mais limitada, e predominantemente viária. A distância social entre os dois bairros aumentou muito com esse tipo de intervenção. Antes próximos, em função também de uma certa continuidade, Catumbi e Santa Teresa se distanciaram ou tendem a fazê-lo cada vez mais.

A feira, na confluência dos dois bairros, reforçava sua proximidade, favorecida, de resto, pelo caráter pouco definido dos limites. A feira servia para aproximar por vários motivos: realizava-se numa área onde Catumbi e Santa Teresa faziam fronteira; contribuía para confundi-la; reforçava a continuidade dada pelo tecido urbano. Hoje, o viaduto representa uma linha divisória nítida. E um marco que se impõe, na percepção do espaço. Um significante privilegiado que realça a separação e suscita a diferença.

Não pensamos a distância social como algo determinado apenas pelas peculiaridades físicas do espaço. Às vezes estamos mais próximos de quem mora longe do que quem mora perto. Na festa do Divino, por exemplo, ou na festa da Salete, encontramos inúmeros ex-moradores do bairro que agora residem em outra parte, às vezes longe. A distância e os obstáculos que lhe são inerentes não logram, ao menos inicialmente, afastá-los dos lugares aos quais estão socialmente ligados.

Entretanto, não há como negar que as limitações impostas por determinados recortes espaciais podem dificultar a renovação dos laços de proximidade social. A implantação do eixo viário, encontrado no viaduto da "Linha Lilás", foi numa incisão clara que estabeleceu a descontinuidade do tecido urbano. O caráter de via-expressa torna essa descontinuidade ainda maior, porque dificulta alcançar ou atravessar o novo espaço.

Não há mais ruas onde antes elas existiam. Por isso deixou de haver feira. Desapareceu o motivo da conjunção periódica dos moradores do Catumbi com os moradores de

Santa Teresa. O contato se tornou, dessa maneira, ainda mais difícil. Assim, não admira que a feira constituísse um dos pontos fortes das reivindicações do Catumbi. Restaurá-la era de certa forma uma medida regeneradora, senão do tecido urbano, ao menos das relações sociais que aí se davam.

Pode parecer estranho que não se tivesse utilizado o espaço debaixo do viaduto para a feira que acabaria por retornar à vida do bairro. Esta localização foi aventada e parece ter sido conforme aos desejos dos próprios feirantes. A área se caracteriza, no entanto, pelo seu aspecto inóspito. O acesso é perigoso, através das pistas de via direta. No lugar não há nem casas nem bares, nem possibilidade de orientar axialmente a disposição das barracas. Não se reúnem, portanto, as condições preferidas para o exercício do “fazer feita”. Por quê a insistência em realizar a feira embaixo do viaduto?

De imediato, ocorre uma razão de ordem prática, se considerarmos as conveniências do feirante: manter o vínculo de duas freguesias cuja confluência dava importância à feira, contribuindo para a qualidade e a diversidade da oferta que propiciavam a satisfação dos compradores e a boa féria dos vendedores.

Em segundo lugar, o aproveitamento poderia surgir como fórmula aceitável para a incorporação do viaduto. Já vimos como esse complexo viário é problemático. Além de seccionar o bairro, remete sistematicamente para fora dele. Incorporar o viaduto teria a conotação de domesticá-lo, porque o contexto da intervenção urbanística da qual fazia parte ameaçou o Catumbi de erradicação pura e simples. Os moradores do bairro sabem que escaparam por pouco e, ao mesmo tempo, tratam de assegurar-se contra novas investidas, procurando cicatrizar as feridas. Conferem, ou tentam conferir, significados às marcas de uma quase-catástrofe. Realizar a feira embaixo do viaduto aparece, sob esse ponto de vista, como tentativa de recomposição momentânea e precária do bairro e das suas relações mais tradicionais.

A feira voltou recentemente. Mas em outro lugar — na rua Emília Guimarães. Mais uma vez pode ser vista como mediadora. Desta feita, porém, a conexão se fará entre o bairro do Catumbi e o morro. Os moradores de ambos constituem a sua freguesia, embora os do morro sejam mais numerosos.

Às segundas-feiras, de manhã, todos se misturam nesse local que adquire um ritmo diferente, atualizando-se como um espaço também diferente. Surge como que uma nova “rua” dentro da Emília Guimarães. Uma rua de comércio que concentra e expõe o que costuma estar dispersos. Dois renques de barraquinhas, outros tantos “açougues”, “armarinhos”, “armazéns” e “quitandas”, armam-se no meio da via, cujo leito passa a ser o que a calçada é normalmente (o lugar das pessoas). As calçadas, ao invés, se transformam em simples atalhos para as casas e, vez por outra, constituem uma segunda rua de comércio. Nesses momentos, os domínios do público e do privado se recombinam com novos significados.

O deslocamento indica um determinado giro do eixo de valores sociais e espaciais segundo o qual as pessoas se orientam. As mulheres deixam a casa, mas para se ocupar dela em público, numa das poucas formas legitimadas de estarem na rua. Nesta, se confrontarão com homens e mulheres que são estranhos ao domínio doméstico. Os temas da conversação entre o freguês e o feirante, ou dos fregueses entre si, estarão,



Travessia difícil



Passagem subterrânea onde era o antigo largo

no entanto, predominantemente, ligados à casa. As relações são marcadas com frequência por uma pessoalização, sempre possível nessa forma tradicional de mercado, onde a relação não se estabelece apenas entre coisas mediadas pelo dinheiro.

As mulheres encaram como parte do seu lazer o “ir às compras”. Nestas ocasiões encontram-se com as amigas e conhecidas. Isto não se dá por sobre o muro do quintal, ou na porta de casa, ou de janela para janela — se dá na rua, o que é indicativo de uma inflexão particular da categoria lazer entre os moradores mais tradicionais do bairro.

Há também o relacionamento com os moradores do morro. Isto acontece a propósito da feira e dos temas que tende a suscitar (custo de vida, preços, etc.). A distância que costuma separá-los, física e socialmente, reduz-se. O dado aponta uma diferença curiosa entre a feira antiga (na D. Pedro Mascarenhas/encosta de Santa Teresa) e a feira nova (na Emília Guimarães e Van Erven). A primeira aproximava os moradores de Santa Teresa, geográfica e socialmente mais elevados, dos moradores do Catumbi. Na segunda a situação se inverte: os do morro descem para participar, não só da apropriação de um espaço coletivo onde, em geral, não passam de transeuntes, mas, além disso, para compartilharem de um serviço de cujos benefícios estão (ou estavam), normalmente excluídos.

Da feira, vale dizer que se estende por toda a extensão da rua Emília Guimarães, ocupando ainda uma parte da Van Erven (apenas até a rua do Chichorro). Os extremos são ocupados pela barracas de peixe (perto do muro da chácara), de um lado, e pelas carnes, do outro. Entre eles, cereais, frutas, legumes, hortaliças, material de limpeza e outros produtos são oferecidos ao público pela dupla via da exposição visual e da oferta verbalizada nos pregões. O comprador se vê assim obrigado a caminhar por toda a extensão da rua. O próprio modo de expor os produtos deve levá-lo a percorrê-la da carne ao peixe, ou inversamente, passando pelas roupas (no entroncamento com a rua Van Erven) pelas frutas, cereais, legumes e material de limpeza. De permeio, encontram-se caixotes e tabuleiros mais modestos que as barracas. Oferecem condimentos, ervas, pentes e espelhos, válvulas para panelas de pressão e uma infinidade de miudezas, úteis no lar.

Laranjas descascadas (para comer na hora), sucos de frutas, as “provinhas” obtidas do feirante, a observação de curiosidades, como grilos saltadores e cobras-de-papel que correm pelo chão sobre um retrós, tudo isso propicia ocasiões de lazer, interrompendo o trabalho dos que “fazem feira”, proporcionando-lhes um divertimento, além da oportunidade de travarem relações jocosas entre si.

A Feira e o Armazém

Nos dias de feira, o espaço do Armazém São José sofre uma redefinição. A área que corresponde ao armazém fica separada por um balcão improvisado. Por detrás dele, uma “anguzeira” serve comida a uma freguesia, formada pelos próprios feirantes e, eventualmente, engrossada por um ou outro frequentador do bar. Este se apresenta muito movimentado, levando a uma mudança sensível na relação entre o *barman* e os

seus fregueses. A habitual conversa ou troca de brincadeiras se torna quase impossível, pelo ritmo acelerado que se imprime ao ambiente. Os fregueses mais assíduos, que normalmente ocupam a cena, dando o tom às conversas e ao movimento, animam o ambiente, se eclipsam em tais ocasiões. Ocupam um lugar mais restrito, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista social, no interior do armazém.

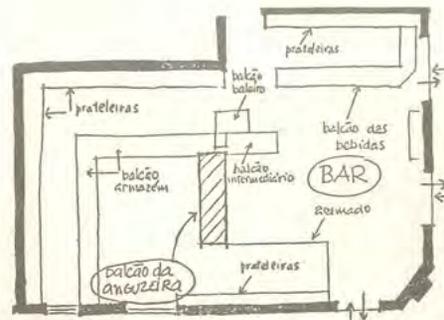
O estar, marca da relação do bar com os seus freqüentadores, é atingido nos dias de feira por mudanças que afetam a sociabilidade que lhe é característica. A intensidade do comércio que se desenrola no balcão das bebidas, reduz bastante as relações pessoais que costumam ser mantidas em torno dele. Assuntos e conversas têm de ser adiados, pois, em muitas delas, o próprio *barman* é um interlocutor indispensável. Além disso, os “estranhos” passam a ser dominantes, ocupando simultaneamente o bar e o balcão que abriga as panelas fumegantes do angu. Mais numerosos os presentes, são eles que dão o ritmo e o tom das ações no recinto, comendo, bebendo e conversando.

A presença da “anguzeira” no espaço redefinido do armazém suscita o consumo de bebidas como complemento do angu, invertendo o consumo do bar, onde é o “tira-gosto” que aparece a título de complemento da bebida. Ao passo que normalmente a bebida faz aumentar o consumo do “tira-gosto”, o angu, isto é, a comida faz aumentar o consumo das bebidas. Este é, aliás, o fundamento do “contrato” que os irmãos Gomes mantêm com a “anguzeira”: ela utiliza o espaço do armazém, cujo movimento “cai a zero”, mas a perda se compensa pelo acréscimo considerável no consumo da cerveja, cachaça, refrigerantes e cigarros. Assim “uma coisa fica pela outra”.

Novas relações na rua criam novas relações no armazém. A feira produz inúmeros deslocamentos: as mulheres vão para a rua; os veículos são banidos dela; o armazém vira uma espécie de bar-restaurant; as mercadorias do armazém são compradas na rua; o comer estimula o beber (e não ao contrário); os estranhos tomam conta do ambiente que se transforma numa extensão da rua e do que aí sucede. Nos dias normais ocorre o oposto: a calçada e a rua é que funcionam como extensões do bar e do que se passa nele. Quando há feira, a complementaridade do bar e do armazém é definida em consequência da nova relação que se arma entre a rua e o estabelecimento. Na rua encontramos o comércio que nos outros dias se desenvolve no espaço do armazém. O armazém, “morto” pela feira, que lhe faz uma concorrência irresistível, dá lugar a uma outra atividade — o dar comida — que, normalmente, não faz parte do negócio.

Basta reparar nesta nova atividade, para descobrir que ela associa de maneira diferente o alimento e a bebida. Nos dias comuns o armazém vende alimentos por elaborar. Nos dias de feira vende a comida — o alimento elaborado. Este “pede” o complemento da bebida, o que não é o caso do armazém no cotidiano. Além disso, os fregueses do angu e, portanto, os consumidores potenciais das bebidas costumam ser homens.

As manipulações dos espaços, nos diferentes contextos da vida da rua, produzem conjugações variáveis dos mesmos termos de um sistema de relações cuja lógica lhe permite reproduzir-se sem mudar fundamentalmente, como se verá na seqüência do trabalho.



Balcão da anguzeira

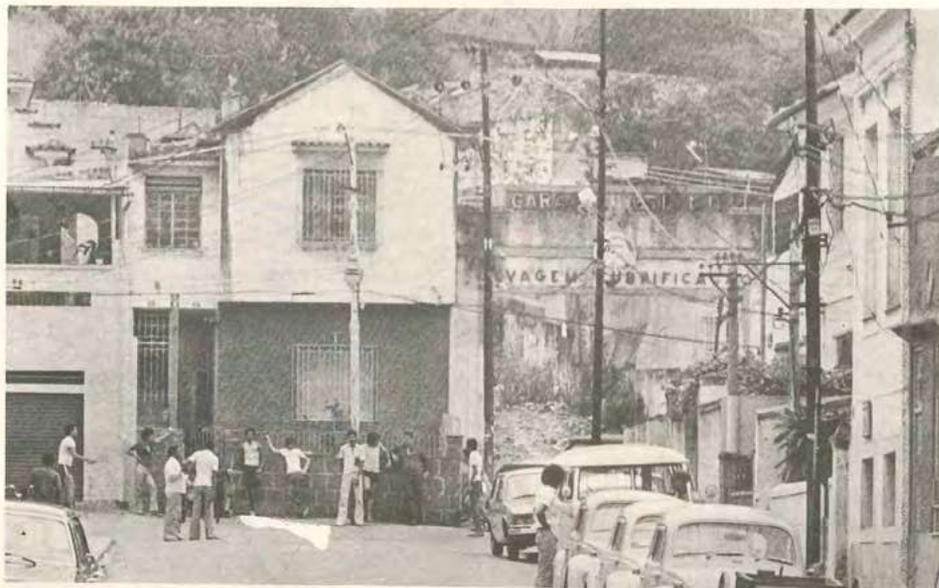
O trabalho de descrição e análise de nossa sociedade tem uma particularidade incômoda para o pesquisador e para o eventual leitor das suas etnografias. Sempre se tem a impressão de estar apresentando um exercício de prestidigitação, com uma agravante — as “mágicas” não apresentam o fascínio que o dado exótico poderia conferir-lhes. Desvendar, analiticamente, o familiar pode dar a impressão de estarmos sistematizando obviedades. Isto pode tornar a etnografia maçante ou, o que é pior, pode conferir-lhe uma conotação de impostura intelectual. Desconfiança que se justifica até, num determinado nível, pois, no fim das contas, estamos apenas explicitando o que, a rigor, todos “sabem”, ainda que não se dêem conta disso.



Não falamos de um significante simplesmente constituído como código arquitetônico. Falamos de um espaço constituído por significados sociais representado pelo conjunto das cenas cujos artífices e atores se reúnem.



Movimento da garagem (esquina de Carolina Reidner com Chicorro)



Hora de folga (esquina de Chichorro com Van Erven)

O processo de etnografia do familiar pode ser recuperado através dos seus ângulos positivos. Para não pensarmos nele como algo fundamentalmente “chato” e inútil, basta lembrar que a sua caracterização como familiar resulta apenas do fato de não nos ocuparmos do assunto de forma reflexiva (da Matta, 1978; Velho, G. 1978). Assim como o menino que anda de bicicleta, tudo na nossa sociedade nos parece lógico (e por isso óbvio) porque não temos presente na consciência a totalidade das regras, dos dados, dos usos (apropriados ou não), dos limites, e das combinações de todas essas coisas, na maneira de agir significativamente no interior do social. Se tivéssemos de trazer essa totalidade conosco sob a forma de um discurso analítico (explicitador) fracassaríamos socialmente, da mesma forma que o jovem ciclista, entravado pela reflexão sobre o pedalar, o dirigir, o acelerar ou o reduzir (e como coordenar tudo isso), acabaria por se estatelar na rua.

Nossa etnografia começou pela busca de uma gramática. Ocupou-se em descobrir um sistema de categorias e relações entre categorias que deve existir em qualquer recorte do social simplesmente para que ele seja viável e plausível.

Espaços, Valores e Atividades

A primeira coisa que procuramos descobrir foi como os moradores do bairro (e em particular da rua Emília Guimarães) classificavam os espaços. O espaço contínuo (amorfo) não é passível de utilização. Não tem sentido. Para que venha a tê-lo, é preciso que se lhe atribuam determinados valores e categorias (Durkheim, E. Mauss, M. 1903). Estas não existem, entretanto, a não ser pela sua aplicação aos diversos recortes do espaço. As categorias têm um caráter denotativo: apontam para determinados recortes físicos, nomeando-os. Entre si, os elementos do conjunto constituem um sistema de relações hierarquizado — uma gramática.

A descoberta dessa gramática se deu por dois modos distintos. As referências feitas ao domínio dos recortes espaciais no discurso dos seus usuários foi o primeiro. Ao mesmo tempo e também de maneira fragmentária e sucessiva, a prática do uso dos espaços contribuiu com outro conjunto de dados e observações que complementavam o primeiro. A complexidade, não só deste processo, mas da própria “linguagem” que ia sendo descoberta, é em parte responsável pelo aspecto intrincado que por vezes se percebe na etnografia da “casa e rua”.

Falamos de casa e rua, quintal e calçada, de “meio da rua”, ou ainda de janelas, portas e balcões porque constituem porções do espaço e referências no espaço. Mas, são porções que se articulam, que se relacionam entre si como se fossem substantivos ou adjetivos, conjunções ou preposições. Componentes potenciais de um “enunciado”, não se convertem nele a não ser por obra e graça de uma predicação. Que entendemos por predicação? Ou, mais amplamente, como entender esta metáfora da linguagem, quando aplicada aos recortes de um espaço?

Para simplificar: um sistema de espaços só existe em conexão com um sistema de valores, ao passo que ambos são impensáveis sem a correlação necessária com um sistema

de atividades. Na verdade, as três coisas não existem a não ser em conjunção, da qual não podem ser extraídas senão por artifício analítico.

O artifício consiste na distinção de um conjunto articulado de espaços, associado a um conjunto articulado de valores. O primeiro abrange as categorias casa e rua, enquanto recortes do espaço, e todas as categorias que lhes são homólogas (quintal, calçada, etc.). O segundo abrange as noções de público e privado com todos os seus possíveis matizes, a formalidade ou informalidade, a visibilidade ou invisibilidade aplicáveis ao primeiro. Existe, no entanto, o *tertius quid* – o sistema de atividades ou usos – que se aplica por sua vez aos dois anteriores, dando-lhes uma dinâmica graças à qual se prestam à manipulação. A sua função seria a de articular categorias como praticar ou desfrutar o lazer, trabalhar, morar, com todas as suas possíveis modalidades. As combinações destes “três sistemas” se situam, no entanto, num eixo temporal. Em função disso a totalidade social surge no seu caráter processual e dinâmico.

As diversas conjunções dos sistemas citados vão, por sua vez, criar os diferentes contextos nos quais determinados papéis podem ser desempenhados. Cada contexto é um palco. Tem um *suporte* material (uma casa, por exemplo); tem lugares valorados (masculinos ou femininos); tem um *script*, um texto ou ação (trabalho, por exemplo) através dos quais os atores desempenham papéis. O *palco*, entretanto, define um campo de pertinência que determina exclusões e inclusões, uma moldura. Um contexto social qualquer exige, para o êxito da “cena” ou da “peça”, a habilidade de estar no lugar “certo” na hora “certa”, fazendo as coisas “certas”, de modo “certo”. A partir daí qualquer “equivoco” passa a ser visto como um desempenho deficitário que pode conotar desde uma socialização precária até o “desvio” ou a liminaridade (Turner, 1969).



Brincando na calçada (ou as aventuras da rua)

Cotidianamente vimos os moradores da rua tecerem suas tramas. Observamos como criam e recriam suas identidades através do domínio e da manipulação do código articulador dos diversos conjuntos que compõem sistemas classificatórios. Nossa familiarização com o universo social do Catumbi ocorreu na razão direta do ritmo com que conseguimos aprender este código e provar a nossa proficiência no seu uso. Foi um penoso trabalho de síntese desenvolvido a contrapelo da nossa atividade reflexiva e analítica.

Combinando Tudo

A rua, na sua dimensão mais inclusiva divide-se em casa e rua. Cada uma dessas categorias abrange, no entanto, outras categorias. A casa, por exemplo, pode ser apenas um lar, um lugar onde um grupo doméstico mora. Mas existem casas onde se realiza trabalho de um tipo que não está, em geral, associado ao lar (não são trabalhos do lar, são para fora). Esse tipo de trabalho fica como que “oculto”, numa associação que está implícita para os que conhecem a rua. Assim, todo mundo sabe que “na casa de Toninho” funciona uma tinturaria, mas isso não é perceptível para o estranho. Existe inclusive uma certa apreensão em mencionar o fato por medo a denúncias eventuais ao fisco. Além disso, parece haver outra razão para esse “ocultamento”. O estabelecimento de um negócio não pode ser feito sem problemas para a casa (e suas conotações valorativas), pois representa o perigo da contaminação do espaço doméstico por relações normalmente excluídas dele.

Ao domínio da rua pertencem os estabelecimentos ou negócios, além da rua propriamente dita, é claro. São casas comerciais ou oficinas que ocupam um espaço exclusivo e marcado (com tabela, alvará, etc.), ou casas nas quais um lar e um estabelecimento coexistem em espaços contíguos, mas separados. Essa segregação espacial apresenta-se ora mais nítida, ora menos. No caso do Armazém São José, o lar está em outro andar da casa, o que o distingue sem possibilidades de equívocos do negócio que é o bar-armazém. O alfaiate, no entanto, trabalha num *atelier* que é a sua própria sala através de cuja janela atende fregueses.

O sentido é claro. A conjunção do morar com o trabalhar num mesmo recorte da classificação é sempre problemática e requer redefinições e, portanto novos recortes do espaço. A dose de complicação fica por conta do tipo de atividade que se pretenda desenvolver em casa. Aquelas “naturalmente” pertencentes ao lar (cozinhar, coser, lavar, passar, por exemplo), podem conviver com o morar (quando voltadas para fora) mais facilmente do que as outras, incluindo o comércio. O que está em jogo é a própria distinção entre o público e o privado. Mostramos que uma gradação do público e do privado se relacionava com os espaços da casa, do quintal, da calçada, localizando-os contextualmente, nesse eixo. A casa e a rua, marcos referenciais da oposição, constituem ainda verdadeiros domínios do social. Dizer casa, por exemplo, pode implicar amplamente todo um mundo de relações sociais. A casa está associada com a família, com os laços de substância (Da Matta, 1978) entre parentes e amigos, com os valores da intimidade que deve ser preservada pelo recato, pela invisibilidade. A informalidade caracteriza esse universo de relações, permitindo aos que dele participam um à vontada



Ponto de lotação para os morros próximos



Banca e orelhão definem um ponto



As oficinas do bairro são pontos que animam as ruas



Linha Lilás; ponto de ônibus

de, correlacionado ao descanso, ao não-estar-necessariamente-arrumado e, para os homens, ao não-estar-trabalhando.

A rua, no sentido mais amplo que se possa atribuir ao termo, polariza outro conjunto de relações sociais, opondo-se à casa. É o mundo das relações contratuais que regem o convívio e a interação daqueles que não têm outros laços de união além da sua igualdade enquanto cidadãos. Domínio público, por excelência, a rua é o lugar onde se dão as relações formais, expostas e visíveis, mediadas pela lei e pelo dinheiro. A casa é, no limite, o domínio da pessoalização e das obrigações mútuas que regem esse mundo de pessoas. A rua é, também no limite, a esfera da impessoalidade (Da Matta, 1979).

A oposição das esferas relacionais da casa e da rua não apresenta a rigidez esquemática aqui esboçada. Na realidade, o universo da rua comporta relações de substância, domínios de intimidade e informalidade, lugares mais ou menos familiares, onde as relações contratuais, a impessoalidade, as formalidades e o valor-dinheiro se relativizam ou são parcialmente suspensos. Numa rua encontramos a casa enquanto moradia, a casa associada com o trabalho, o negócio ou estabelecimento puro e simples, além de áreas que, localizadas na rua propriamente dita (i. é, na parte não tomada pelas edificações ou casas), se constituem como pontos.

Um ponto vem a ser um espaço, nas calçadas, nas esquinas ou no leito da rua, que é apropriado por determinadas práticas e pelas pessoas que a elas se dedicam. O ponto-de-bicho é um bom exemplo desta forma de apropriação do espaço coletivo. Assenhorear-se de um local através de uma atividade, implica, de certa forma, em particularizá-lo não só pela “especialização” que lhe passa a ser atribuída em termos de uso, mas também pela conseqüente vinculação a pessoas, grupos, turmas e “patotas”. O ponto pode estar ligado ao trabalho ou ao lazer e é caracterizado pelo exercício regular de um atividade. Tal atividade terá de ser necessariamente de domínio público, sem o que seria incapaz de criar o ponto. Este, por sua vez, poderá ser formalmente reconhecido como no caso do ponto de ônibus, ponto de táxi. O processo, no entanto, não é o mesmo observado no caso do ponto-de-bicho. Aqui será a própria atividade que, ao dotá-lo de significação, torna-o passível de identificação. Uma casa, porém, só poderá ser reconhecida como ponto na medida em que acentue sua face pública por complementos sob forma de signos. É necessário, no entanto, algo mais do que um signo para constituir um ponto.

Aquilo que não é nem casa, nem estabelecimento, nem ponto, é a rua despojada de todos os seus possíveis significados, com exceção de um único — o de via, ou atalho, como resolvemos designá-la quando se reveste univocamente da função de passagem. Nesta qualidade é que ela se apresenta como o polo extremo do público, do impessoal, da formalidade jurídica.

Classificação: Um Lugar de Muitos Lugares

Descrevemos detalhadamente uma rua do Catumbi. Poderíamos ter escolhido qualquer outra que não a Emília Guimarães. Duas intenções estão excluídas dos nossos propósitos quando apresentamos esta rua como exemplar. Em primeiro lugar, não pretende-



Rua Emília Guimarães (lado par)

mos erigi-la em tipo ideal. Existem outras ruas no bairro, cada qual com suas particularidades. Nenhuma pode ser apontada como mais ou menos representativa do modo de vida que analisamos. Por isto mesmo, um certo grau de arbitrariedade na escolha se justifica. A Emília Guimarães não é todo o Catumbi.

Em segundo lugar, não queremos dar a entender que as diferenças entre as muitas ruas do bairro sejam irrelevantes. Assim, não seria demais lembrar que a Emília Guimarães, além de se distinguir da rua do Catumbi, a principal do bairro, apresenta ainda diferenças com relação às ruas situadas na proximidade do viaduto. Por este motivo, uma análise da rua D. Pedro Mascarenhas foi igualmente necessária para a apreensão do universo da pesquisa.

Algo, no entanto, desperta a atenção do observador. Existe um padrão de semelhança, uma espécie de caráter genérico, que constitui a marca do Catumbi enquanto recorte do espaço urbano do Rio de Janeiro. Mais uma vez é necessário prevenir um mal-entendido. É muito provável que tal caráter não constitua uma particularidade restrita ao bairro. Não sabemos sequer até que ponto estaria relacionada com as peculiaridades do Catumbi, enquanto *melting-pot* de culturas mediterrâneas. Sabemos, no entanto, que a diversidade é uma dimensão sem a qual o lugar não pode ser imaginado. Se é verdade o que propomos, esta diversidade é um elemento estrutural do conjunto das relações sócio-espaciais que confere ao bairro a sua identidade tradicional. Isso equivale a dizer que está na sua essência. Sem ela o Catumbi seria outro.

As análises de espaços, domínios, valores e atividades são um recurso de trabalho que não deixa de ter seus problemas. Às vezes pode parecer que os elementos do espaço, dos sistemas de valores e atividades se encontram separados, agrupados e interrelacionados, tal como aparecem no discurso. Procurar por eles esperando encontrá-los na sua dimensão analítica, leva sempre à frustração. E isto é lógico. Na realidade, todos os componentes do sistema são dados na sua síntese complexa e dinâmica.



Rua Emília Guimarães (cont.)

Se nos frustramos por não encontrar, no campo, a ordem analítica construída no discurso, nos frustramos também porque o discurso não é capaz de restituir, dentro das suas dimensões e limitações, a síntese da qual fala. Parece que as tipologias, resultantes por excelência dos processos de análise, só nos servem como uma primeira etapa da etnografia. Persistir nelas, ou enfatizá-las excessivamente, pode criar problemas, tais como o esquematismo e as ilusões simplistas que lhe são correlatas; ou a reificação, com os seus enganos, que nos fazem explorar o mundo à espera de encontrar nele as categorias que, afinal de contas, não passam de proposições sobre o mundo. Como tais são relevantes, pois condicionam a nossa relação com a realidade. Assim, logo que tenhamos concluído uma construção tipológica, convém abandoná-la, incorporando numa nova síntese o que ela nos ensinou, inclusive a sua própria relatividade.

O problema com as tipologias é que todas têm um resíduo qualquer, algo que deixam escapar, elementos que não clarificam inequivocamente e sobre os quais costumamos postular, comodamente, que só fazem confirmar a regra pela sua existência anômala. Esses “resíduos”, partículas que a tipologia não consegue dissolver, formam um precipitado ameaçador para a consistência do argumento etnográfico. Aí está mesmo um ensinamento da experiência de campo — a evidência etnográfica “aleatória” que incomoda o pesquisador que não consegue enquadrá-la na sua análise. É o dado que “põe areia” na etnografia. Por esse motivo as tipologias são provisionais e é nessa qualidade que apresentamos as nossas, quando tentamos mapear o universo social em função de oposições matriciais como: casa e rua, público e privado, dentro e fora, masculino e feminino.

O que vinga o pesquisador de seus embaraços é a descoberta de que as dificuldades classificatórias existem também para o nativo (o ator social). Afinal, uma classificação não pode ser avaliada senão pelos problemas que propõe e que permite resolver. Dentre eles haverá um certo número de questões primárias para as quais existem soluções inequívocas. Outros podem resistir à capacidade interpretativa do antropólogo tanto quanto do próprio informante. A culpa de tudo isso é a inexistência de um eixo único ou de um princípio exclusivo em função do qual se possa proceder a uma, e somente uma, hierarquização. Na verdade, é apropriado aplicar um conjunto de categorias, pelo arti-



Rua Emília Guimarães (cont.)

fício da metáfora, a outro conjunto que apresente as correlações devidas. Diríamos até, que nenhum conceito pode existir como tal sem esse grau de ambiguidade que permite entendê-lo para além dos seus referentes “originais”.

Uma casa pode ser a habitação de um morador da rua Emília Guimarães. O mesmo indivíduo porém, ao frequentar o Armazém São José, poderá dizer que este é “sua casa”, ainda que não more lá. O que significa a incongruência? — Nada! ou melhor, significa apenas que o referido habitante da rua não toma o morar como o sentido principal, exclusivo, da categoria casa. Não há dúvida que o sentido é relevante, pois a casa é o lugar da moradia, como a rua é o lugar, o domínio do trabalho. Se tomarmos então, a oposição casa e rua como significando, respectivamente, moradia e trabalho, fica difícil entender como é possível que o alfaiate trabalhe em casa, enquanto o frequentador do armazém, que pertence ao domínio da rua e, portanto, do trabalho, possa dizer dele que é “sua casa”. O problema é que, apesar de público e inadequado como habitação, o armazém não deixa de se caracterizar como lugar das relações pessoais (amizade), do estar não associado ao trabalho, de uma certa intimidade, qualidades que lhe conferem uma forma de privacidade e uma relação com a rua análoga à da casa propriamente dita com a rua. Adotando outro tipo de razão classificatória, podemos entender o armazém, como realmente pertencente à rua, enquanto domínio dos homens.

A sensação inicial é de aparente desordem. A partir da suposição de uma ordem necessária, o trabalho de análise (re)constrói o que parece ser o sistema classificatório em função do qual os espaços e as atividades correlatas podem vir a ter um sentido comum. Construído, o sistema de categorias ilumina o objeto. Neste momento tudo parece encaixar. O quebra-cabeças ameaça resolver-se sem mais problemas. Mas, logo em seguida observamos que a construção não admite reificação. Juntadas todas as peças, não surge a revelação cristalina de um quadro a contemplar com a beatitude de um pintor bem sucedido no seu trabalho de representação. Ao contrário, o sistema de categorias além de estruturado e por isto mesmo, vem a revelar-se estruturante.

Para exemplificar o que queremos dizer com estruturado e estruturante, basta recorrer novamente às categorias casa e rua. Ambas correspondem a referentes que têm uma



Rua Emília Guimarães (cont.)

existência espacial, na qual se diferenciam nitidamente. Dizemos que a relação entre elas é de natureza estrutural porque, no contexto urbano, os dois termos só podem ser pensados juntos. Uma articulação necessária que dá ao conjunto categorial o seu caráter estruturado. Mas as categorias casa e rua adquirem uma multiplicidade significativa pelo simples fato de não constituírem, tampouco, um isolamento. Estão sempre correlacionadas com outras polaridades, tais como dentro e fora, privado e público, feminino e masculino e assim por diante. Disto lhes advém a sua potencialidade classificatória, estruturante. Ao dizermos que um sistema de categorias é estruturado, estamos enfatizando as articulações entre os elementos constitutivos. Ao afirmar o seu caráter estruturante, chamamos a atenção para a possibilidade de sua aplicação metafórica, quer dizer, fora do domínio ou solo "original". É claro que esta aplicação não poderá seguir muito de perto o sentido literal (se é que existe algum), pois isto lhe imporia uma rigidez que a tornaria imprestável como instrumento de pensar, classificar por analogia e, conseqüentemente, de estruturar outras porções do universo, animando-as com significados alternativos.

Posso dizer que "o Armazém São José é minha casa", porque, dentro dele, posso estar com pessoas de minhas relações (amigos, p. ex.) informalmente, preenchendo "meu tempo de lazer" através dos rituais da bebida e da sociabilidade em geral. De certa forma, estou resguardado dos olhares dos estranhos e transeuntes, entre iguais. Um homem no lugar dos homens. Nem por isso me ocorreria morar no armazém. Na verdade ele é como se fosse minha casa, mas não caberia comportar-me dentro dele da mesma maneira que em casa, pois isso seria inapropriado.

A variação de contexto suscita a reelaboração de sentido. Vê-se que não é somente do que se fala, mas também de onde se fala o que importa para a inteligibilidade de um enunciado. A criatividade do discurso reside exatamente nessa dinâmica de deslocamentos e na produção de novos significados (ou na expansão dos significados antigos). É aí que encontramos a mais notável e problemática característica de qualquer classificação social. E mais, é graças a esta qualidade que pode ser incorporada a novidade, o evento, no sentido próprio da palavra.



Rua Emília Guimarães (cont.)

Retornando à questão dos espaços, que nos preocupa diretamente no trabalho etnográfico e analítico, esperamos ter esclarecido que uma classificação não constitui (a não ser em casos limites) obstáculo algum para a variedade das formas de apropriação dos espaços. O sistema classificatório não faz questão de se referir a espaços funcionalmente unívocos. Ele não é uma gramática no sentido normativo. Não impõe a prisão de um significado a um significante. Um sistema de classificação permite muita coisa, embora essa “permissividade” classificatória tenha limites. Aplicá-lo não significa, certamente, uma contaminação arbitrária e descontrolada dos espaços que rege.

O sistema pode ser manipulado. Suas aplicações contextuais serão aceitáveis apenas enquanto não ponham em cheque a consistência da classificação. Quando isso acontece, ou malogra o sistema ou malogra o espaço. Provavelmente os dois. Do “caos” momentâneo outro sistema e com ele novos espaços poderão surgir. O mecanismo de funcionamento se baseia no trabalho com possibilidades. Tem portanto, de conviver com o imponderável. Ora, se entendermos o imponderável como sendo aquilo que não acontece sempre, como o inesperado, que irrompe subitamente no cotidiano das pessoas, provocando espanto e exigindo controle, então teremos reencontrado aquele “resíduo” incômodo capaz de desafiar analistas e nativos. O desafio é a demanda do enquadramento, da interpretação. O imponderável é o que não pode ser medido e pesado previamente. É mais ainda. É o que nos dá o que pensar sobre o nosso sistema de pesos e medidas, propondo questões não-factuais à classificação, e levando, às vezes, à sua reformulação.

O Princípio da Diversidade

A variedade de coisas que acontecem no Catumbi é enorme. Essa constatação foi quase imediata. Às vezes era difícil dirigir a observação, tantos eram os diferentes focos que a atraíam.



Rua Emília Guimarães (cont.)

Por toda parte encontramos residências, na sua maioria casas, entremeadas com um ou outro edifício. Quase todos os moradores do Catumbi são locatários: o percentual de inquilinos deve girar, de acordo com as informações obtidas na Associação de Moradores, em torno dos setenta por cento. Essa proporção se manteve, apesar dos acontecimentos recentes no bairro. Não se pode esquecer que, por causa deles, a população ficou reduzida a menos da metade do seu efetivo de outrora. Isto significa que hoje mora muito menos gente no Catumbi. Significa ainda que muito menos gente trabalha no local.

Se considerarmos que além de viver num bairro, as pessoas podem viver de um bairro, a observação prudente adquire peso. Além das residências, existem os diversos tipos de estabelecimentos, produzindo, vendendo ou prestando serviços. Sua existência pode ser marcada por um maior ou menor grau de formalização. Quer dizer, podemos encontrar desde a casa de comércio estabelecida, a firma com alvará e razão social, até o pequeno negócio desenvolvido no âmbito do grupo doméstico, sem tabuleta, papéis ou qualquer outro tipo de legitimação perante o poder público.

A coexistência de múltiplas atividades fica patente na própria rua do Catumbi, onde encontramos, além de casas, prédios de apartamentos ou vilas, inúmeros negócios de um lado e outro na rua. Bancos se alinham com supermercados, bares e lanchonetes, lojas de eletrodomésticos e material de iluminação, armazéns, papelarias, lojas de doces, postos de serviço, garagens e estacionamentos. Açougues e padarias servem à freguesia do bairro. Depósitos, pequenas fábricas, oficinas e fornecedores por atacado, ótica e foto, vidraçaria, funerárias e lojas de flores trazem para o convívio do bairro um sem número de pessoas que, junto com a freguesia, garantem o movimento e a prosperidade do seu comércio. Tudo isto faz do Catumbi uma praça atraente também para as diversas modalidades do comércio ambulante. As ruas, calçadas, esquinas e o que se conhecia antigamente como “Largo” do Catumbi apresentam intensa movimentação e os moradores mais antigos dizem que, no passado, “o movimento era ainda muito maior”. Podemos imaginar essa vitalidade pela observação do movimento atual. As de-



Esquina de Emília Guimarães com Carolina Reidner

molições, consequências da abertura do túnel, da construção do viaduto ou de outras intervenções urbanísticas recentes, são responsáveis pela retração que o discurso dos informantes registra.

A enorme variedade que descrevemos está condensada num espaço que, do antigo Largo à rua Frei Caneca, abrange apenas poucos quarteirões. Três, para sermos mais precisos. Havia mais em épocas passadas. Não muito mais, porém certamente com as mesmas características. Antes do túnel, antes do viaduto, antes da Passarela do Samba, antes, enfim, do Plano da Cidade Nova, “o Catumbi era todo assim”. Os moradores não se cansam de repetir essa *sad story*. Em seguida rememoram tudo o que não existe mais. “Naquele tempo”, o bairro tinha fábricas de macarrão, tinha gráficas, tinha uma fábrica de açúcar. Dela restou a grande chaminé de tijolos. Solitária, no meio de um gramado, é um monumento, não se sabe a que ou a quem. Até uma vacaria o bairro tinha (“ali na rua Valença”). E leite fresco. Sem falar nas hortas e chácaras onde se plantavam legumes e verduras, que os feirantes do Catumbi e de Santa Teresa ofereciam pela cidade. A vida econômica desse tempo passado é percebida como tendo sido mais intensa que a atual. Se isto é ou não assim, permanece por verificar.

O quadro não estaria completo se não fizéssemos menção ao lazer que, junto com as atividades do trabalho e com a função residencial, integra a vida do centro do bairro. Também neste caso, o passado tende a ser visto como uma época de ouro. O cinema que não existe mais. O Largo com seus bilhares, o clube Astória, a sorveteria do Astrogildo, sinucas, cafés, as linhas de bonde, oportunidades de divertimento, tudo isso desapareceu. “Agora, depois das 10 horas da noite, não há mais para onde ir no Catumbi”. Quem quiser se divertir, nos dizem, tem de ir para o centro, ou para os bairros da Zona Norte (Tijuca, p. ex.) e da Zona Sul (Copacabana, etc.), que ofereçam atrativos de vida noturna. Nos fins de semana, o Aterro do Flamengo e as praias proporcionam oportunidades de lazer ativo.

A perspectiva esboçada, até aqui, mostra o Catumbi como um espaço urbano marcado pela diversidade. Esta não é uma qualidade acidental. Corresponde à articulação de fa-

“O bairro, e sem dúvida tantas partes dele quantas possíveis, há de cumprir mais de uma função primária; de preferência, mais de duas. Estas não de garantir a presença de pessoas fora dos seus respectivos lares, em diferentes circunstâncias e por motivos diferentes, mas dispostas a usar em comum uma ampla gama de serviços”. (Jacobs, 1973)

tores e condições de que é, a um só tempo, a remetente e o princípio. Assim, propomos analisar esses fatores para compreender, a partir deles, não só a maneira pela qual a diversidade é gerada, mas também a sua importância enquanto princípio estrutural deste bairro e de outros caracterizados pelo mesmo tipo de ambiente urbano.

As Condições da Diversidade

As análises críticas do urbanismo contemporâneo chamaram a atenção para uma questão que não havia sido percebida. Talvez fosse melhor dizer, embora percebida, não tinha até então merecido a importância que lhe cabe. Refletindo sobre a vida e morte das grandes cidades americanas, Jane Jacobs (1973) confere à diversidade o estatuto de “princípio onipotente” ao qual se deve atribuir a viabilidade da forma urbana, tal como a cultura ocidental a desenvolveu desde o Renascimento Urbano dos séculos XI ao XII. Sua crítica não se apóia nos postulados do saber técnico que costuma ser invocado para legitimar a onipotência da razão planejadora. Está muito mais ligada a uma espécie de senso comum do urbano, pois não se preocupa com a utensilagem de variáveis quantificadas, funções, meios e fins misticamente adequados, prognósticos, diagnósticos ou intervenções.

A partir da sua experiência de crítica urbana, procura descobrir o que torna as cidades atraentes. Busca na experiência das ruas, dos bairros, dos variados ambientes urbanos que compõem uma cidade, as condições que a tornam viável. E, mais que isso, agradável e interessante, proporcionando escolhas, criando, enfim, aquilo que, de acordo com uma visão “culturalista” (Choay, 1979), seria característico e, portanto, distintivo, do urbano como moda de vida. Suas análises não têm, entretanto, a nostalgia que marca o urbanismo culturalista. Para ela, a questão é evitar que as cidades se transformem em ambientes inóspitos. Nesse sentido, a diversidade urbana, além de ser uma propriedade das cidades, deve ser reconhecida como o princípio que as torna cidades.

Trata-se de falar da cidade a partir do usuário, e não a partir da perspectiva de quem, curvado sobre uma prancheta, pretende estabelecer as normas, valores, usos e traçados que a cidade deveria ter se quisesse, realmente, ser uma cidade *comme il faut*. Por esse motivo, o cotidiano, com sua inevitável mistura, com suas combinações complexas variáveis e cambiantes, devia ser a verdadeira fonte e o foco do conhecimento urbano.

Seguimos, à nossa maneira, esta intuição fundamental. Foi importante observar o Catumbi e a Selva de Pedra, tendo em mente a proposta de que “uma mais densa e intrincada diversidade de usos, que se sustentam e apóiam uns aos outros, tanto econômica quanto socialmente” (Jacobs, 1973:18), constitui uma qualidade distintiva e desejável dos ambientes urbanos “bem sucedidos”. O que se há de entender como ambiente urbano “bem sucedido” deve ressaltar do que segue.

Jane Jacobs sintetiza quatro fatores que podem favorecer um *optimum* de diversidade num recorte qualquer do tecido da cidade. A multiplicidade de usos primários, a necessidade de quadras pequenas, a mistura de edificações de idades variadas e uma certa densidade, inclusive residencial, são, para ela, os geradores da diversidade urbana (Ja-

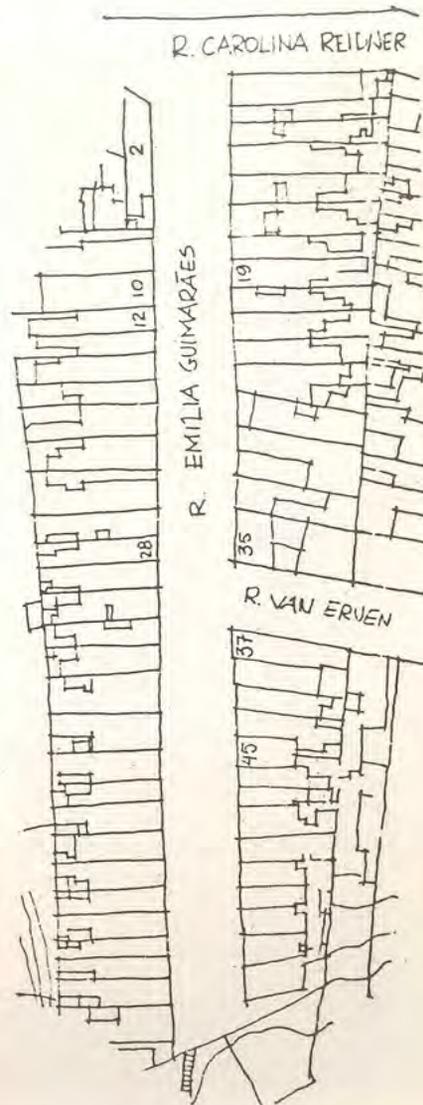
cobs, 1973:162). Não pensamos aqui discutir essa formulação quanto aos componentes do inventário, nem tampouco aprofundar a questão de até que ponto se pode concordar com o caráter supostamente econômico desses fatores. Tais problemas permanecem em aberto e estarão presentes no horizonte das considerações a respeito da diversidade, na medida em que nos foi possível observá-la e compreendê-la nos casos etnográficos particulares que são objetos da pesquisa. A questão passa a ser, então, se o Catumbi reúne ou não os fatores citados. Em primeiro lugar, seria possível dizer que seus espaços se prestam a mais de um uso primário? O material etnográfico apresentado diz que sim.

Alguém poderia morar no bairro, desfrutando da sua excelente localização e fácil acessibilidade. Estaria perto do centro da cidade, da Zona Sul, à margem dos caminhos que conduzem à Zona Norte. Contaria, portanto, com as diferentes opções que essa posição permite fazer em termos de trabalho e consumo. E não há apenas um único tipo de residência. Existem casas, apartamentos, ou mesmo vagas em casa de família e pensão. As diversas habitações variam quanto ao tamanho, quanto ao tipo de ambiente (rua, vila, conjunto) quanto ao estilo. Além disto encontramos edificações de diferentes épocas, desde as casas datadas de fins do século passado, das quais muitas foram reformadas ao gosto das décadas recentes, até os prédios de apartamentos construídos nos anos sessenta ou mais recentemente. Em resumo, há para todos os gostos, dentro de certos limites evidentemente e para níveis de consumo igualmente variados. O bairro é, neste sentido, um espaço heterogêneo e democrático, sem que a variabilidade atinja extremos, a não ser em casos excepcionais resultantes do processo de transição urbanística que lhe vem sendo imposto.

Nosso "morador" poderia também trabalhar no Catumbi, em diversas atividades formalmente estabelecidas (comércio, oficinas, pequenas fábricas). Essas combinações e articulações geram novas possibilidades. O caráter informal destas atividades permite abranger do "ponto de bicho" ao *atelier* de costura. Nenhuma delas, em que pese sua informalidade, deve ser vista como eventual. O seu conjunto não deve ser visto tampouco como menos significativo quando comparado com o setor dito formal. Ao contrário, os recursos gerados, os serviços que presta, as ligações ou mediações que se estabelecem para dentro e para fora do próprio bairro, conferem-lhe uma expressividade econômica e social extremamente importante na vida local.

A partir das ações exercidas no espaço é que se pode compreender o papel estratégico que o Catumbi desempenha quando visto em relação ao centro da cidade. Ali encontramos uma demanda de determinados serviços que poderíamos chamar de "serviços de apoio". A categoria de atividades que convencionamos rotular dessa maneira compreende todos os ofícios cujo desempenho assegura o provimento e a manutenção da infra-estrutura que garante o funcionamento do setor terciário. Não nos referimos, é claro, aos grandes serviços infra-estruturais, mas a todos os tipos de consertos, pequenas obras e reparos, fornecimentos de reposição em pequena escala e assim por diante.

As tendências contemporâneas do planejamento urbano consagram uma especialização terciária das áreas centrais de negócios, especialmente nas grandes cidades. A consequência é o encarecimento do solo urbano e a elevação dos custos de manutenção e instalação de pequenas economias nessas áreas. Os pontos aos rés-do-chão são eviden-



Diversidade na Rua Emília Guimarães

- 2 Camiseiro
- 10/12 Oficina Mecânica
- 19 Alfaiate
- 28 Cabeleireiro
- 35 Bar/Armazém
- 37 Quitanda
- 45 Depósito de Papéis

temente mais caros. Os serviços de apoio carecem da necessária capacidade de capitalização, sendo, além disso, excluídos do centro pela própria valorização, que define quais as atividades compatíveis com esse espaço.

É bem verdade que, no caso do Rio de Janeiro, e em outros similares a ele, pequenas e micro empresas persistem teimosamente em localizar-se nas áreas centrais, ainda que recentemente não se tenham poupado esforços para erradicá-las. A modernização dos distritos centrais de negócios, eliminando partes mais tradicionais do tecido urbano, concorrem decisivamente para isso, pois destroem as áreas da cidade onde tais atividades podem encontrar acolhida. Brasília tem servido de paradigma a esse tipo de tendência, como observa Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1979).

Assim, banidos do centro, os pequenos negócios de apoio procuram áreas mais baratas que permitam compatibilizar a particularidade da vocação de *petty producers* com as suas conveniências e limitações. Quer dizer, com a proximidade do mercado cuja demanda atendem, e com a sua característica de baixa capitalização. O Catumbi, reunindo essas condições, é uma das áreas eletivas para o estabelecimento de pequenas empresas do tipo.

Supondo que o nosso morador estivesse à testa de um grupo doméstico constituído, não encontraria maiores obstáculos para o provimento das necessidades mais imediatas



Nos vazios fronteiros a caminhada perigosa

de manutenção da casa. A padaria, o armazém e a banca de jornal lhe fornecem o necessário para o café da manhã. O provimento do almoço e do jantar passa pelo açougue, pela quitanda e pelo armazém. Mas, o espaço do Catumbi dá lugar à possibilidade de provimento de outras necessidades, do corpo ou do espírito. Há igrejas, escolas e clínicas, embora os moradores atuais insistam em apontar uma certa insuficiência dos serviços escolares e de saúde. As deficiências específicas não são de maior gravidade se considerarmos que o bairro é servido por inúmeras linhas de ônibus conectando-o, em poucos minutos, com variados pontos da cidade onde podem ser encontrados meios de satisfazer a todas as demandas, pois são, exatamente os melhor providos. As reivindicações são, no entanto, para que se concentrem no bairro o maior número possível de serviços. Isso faria que as pessoas os tivessem dentro do raio de ação de uma caminhada, nem muito longa, nem muito curta.

O andar a pé tem uma dupla importância. Em primeiro lugar, a funcionalidade de resolver coisas sem o uso necessário de veículos. Depois, andar pelo bairro une o útil ao agradável. As caminhadas que se destinam à resolução de afazeres funcionais, são, ao mesmo tempo, passeios. Têm uma dimensão ritual. Põem o morador em contato permanente com as pessoas e os eventos do seu universo social mais imediato. É andando que se fica sabendo das coisas. O bairro é passado em revista, é supervisionado, oferecendo-se como espetáculo também. Uma caminhada, mesmo um pouco mais longa, é atenuada pelas muitas quebras e descontinuidades proporcionadas pelo espaço, quer na sua dimensão física, quer na sua dimensão social.

As quadras são pequenas, irregulares, misturam edificações diferenciadas quanto à função e à idade de construção; há muitas esquinas para dobrar; por toda a parte existem “pontos” que favorecem o encontro de conhecidos. Praticamente, não fosse a intensa destruição que o bairro tem sofrido, não haveria muitos espaços vazios ao longo da caminhada. Assim, não existiria o que Jane Jacobs chama de “o flagelo dos vazios fronteiros”. Na realidade, entretanto, esses vazios acabaram surgindo das extensas áreas desapropriadas e/ou demolidas.

As demolições afetaram a densidade absoluta e relativa do bairro. Afetaram-no enquanto praça, reduzindo a freguesia. Um número considerável de estabelecimentos de comércio, serviço ou produção desapareceu. Ambientes inteiros foram desfigurados e outros simplesmente deixaram de existir. O Largo do Catumbi, por exemplo, existe hoje apenas na memória saudosa dos seus antigos frequentadores. Não há parque ou outra qualquer “invencionice” urbanística capaz de restituir a imensa riqueza expressiva desse lugar. Donde se conclui que é mais importante um Largo, ainda que pouco sofisticado como equipamento de lazer, do que a melhor das “áreas verdes”.

A densidade relativa sofreu com as demolições quando estas, ao invés de arrasarem quarteirões inteiros, começaram a abrir brechas e lacunas no casario das ruas, criando vazios localizados. A taxa de residência por unidade de superfície diminuiu em consequência. Lojas e negócios foram deslocados. Eventualmente os imóveis desapropriados não chegaram a ser destruídos. Alguns permaneceram vazios. Outros foram ocupados, dando origem a uma nova categoria de moradores do bairro — os invasores. Estes, na verdade, não são moradores ou são moradores apenas *de fato*. O direito de morar no bairro não lhes assiste do ponto de vista jurídico, pois sua situação, enquanto ocupan-



Caminhar — passear



Ruínas invadidas

tes dos imóveis, é ilegal. Além disso, não são aceitos como moradores do Catumbi. Não têm direito a esse estatuto. Não são reconhecidos como iguais. São vistos como “favelados”, “mendigos”, “marginais”. O estigma implícito na designação nos traz de volta à questão das fronteiras do bairro e aos problemas que causa para a sua identidade.

As desapropriações expulsaram do bairro unidades domésticas inteiras, e em grande quantidade. Favoreceram, é verdade, o aparecimento de uma nova categoria de morador e permitiram uma recomposição precária da densidade. Ocasionalmente, no entanto, um perigoso processo de degradação da identidade local.

Guiamos nossa análise neste sentido, porque nos permite retomar a questão da diversidade, considerando-a, agora, quanto à sua importância como princípio. Sua existência no espaço urbano do Catumbi nos parece fora de dúvida, como demonstramos através da etnografia. Lembramos que a metodologia seguida procurou adequar as técnicas da observação participante àquelas da documentação etnográfica.

A Importância da Diversidade como Princípio Estrutural do Urbano

Começamos a etnografia do Catumbi pelas ruas. Nossa primeira intuição apontava-as como lugares especialmente favoráveis à apreensão da maneira pela qual os habitantes do bairro se apropriavam do espaço de uso comum para diversos fins, inclusive, e principalmente, para o lazer. Por isso decidimos considerá-las como *methods*. Elas deviam ser, se a situação era correta, os meios através dos quais era possível chegar ao sistema de relações que, nessa sociedade, orientava o uso dos espaços.

No cotidiano das ruas encontraríamos as estruturas sócio-espaciais na sua dimensão processual. Isso era o que esperávamos produzir através da observação sistemática e de esforço analítico. Mas a perspectiva teórica adotada desde o início não encarava esse movimento cotidiano como uma simples realização, de certa forma passiva, de princípios demiúrgicos, criadores e legisladores do social e dos espaços nos quais podem ser observados. O próprio movimento era, na verdade, uma produção reiterada desses princípios estruturais. Assim, consideramos o significado da rua como sendo o uso ou a multiplicidade de usos efetivos que dela se fazem.

Há um certo fascínio nas ruas que aprendemos a reconhecer, olhando-as, participando do seu movimento, perscrutando-as de pontos que nos permitam observá-las sem estarmos, nós mesmos, no seu quadro. Falamos das ruas como observadores e como seus usuários durante o período de trabalho de campo. Foi isso que nos permitiu construir uma interpretação do movimento que as caracterizava. Como toda interpretação, a nossa não pretende ser a única possível, mas pretende certamente traduzir uma experiência através da qual acreditamos que nos tenhamos aproximado dos outros usuários. Ao ancorar nossa reflexão na observação participante do cotidiano desta dimensão expressiva do modo de vida urbano, quisemos dar-lhe o caráter que Clifford Geertz chamaria de *actor oriented* (Geertz, 1976).

Nas ruas ocorrem inúmeros eventos. As etnografias que fizemos procuraram apresentá-los na sua variedade, indicando seus possíveis encadeamentos e relações, referenciando-

os no tempo e no espaço. Tudo o que acontece nas ruas é imediatamente compreensível, ainda que nem sempre se apresente como uma sequência de fatos linear e transparente. Muito do que aí se passa foge à familiaridade. Isto vale, conservadas as proporções, tanto para o pesquisador quanto para o próprio morador ou usuário constante de seus ambientes.

A rua se torna, com frequência, o lugar da novidade, do inesperado. Para isso, contribui o fato de ser ela o lugar, por excelência, do outro. Esta categoria se refere ao estranho, o outro na sua forma mais radical, mas se aplica também ao outro concebido e simplesmente como aquele com quem mantemos relações sociais. Essa última característica ressalta-lhe a função de estranhamento. A rua é o lugar onde se dá o social também como espetáculo. Daí o seu fascínio. Como forma dramática, é um espetáculo que permite assumir certas identidades, desempenhar determinados papéis e, até certo ponto, escolher os enredos dos quais se vai participar. É o palco por excelência do social.

Os diferentes contextos (calçadas, esquinas, janelas, muros, etc.) podem ser recortados como palcos ou platéias. Quer dizer, o que se vê e de onde se vê. A rua promove o contato com o outro. Problematiza o outro. A partir daí se colocam duas questões que decorrem do próprio contato: — a da segurança e a da socialização. A questão da segurança é inerente ao contato se considerarmos que este será sempre mais ou menos problemático, pois encerra a possibilidade do conflito. É preciso saber como evitá-lo ou geri-lo quando se apresenta como incontornável. A socialização, introdução mais ou menos sistemática às regras e aos desempenhos paradigmáticos de uma sociedade, constitui



Lacunas das demolições



De repente, o inesperado: cabritos na rua

dimensão inerente ao contato, pois decorre do seu caráter inelutável, ao mesmo tempo em que o torna possível e o reproduz.

Em resumo, quando nos defrontamos com um outro, três, e somente três coisas podem ter lugar. Ou trocamos algo com ele, ou evitamos fazê-lo de parceiro nessa operação, ou entramos em conflito. Em todos os casos, operamos com regras e por meio de rituais. Na troca reforçamos o contato; na evitação procuramos neutralizá-lo; no conflito recusamos determinadas condições de uma troca possível. Troca, evitação e conflito vão sempre juntos. São termos virtuais de qualquer relação social e como tais serão considerados.

O Contato: A Rua como Espaço de Sociabilidade

Todo grupo social tem uma versão de si mesmo, uma imagem que cultiva e difunde. Nossos amigos do Catumbi, aqueles a quem, afinal, devemos o aprendizado do seu modo de vida, de um estilo urbano, também nos apresentaram a sua auto-imagem predileta. No seu discurso o bairro aparece reiteradamente como “uma grande família”. Um lugar “onde todos se conhecem”. Uma “comunidade”. Acentuavam a solidariedade, o auxílio que se prestavam mutuamente nas ocasiões de precisão, a afeição que os unia entre si e ao bairro. O morar lado a lado definia-os todos como vizinhos.

A categoria vizinhos, no entanto, era entendida como algo mais que uma continuidade no espaço do *habitat*. Definia uma comunidade moral. As pessoas enquadradas nesta categoria reconheciam (e reconhecem ainda) um conjunto de expectativas e obrigações mútuas. O que se acentuava na auto-imagem era exatamente a reciprocidade, a troca. “O Catumbi é como uma cidade pequena”, afirmava um morador.

Os diferentes grupos domésticos se viam como complementadores, como sustentáculos mútuos de uma totalidade social realizada num espaço comum. As diferentes atividades que coexistem nesse espaço social integram-se igualmente numa relação de complementaridade evidenciada pela própria reação às demolições. Os claros que se abriam no tecido urbano representavam, também, rupturas no tecido social. “Quando a loja de geladeiras se mudar, eu vou-me embora também”, dizia o proprietário da loja de lustres e material de iluminação, estabelecendo um limite para além do qual a permanência no bairro lhe parecia inviável. Que nexos se romperia com a saída de um vizinho? A coexistência dos diferentes estabelecimentos de negócios é fundamental para atrair e manter circulando no bairro uma quantidade considerável de fregueses potenciais, quer sejam moradores do próprio bairro, quer sejam “freguesia de passagem”. Além disso, a multiplicação de lacunas constitui um expoente negativo para o ponto comercial. Afeta as condições de segurança. E, na medida em que faz diminuir o movimento, empobrece funcionalmente o bairro e tende a afetá-lo como um todo. Tudo isto está contido na declaração do comerciante. O que o português sabia muito bem, é que as diferentes funções primárias desempenhadas no espaço se reforçam umas às outras pelo contato que estabelecem entre si, diretamente ou através do uso comum de uma freguesia.



Ponto movimentado onde era o largo

Os vazios são “malditos” porque, entre outras razões, reduzem substancialmente as oportunidades de trocas que transcendem o comércio, a prestação de serviços e, portanto, o caráter funcional e utilitário da diversidade. Esta possui uma dimensão expressiva, pois favorece a proximidade, os encontros, a comunicação, outras tantas formas de intercâmbio, todas elas envolvendo o contato face a face.

Quando os moradores diziam que o Catumbi era “uma grande família” e que “todos se conheciam”, é disso que estavam falando. O conhecer-se resultava da troca social reiterada. A articulação de residências, negócios, locais de trabalho, serviços, estabelecimentos de culto e lazer, promove o encontro sistemático das pessoas e dos grupos em função da maneira pela qual partilham, numa configuração espacial precisa, a multiplicidade de meios que viabilizam a vida cotidiana. Existe, pois, uma comunidade nas ruas que não é apenas funcional. As pessoas não participam dela simplesmente porque moram, compram, trabalham, cultuam ou se divertem no mesmo lugar. Mas porque fazem tudo isso de forma personalizada — “todos se conhecem”. Saber quem é quem é uma imposição da própria intensidade do contexto e das muitas oportunidades diferentes em que ela se dá. E mais, significa conhecer o mesmo indivíduo em diferentes situações, desempenhando os papéis de vizinho, freguês, associado, parceiro de jogo, freqüentador de determinados lugares, membro de uma igreja, profissional disto ou daquilo e assim por diante.

A troca reiterada está na raiz da construção social da pessoa. Mais uma vez a diversidade se revela fundamental. Graças a ela um indivíduo vai se transformando numa pessoa, pelo conhecimento e integração das suas múltiplas facetas. Vai adquirindo uma identidade tanto mais rica quanto mais variados os papéis através de cujo desempenho se expõe aos outros. Vai se configurando, enfim, como uma pessoa. Os múltiplos significados dessa pessoa permitem não só a sua permanente avaliação como parceiro de interação social, mas também uma multiplicidade de critérios para essa avaliação.

A diversidade ensina a relativizar. Ensina conseqüentemente a ser generoso. Uma pessoa percebida negativamente através do desempenho de um dos seus papéis, pode ser



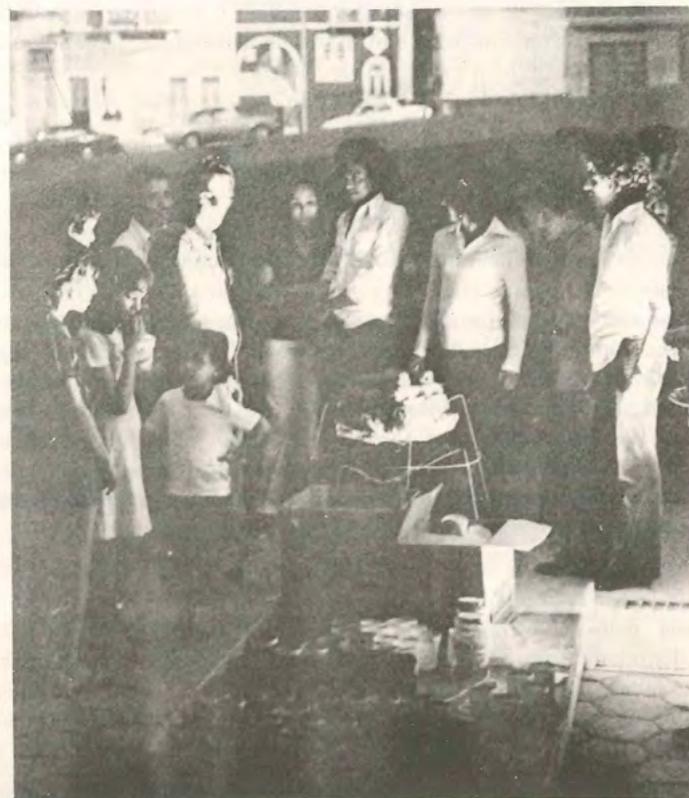
Conversa embaixo do viaduto



Quermesse no pátio da Salete



Comunidade nas ruas



Embaixo do viaduto: braseiro e festa

positivamente recuperada por outro ângulo qualquer do seu desempenho social. A diversidade propicia também muitos contatos e não pode existir sem eles, que, por sua vez, são a sua consequência necessária. Não só muitos contatos, mas contatos com muitos. Cada um deles pode ser visto como trivial. No entanto, isto só ocorre quando os consideramos como unidades discretas. Sua verdadeira importância fica evidente a partir do momento em que venham a ser reconhecidos como elementos de um conjunto. O conjunto dos contatos é uma das dimensões em que a diversidade se manifesta e pode ser apreendida. Quando a consideramos desse ângulo, ela nos aparece como uma grande mistura de relações num mesmo espaço social. Chega mesmo a dar a impressão de algo confuso, intrincado e difícil de compreender. Mas, trata-se apenas de consequências de uma ordem não percebida como tal.

Os muitos contatos e relações estão em dispersão não só numa configuração espacial, mas também no tempo. Apesar dessa distribuição, seria um equívoco imaginá-la homogênea, como uma superfície colorida por igual. Seria mais semelhante a um plano coberto de pontos que se agrupam mais ou menos densamente em regiões diferentes. Um adensamento de pontos resultaria em matizes mais saturados, em manchas, módulos expressivos da confluência de muitos contatos num determinado nó. Tais nódulos de maior saturação corresponderiam a lugares, a pessoas e à conjugação de lugares e pessoas num determinado instante sobre o eixo temporal. Lugares, pessoas e conjugações particulares de lugares e pessoas no tempo, seriam indicativos das muitas medições e mediadores que tornam possível a unidade na diversidade.

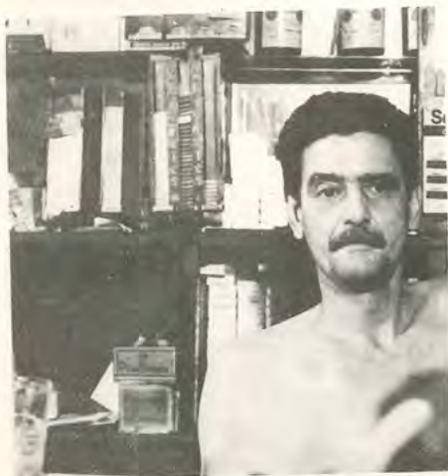
Dos lugares a nossa etnografia já falou. O exemplo do Armazém S. José, ou da Associação de Moradores, mostrou como nós, enquanto estranhos, fomos incorporados ao bairro graças à frequência com que estivemos presentes em determinados momentos nestes locais. Quem são, no entanto, as pessoas que têm caráter de mediadores? O que define uma personalidade capaz de funcionar como um elo de múltiplas reações, ou como um comutador através do qual os contatos passam ou se fazem? De onde lhes vem essa vocação?

Para reduzir de imediato o inventário das possíveis respostas começamos por uma pauta negativa. Embora existam atividades como que talhadas para criar as condições do surgimento de "gente notável", o seu desempenho não garante a transformação de quem se dedica a ela, numa personalidade pública vocacional (Jacobs, 1973). Um comerciante, por exemplo, ocupa um lugar potencial de mediação. Nem por isso é certo que ele mesmo seja um mediador. É necessário mais que a existência de condições funcionais para fazer um mediador.

A autodesignação também não basta. É preciso aceitar ou querer o papel, e também ser investido nele. Em resumo, as qualidades de mediador não estão na posição ocupada, mas numa determinada maneira de fazê-lo, no estilo apresentado. Existem pessoas das quais se diz que "sabem fazer ambiente". Mas, "fazer ambiente" é estabelecer relações; é ser, como nos dizia alguém a respeito do *barman* do Armazém, "um diplomata". Um mediador é, desse ponto de vista, um negociador de relações. Alguém que harmoniza e concilia, mas no qual se reconhecem afiliações e lealdades muito bem marcadas. Trata-se de um ator que tem um lugar social, uma identidade estabelecida em muitos domínios. Mediar é ter trânsito.



Barraquinhas do Divino



Personalidades públicas vocacionais
1 Toninho, o barman do armazém da esquina



Personalidades públicas vocacionais
2 Pe. Mário e Sílvio

Existem tantos mediadores quantas são as possibilidades de combinação dos diversos domínios do social reconhecidos como tais pelos membros da sociedade à qual o mediador pertence. Mediar, portanto, significa também, saber reconhecer as diversas formas e critérios de aferição de um desempenho em múltiplos contextos. Significa combinar conhecimento e habilidade, ou seja, regras e modos vigentes nos domínios sociais a serem mediados. Isto confere ao indivíduo a capacidade legitimada de traduzir mutuamente estes domínios.

Há trajetórias ou carreiras distintas entre os mediadores, dependendo de suas áreas de atuação e especialidade. A história recente do Catumbi conferiu notoriedade a algumas personalidades públicas vocacionais. Em especial àquelas capazes de mediar o bairro para fora, ligando-o com as agências da administração municipal, estadual e federal (Santos, 1979). Além destes, há os mediadores cuja atuação está voltada para dentro do bairro, onde se exerce cotidianamente. Fazem-no com absoluta gratuidade, mas não sem as formas de gratificação através das quais a sociedade reconhece sua importância e premia sua atuação.

Ao trânsito em muitos domínios corresponde também, um aspecto amplo de responsabilidade. Mediador é aquele que se sente responsável pelas coisas que são de todos. Por esse motivo é uma personalidade pública. Como a preocupação não é remunerada, nem advém de um cálculo utilitarista, dizemos que a personalidade pública é vocacional. E neste sentido, ser mediador é uma carreira.

De onde vêm os benefícios e a importância dos mediadores? Da confiança em primeiro lugar. Esta, no entanto, só se obtém graças ao "ter tempo no bairro". A ambigüidade da expressão não parece casual. "Ter tempo no bairro" é possuir uma história. Também isso tem um duplo sentido: — significa ser conhecido *no* bairro através da história pessoal e conhecer *o* bairro na sua trajetória ao longo de uma determinada profundidade temporal. Mas, "ter tempo no bairro" representa ainda dispor de parcelas suficientemente grandes de permanência dentro dele, para exercer as trocas sociais no seu caráter funcional e expressivo. O "tempo no bairro" dirá quem é ou não confiável.

Comerciantes, funcionários, religiosos, empregados, bêbados e outras categorias de pessoas podem exercer funções de mediação. Todos eles gozam de confiança e, por isso mesmo, podem avaliar alguém responsabilizando-se por ele. Além disso, reconhecem na confiança o princípio básico que assegura as relações no bairro. É graças ao crédito de confiança que se estabelecem ou reforçam ligações. Por isso, vem a ser um verdadeiro correlato do princípio de reciprocidade.

A produção social da confiança resulta da diversidade ao mesmo tempo que constitui um mecanismo de afirmação e realimentação desta. É, por isso mesmo, um bem extremamente precioso. É o princípio moral que permite unir e sobrepor os diversos sistemas que se combinam na totalidade social desse tipo de *habitat* urbano, onde "todos se conhecem".

A confiança é, por princípio, a negação da troca mediada pelo dinheiro e só pode existir entre pessoas. É, por assim dizer, um crédito. Uma condição de sociabilidade nos termos do bairro. Redistribuí-la através do afiançar alguém, é reiterar a moralidade de

onde retira o seu sentido. É externar a disposição de reproduzi-la nos lances sucessivos de um jogo. Cultivá-la, significa perpetuar um circuito de dádivas, que tende a fazê-la voltar para o doador, acrescida (Mauss, 1974). Neste sentido, podemos dizer que há uma economia da confiança.

A moralidade da confiança opera em todos os níveis das relações sociais, inclusive daquelas que são, normalmente, identificadas com o dinheiro. No comércio do Catumbi, por exemplo, uma campanha propondo cobrar adiantado o correspondente a 50% de um serviço cuja prestação demandasse um certo tempo, fracassou. Isto porque a exigência já significava uma precaução cujo efeito era o de viciar a relação de confiança no seu nascedouro.

“O Catumbi não me deu riqueza, mas me deu muitas amizades”, afirmava um dos nossos informantes ao explicar que pessoas (fregueses) em quem se confia trazem outras nas quais elas confiam e às quais concedem seu aval. Para ele, vender não é “empurrar mercadoria”, mas participar da compra, partilhando a responsabilidade do acerto. A idéia fundamental de que “um precisa do outro, leva à preocupação de agradecer”, explica o dono da ótica, acrescentando – “não é como nas óticas Fluminense ou Brasil onde todo mundo é igual”. No caso, o “ser igual” significa ser igualmente desconhecido e, conseqüentemente a desconfiança é o princípio que rege as operações de troca.

Quando seu Gomes diz que na Zona Sul o “sistema do Armazém” não funcionaria, é a isto que está se referindo. O freguês de caderno só pode existir onde as pessoas se conhecem e têm confiança umas nas outras, quer dizer, num meio de relações sociais personalizadas. O “sistema” implica numa forma peculiar de democracia, pois beneficia indistintamente os iguais em termos da moralidade, da confiança, sejam do Morro, sejam do Bairro ou mesmo de fora, desde que avalizados. Os mecânicos das oficinas do Catumbi ilustram esse princípio de forma convincente. São considerados problemáticos com relação à concessão de crédito, quando mantêm com o bairro e com a rua uma relação estritamente funcional. “Eles mudam muito de lugar e deixam as contas penduradas sem pagar”. O que se traduz: eles não têm tempo no bairro. Estão fora do seu sistema de relações, ou melhor, estão ligados por um único e tênue fio – para eles o Catumbi não passa de um dos possíveis mercados de trabalho.

Muitos Olhos – Segurança e Socialização nas Ruas

A importância da diversidade não está esgotada. Falamos dela para mostrar sua relação com o problema dos contatos que nos abriu uma perspectiva fundamental do bairro através da compreensão do critério de mediações e da circulação da confiança entre os moradores. Mas, a análise se limitou à complexa rede de relações entre os conhecidos. Pouco se disse dos estranhos, daqueles cuja relação com o bairro é marcada pela não-pertinência. E, no entanto, isto não significa que essa categoria de indivíduos seja irrelevante e que se possa deixar de considerá-la ao falar na vida do Catumbi.

De imediato, a categoria estranho não parece oferecer maiores dificuldades. Estranho é o “desconhecido”, o que “não é daqui”, ou o que “não é como nós”. Fácil, não fosse por um detalhe — aplicamos o termo com uma enorme variedade de matizes. A simples mudança de contexto pode alterar tudo. Alguém que nos é conhecido e familiar em determinado ambiente, pode ser percebido como estranho em outro. Variam as circunstâncias e varia a estranheza do outro. Como contornar mais essa imprecisão classificatória ?

Numa peça curta e perceptiva, Simmel (1964) trata do estranho. Procura defini-lo a partir da relação ambígua de distância e proximidade da qual é a síntese. Está perto e longe ao mesmo tempo. Próximo no espaço físico, uma considerável distância social nos separa dele. Não pertence ao lugar, mas pode vir a pertencer-lhe. Suas marcas são a mobilidade e a objetividade. Pela primeira se distingue de todos os que têm raízes, pois não está atado ao grupo pelo solo do parentesco ou pelas demais formas da intimidade que prendem um homem a um lugar ou a um ambiente social. Graças à segunda marca pode ser visto (e pode ver) sem os envoltórios criados pela intimidade. Não arrasta consigo o lastro de uma história.

Ser estranho pode até parecer bom. Basta mudar o prisma, no entanto, para que se tornem visíveis as facetas problemáticas da posição. A percepção da estranheza no outro, ou na própria condição, diante dos outros, implica (quase sempre) em um certo alarme. Nas relações que estabelece, não só o estranho, mas aqueles para quem é um estranho também tateiam, inseguros. Primeiro há um *round* de estudos, depois vem a descontração e uma possível aliança. Ou o conflito, com a sua dose de imprevisto. Ou, por cautela, desinteresse e, nos casos extremos, a evitação e o afastamento. O confronto com estranhos é uma aventura, de desfecho incerto, portanto. Apresenta aquela dose de fascínio que caracteriza as ruas, lugares do que é estranho.

Como se explica, por outro lado, que, sob a aparência de qualquer conhecido, possa ocultar-se, potencialmente, um estranho? Esse é um problema que, no limite, está fora do alcance da reflexão sociológica, pura e simples. Pertence ao campo da filosofia do qual procuramos manter a distância que convém a uma pesquisa cuja preocupação é a maneira de usar espaços comuns para o lazer. A observação, porém, continua válida. O estranho está latente no outro, em que pese a eventual proximidade social. O sentido figurado do verbo estranhar, na sua forma reflexiva, é bem conhecido como denotativo de conflito ou ameaça de conflito. Estranhar-se é desentender-se. É perder o solo comum que tornava a troca e a interação possíveis. As formas radicais de individualismo pressupõem essa estranheza fundamental do próximo, conferindo-lhe os contornos de uma paranóia. As conseqüências sociológicas desse tipo de viés cultural ou psicológico são conhecidas de todos.

Jane Jacobs (1973) toma a existência, em números cada vez maiores, de estranhos como o dado inicial da sua preocupação com a vida e a morte das metrópoles contemporâneas. Esses estranhos lhe parecem, em princípio, perigosos. A “onipotente diversidade”, porém, pode curar o *habitat* urbano de mais este flagelo, como nos explica, a propósito da vida nas calçadas e ruas (*side walk and street life*). Basta

ser como o *Village* em Nova Iorque, um ambiente onde, graças à diversidade, há segurança. Um local em que as pessoas mantêm intensa sociabilidade e as crianças podem brincar na rua, à vontade.

Não há como discordar, ao menos em princípio. Mesmo assim, deveríamos acrescentar que a diversidade é também a principal responsável pela elevada taxa de estranhos nas ruas da cidade. E como nem todos costumam perambular no *Village*, ou no Catumbi, onde as pessoas se conhecem e se cumprimentam, podem ocorrer incidentes desagradáveis. Às vezes, eles acontecem, mesmo no Catumbi e, acreditamos, em *Greenwich Village*. Sem descartá-los como “as exceções que confirmam a regra”, vale a pena tentar uma análise.

Em que circunstâncias a relação com o estranho, ou a simples presença deste, podem ser pressentidas como portadoras de uma ameaça? Como se dá a ação profilática ou regeneradora da diversidade? Em síntese, por que o estranho se torna perigoso (real ou supostamente) num meio urbano onde há diversidade?

Digamos, em primeiro lugar, que a diversidade é paradoxal, pois cria as condições para a presença de muitas pessoas num determinado espaço. O grande número admite também os muito estranhos. E o perigo. Mas, o meio urbano diversificado provê certos mecanismos de controle da própria diversidade ou de suas consequências, que não são senão ela mesma. Sem estranhos não há diversidade possível. Aí entram as muitas agências de mediação que tornam possível a incorporação do estranho, o que é muito importante para a comunidade dos que se conhecem em variados graus. O que é importante também para o próprio estranho, pois opera a sua passagem social de fora para dentro do bairro. Nós fomos nosso melhor exemplo, a propósito. São agências de mediação os bares e armazéns, irmandades religiosas (“O Divino”). E pessoas, determinadas pessoas, em todos esses lugares.

Muitos olhos podem garantir a segurança de uma rua. Muitos olhares vigilantes asseguram que nada passará despercebido. O argumento de Jane Jacobs não se detém nesta evidência. Por detrás de cada par de olhos há um cérebro, que encerra uma convicção: — contribuir para o controle da rua. Mas, de que natureza será essa convicção? A que domínio pertence?

A determinação de interferir no curso dos acontecimentos da rua tem de estar relacionada com a peculiar moralidade que caracteriza as cidades pequenas. O Catumbi, aliás foi seguidamente representado, no discurso dos seus moradores, por essa metáfora. Por isso podemos considerá-la como uma pista para definir melhor o que vem a ser a convicção de ajudar, proteger ou socorrer alguém na rua. Aí está uma disposição que só pode existir dentro de determinadas condições. Os muitos e diferenciados contatos que se travam nos ambientes urbanos marcados pela diversidade, constituem uma verdadeira rede de suporte social para o indivíduo. Conhecer e ser conhecido é, ao mesmo tempo, o resultado da inserção nesse complexo de relação e a condição para fazer parte dele.

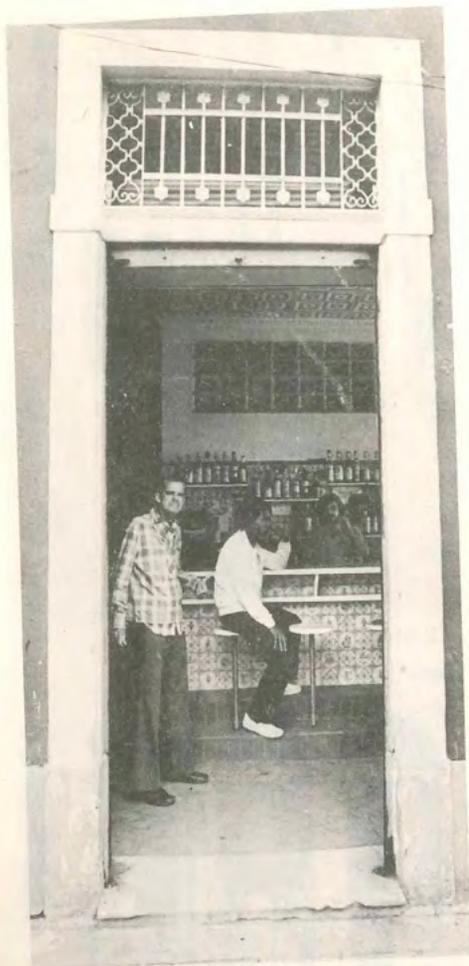
Os contatos recorrentes, ao nível do cotidiano, têm um caráter de não eventualidade. Não resultam de fatalidades estatísticas, mas da própria lógica das relações vigentes nesse tipo de meio urbano. Encontramos as pessoas, porque as trajetórias se



“Il nono”



Olhar vigilante no controle da rua



Muitos olhos convictos que contribuem para a vigilância do bairro



cruzam em muitos pontos e em muitos contextos. Daí surge o que poderíamos chamar de intimidade social. Como os contatos ocorrem em espaços públicos, nas calçadas, nas ruas, nas esquinas, nas lojas, na condução do bairro, na igreja ou no clube, no armazém ou no botequim, podemos aceitá-los como atos públicos. Eles constituem e alimentam a rede de relações graças à qual se produz socialmente a confiança. Desta maneira, fundam a confiança ao mesmo tempo em que esta os estimula. A unidade dialética constituída pelo par confiança/atos públicos está na base do que Jane Jacobs chama de convicção. Efetivamente, apenas em virtude da sua existência é que existem pessoas dispostas a exercer uma vigilância gratuita dos espaços públicos.

Para inspecionar uma rua sem possuir investidura formal, é preciso, em primeiro lugar, que esta atividade seja legitimada no âmbito da comunidade. Isto significa estar seguro de não incorrer em sanções ao exercê-la. Além disto, implica em um mandato; é como se as pessoas tivessem uma parcela da responsabilidade pelo que pode acontecer nos espaços que usam.

A vigilância da rua pelos muitos olhos que a observam não se reduz, porém, a uma compulsão voluntarista de controle da vida alheia. Isto não passaria de bisbilhotice e interferência. Ambas são qualidades detestadas e sancionadas, mesmo nos ambientes que são "como uma cidade pequena". Observar a rua e participar do que se passa nela exige sempre tato suficiente para distinguir em que contextos o que está acontecendo diz respeito a alguém, ou pelo contrário, está fora da sua alçada. O sucesso de um par de olhos em fazer as distinções condiciona a própria eficácia da vigilância e das intervenções, quando necessárias. Por outro lado, a capacidade de avaliação depende das relações que os tais olhos mantêm com os muitos outros pares existentes na rua ou no bairro. A comunicação pela palavra se reveste de uma importância enorme nestas circunstâncias.

O diálogo a respeito dos eventos que mobilizam uma rua e seus moradores resulta numa exegese constante de contextos, quanto ao que é ou não apropriado. Assim, a hermenêutica dos valores vigentes se elabora permanentemente lançando mão de exemplos ilustrativos. Voltando à metáfora da linguagem, diríamos que o aprendizado do código se dá pela apreensão de conjuntos inteiros, pela observação e experiência do seu uso e pela conseqüente aplicação, bem ou mal sucedida. Dá-se, em resumo, de forma sintética.

O que une os olhos vigilantes de uma rua é esse sentimento de serem seus "proprietários naturais". O espaço que supervisionam é, de certa forma, o espaço de todos. Nesse sentido, é mais do que público, ou não é apenas público. Pertence a todos em comum, em função das relações que mantêm com ele, ou dentro dele, e graças a ele. Por isso, o exercício do controle é um poder e um dever. Mais do que simples usuários, os "proprietários naturais" da rua são cúmplices.

O sentimento de partilhar uma responsabilidade coletiva se justifica, pois, de forma plena. Não equivale a um ato de vontade arbitrariamente concebido, mas ao reconhecimento de um tipo de relação. Nos contextos que são "como cidades pequenas", a responsabilidade existe de fato, e ninguém pode desprezá-la sem



Os proprietários naturais da rua são cúmplices

incorrer em custos sociais pesados, abdicando da identidade de morador e de todas as vantagens e direitos correspondentes.

O envolvimento também tem seus custos. Nesse tipo de sistema, porém, os custos se socializam e se repartem. Para avaliar o alcance de tal constatação, basta lembrar o que sucede no caso dos edifícios, conjuntos ou condomínios, onde a responsabilidade se concentra nas instâncias formalizadas e institucionais do síndico, do zelador e dos porteiros. Não é por acaso que a escolha para o preenchimento da função de síndico costuma recair em militares (reformados, de preferência), advogados e outros tipos de portadores de identidades que reforçam a legitimidade e o poder da função, ao mesmo tempo que protegem e respaldam o ocupante do cargo.

A questão do sentimento de “propriedade natural” nos traz de volta às categorias de casa e rua, público e privado, dentro e fora. Dissemos que eram relativas. Não só os pares entre si, mas também uns com relação aos outros. Os dados etnográficos que apresentamos falaram de todas estas categorias. Opuseram a casa e a rua. Distinguiram o público e o privado. Trataram das relações entre a casa e a rua, ou entre o público e o privado. Apresentamos os espaços sob a dupla forma de uma tópica, quer dizer de um sistema modelar de lugares; e de uma retórica do urbano, quer dizer de um discurso valorativo sobre os lugares e sobre as maneiras corretas de percebê-los e usá-los.

A casa e a rua são elementos do urbano e essa qualidade partilhada as faz membros de uma classe. O mesmo se aplica a público e privado como domínios diferenciais



Qualquer baldio pode abrigar peladas

de regras do direito. Relacionando os dois pares, temos que a casa está para a rua assim como o privado está para o público. Daí resulta que casa e privado, bem como rua e público constituem classes por analogia. Isto quer dizer que guardam entre si o mesmo tipo de distância e constituem recortes da mesma ordem de determinados *continua*. O primeiro dos espaços urbanos, o segundo das regras jurídicas. Por analogia, ambos podem qualificar-se, caracterizar-se, conjugar-se e, portanto, pensar-se mutuamente. Mas, uma outra leitura é possível. A casa pode equacionar-se com o público, e a rua com o privado, embora, à primeira vista, isso possa parecer paradoxal.

Lembramos que existem casas que, enquanto recortes do espaço urbano, são públicas. Algumas ostentam os problemáticos alvarás que legitimam sua pertinência ao espaço público, impondo-lhes as regras nele vigentes. Existem ruas particulares, ou momentaneamente particularizadas, quando, por algum motivo, se fecham, como no caso de festas, feiras, etc. Em que sentido se poderia então dizer que casa e público ou rua e privado podem integrar uma mesma classe? É o mecanismo de inversão que pode produzir esse paradoxo.

Como os significados são sempre contextuais, referindo-se a um determinado uso das categorias, a conjugação pode se dar por inversão das correlações normalmente constituídas, ainda que dentro de certos limites. Isso pode acontecer por suspensão da rotina, como nos ritos de calendário ou pela irrupção do extraordinário inesperado (a morte, por exemplo).



Pelada na Pedro Mascarenhas

Há ocasiões em que o espaço doméstico se abre para todos. A casa de uma das moradoras da rua Emília Guimarães passa por esse tipo de redefinição de seu espaço, quando aí se encontra, em exposição, a Coroa do Divino. Muda de "dono" (é do Divino), transforma-se numa capela, aberta, aos que se disponham a freqüentá-la para as devoções prescritas pelo costume. As portas não se fecham; quem se apresente recebe de comer e de beber, hóspede do Divino que é. Algo semelhante ocorre noutra casa da mesma rua, onde se realiza, tradicionalmente, uma festa de Cosme e Damião. A casa aberta recebe, então, convidados, mas também aqueles que da rua queiram juntar-se ao evento.

Em contrapartida, existe uma modalidade de apropriação do espaço público, que tende a privatizá-lo, também dentro de certos limites. Os exemplos são variados. As cadeiras na calçada, as "peladas" na rua, o "Bazar do Divino", as fogueiras no período invernal, para assar batatas, pimentões e lingüiças.

A relatividade do público e do privado, ou da casa e da rua, fica mais evidente ainda se considerarmos sua relação com os respectivos grupos que usam esses espaços, ou que têm pertinência dentro deles. A casa está para a família como a rua está para os moradores. Por isso é que se pode dizer que os moradores formam "uma grande família" ou que "esta rua é minha casa". As oportunidades de contato com a multiplicidade de atividades, relações, pessoas e eventos, fazem da rua um espaço muito atraente para todos. Também para as crianças e os jovens. A rua é, contra todas as evidências da pedagogia institucional, uma área de lazer educativo.

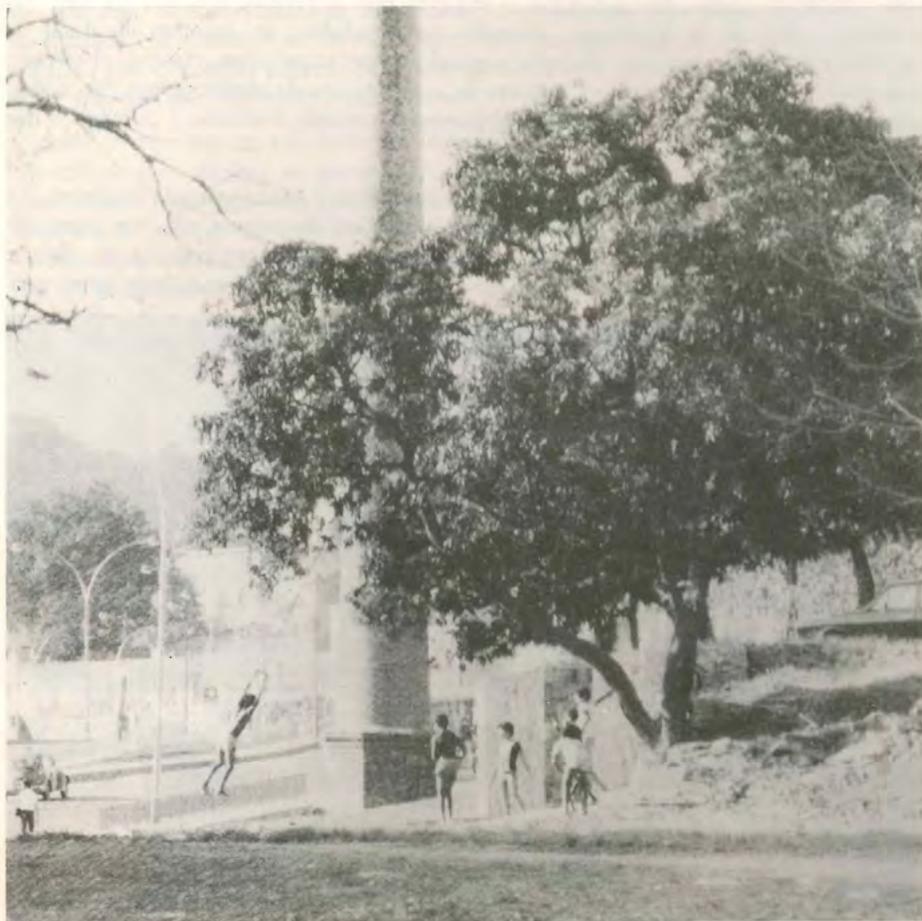
A riqueza das experiências possíveis numa rua não pode ser mimetizada por nenhuma instituição pedagógica, inclusive pela forma de apreensão não-analítica, através da qual a diversidade social pode ser vista, percebida e compreendida. A rua é, mesmo, um microcosmo real. Os mais dispostos a reconhecê-lo como tal, no entanto, dificilmente deixariam de observar, preocupados, que brincar na rua é perigoso. Algo poderia acontecer às crianças. A rua poderia afetá-las, dizem, na sua integridade física. Há o fantasma dos atropelamentos. Outros acidentes possíveis, podem resultar das brincadeiras, pois, como se sabe, os maiores nem sempre são tão delicados com os menores quanto as mães destes gostariam. Depois, nunca se sabe o que podem inventar as crianças quando, aos bandos, brincam no espaço da rua.

A questão mais séria, no entanto, é a dos perigos que uma criança pode sofrer na sua integridade moral. Estes são variados, abrangendo desde as eventuais perversões dos adultos até os maus exemplos dos colegas. O senso comum pedagógico vê a rua como um ambiente pouco sadio para a socialização dos infantes. Isso fica mais fortemente caracterizado ao considerarmos que esse juízo provém de uma sociedade que concebe a criança no mundo social de forma analítica e escalonada. O que se passaria nas ruas, seria exatamente a subversão da "ordem necessária das coisas". Pois, aparentemente, não haveria ninguém para selecionar as experiências adequadas a um determinado estágio da maturidade infantil.

Ora, no Catumbi, as crianças brincam na rua. Nossas perguntas a respeito dos eventuais problemas que isso poderia trazer, foram respondidas sempre no sentido de minimizar os riscos mencionados. Em primeiro lugar, as ruas do bairro não se

apresentam como particularmente ameaçadoras, com exceção relativa das ruas do Catumbi e Carolina Reidner. As pistas que integram o complexo do viaduto são bem mais perigosas em função de serem vias expressas. Em geral, portanto, as ruas constituem um território que pode ser freqüentado pelas crianças, quando dedicadas aos seus folguedos, ou quando cumprem certas tarefas por encargo de mães ou pais. Há pontos perigosos, mas não são muitos. Um deles constitui um bom exemplo de controle da rua, quanto à segurança física.

Na esquina da Emília Guimarães com a rua Van Erven, observamos que automóveis, caminhões-caçamba e outros veículos faziam a curva em velocidade, cantando pneus. As crianças costumam brincar nesse trecho, especialmente ao cair da tarde. Além delas, os adultos circulam por ali, entre a quitanda e o Armazém São José, ou param no leito da rua para observar o jogo de sueca e conversar. Habitualmente se



Áreas gramadas em torno da chaminé: o encanto antigo do lazer nos baldios

joga bola, tanto na Emília Guimarães quanto na Van Erven. Apesar disso, não ouvimos referência a acidentes, embora se comentasse o perigo e a possibilidade de um desastre. Com o tempo, percebemos que tal virtualidade era mais remota do que parecia. A sugestão de se colocarem quebra-molas, feita por um morador numa conversa, no Armazém, não conseguiu adeptos. A princípio não ficou claro o porquê. Mais tarde pudemos registrar que um eficiente sistema de vigilância alertava as pessoas para a aproximação de veículos que pudessem pôr em perigo a segurança dos freqüentadores da esquina.

Não são somente os adultos que exercem esse tipo de tarefa. Resguardar a integridade física dos usuários mais constantes, é um assunto de todos. Como é assunto de todos, homens e mulheres, jovens e velhos, o controle das brincadeiras das crianças. Isso não quer dizer que haja uma interferência contínua ou disposição para dirigir os jogos, divertimentos e atitudes dos pequenos usuários da rua. Ao contrário, não só a vigilância exercida pelos adultos se mantém limitada às circunstâncias que a tornam cabível e necessária, mas as próprias crianças observam, comentam, chamam e avisam os maiores da aproximação de algum perigo. São assim, muitas vezes, extensões preciosas e insinuantes do mundo feminino e doméstico das ruas. E vice-versa.

Convém lembrar que nem só nos espaços fronteiros à casa se exerce um lazer. As crianças maiores se afastam muitas vezes de casa, ou da própria rua, em busca de lugares convenientes para soltar pipa, jogar bola ou outro entretenimento. Sob a armação que sustentam o viaduto ou nos gramados que o ladeiam, bem como nas



Crianças: passagem rápida ou visita ritualizada

grandes áreas de estacionamento, surgem espaços capazes de se transformar em campos de futebol, por exemplo, onde é comum encontrá-las. Mesmo nestas áreas não se produz o afastamento radical do controle benéfico aos grupos de brincar. O distanciamento físico da casa ou da rua cria um espaço menos controlado, sem entretanto resultar numa “terra de ninguém”. Os que utilizam essas áreas têm uma autonomia maior do que nas adjacências imediatas da própria casa, sem estarem expostos às ameaças que caracterizam as áreas liminares.

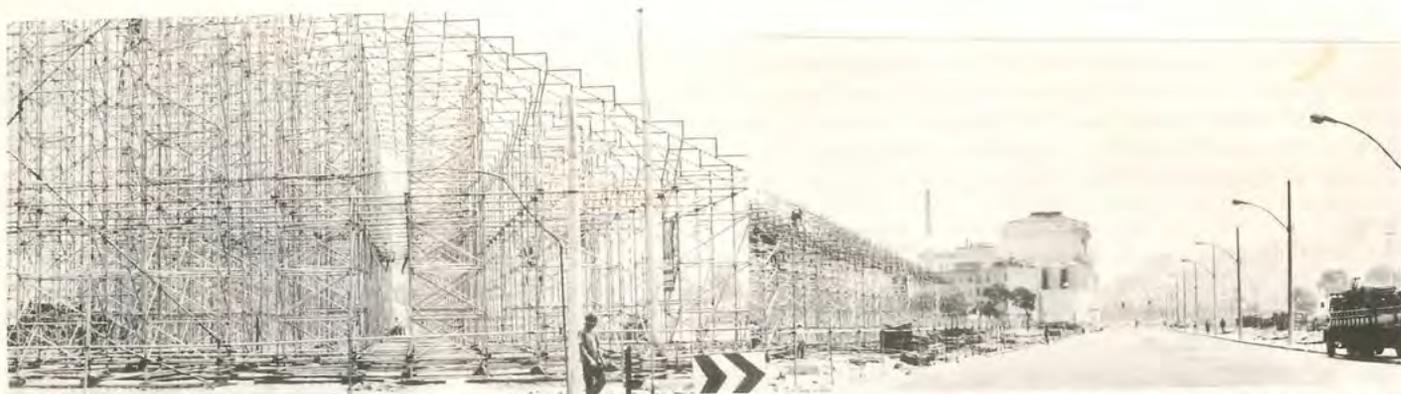
A moralidade das ruas não tem, certamente, a pureza das casas e quintais. Nem por isso deixa de existir e de discriminar entre o próprio e o impróprio. Sempre há alguém para lembrar a proximidade de crianças, quando as conversas deslizam para terrenos mais problemáticos. Não se expõe qualquer coisa às crianças. E vice-versa. O fato de estarem nas ruas não significa que estejam fora do sistema de valores que regem as relações entre os homens. Não estão excluídas das regras de convivência, de etiqueta, do exercício da autoridade. Se dissemos que têm contato com a diversidade, precisamos acrescentar que esse contato não é indiscriminado. As crianças têm um lugar próprio nos variados contextos da vida na rua. É desse lugar, dessa posição, que observam e participam.

Quando analisamos o ambiente do Armazém São José, a existência da posição específica das crianças se torna clara. Movem-se pelo lugar como se não fossem percebidas. O que fica mais evidente ainda quando suas entradas e saídas se devem a uma outra compra de gêneros alimentícios, cigarros, pão, leite ou guloseimas. Circulam por entre os adultos, sem chamar atenção, quase furtivamente. O mesmo já não se dá quando teimam em se insinuar no espaço do bar. Quando notadas aí, são objeto de brincadeiras e da jocosidade dos homens. É nítida a distinção que se faz, nestas ocasiões, entre meninos e meninas. As meninas são elogiadas, cortejadas, mostradas e ressaltadas quanto à sua beleza, solicitadas carinhosamente e tratadas com muito respeito. Já os meninos são provocados, num jogo que os trata ora como “homenzinhos”, futuros integrantes desse ambiente, ora como crianças, apenas toleradas. Em tais momentos o que se ressalta é a sua imaturidade que constitui motivo de gracejos, de menosprezo brincalhão, que vai num crescendo até que a criança se aborreça e os homens se cansem do brinquedo. São “sacaneados”, o que nada mais é do que a atualização do *ethos* masculino, pois são característicos das conversas entre os homens os insultos jocosos, sempre respondidos nos mesmos termos. São feitas e devolvidas acusações que jamais poderiam ser aceitas se levadas a sério.

O processo descrito implica numa dupla socialização: de um lado está o aprendizado das regras e usos vigentes neste recorte do espaço social; do outro, a condição de crianças e, dentro dela, a diferenciação característica dos papéis correspondentes a cada sexo. A ritualização das visitas garante a inserção controlada das crianças no ambiente do armazém. Carinhosa, jocosa ou mais ou menos agressiva, aproxima e afasta ao mesmo tempo, deixando claro, em todos os casos, que não se trata de iguais, ao menos por enquanto. A permanência no local é sempre transitória e breve. Não se estimula a frequência e, quando esta ocorre, se dá sempre sob a guarda e caução dos pais. A última condição é fundamental, sobre tudo quando se trata de



Qualquer lugar serve para empinar uma pipa



Um "sambódromo" que funciona apenas uma vez por ano, no carnaval, substituiu o movimento das casas, lojas, oficinas, fábricas, armazéns, cinemas e igrejas

provar bebidas. Em resumo, criança não bebe nem refrigerante no balcão do bar, quando desacompanhada. A permanência de crianças nesse recinto é, a médio e longo prazos, percebida como uma limitação do estar dos homens no bar.

Se a socialização nos espaços da rua apresenta um conjunto de mecanismos de controle, tanto da integridade física, quanto da integridade moral das crianças, surge uma questão: — por que a insistente reivindicação de áreas de lazer (parque, área verde)? O que teriam estas áreas que as ruas não têm? O que se pode nelas realizar que as torne desejáveis, enquanto as ruas são estigmatizadas?

A disputa, palmo a palmo dos moradores e usuários da cidade com os veículos e suas exigências de espaço, ou com as mais diversas utilizações funcionais do solo, é um dos pontos cruciais da vida urbana. Seu reconhecimento por todos, dos habitantes ao poder público, equivale à constatação de um problema: quem tem direito a que participação no uso e apropriação do solo urbano?

A faceta que nos interessa, é a existência, o uso e a apropriação diferencial das parcelas do solo consideradas como sendo comuns. A disputa travada em torno destas áreas tem levado ao levantamento de muitas questões, todas correlacionadas. Na verdade, poderiam ser resumidas na existência de um só grande problema: — o preconceito vigente com relação às ruas. As soluções propostas quer defendam a necessidade de áreas verdes, a criação ou instalação de áreas de lazer, a adesão aos conjuntos ou condomínios, de preferência fechados e dotados de áreas de lazer comunitário, não passam de variantes em torno de um mesmo tema: as ruas são inseguras, inhóspitas, pouco saudáveis, de moralidade, no mínimo, duvidosa e devem ser evitadas, pois nelas só encontraremos a dureza, os lados negativos e feios e os perigos da vida na nossa sociedade.

Reduzida a rua dessa forma, degradada (real ou imaginariamente), não resta senão abandoná-la, sempre que possível, e rapidamente. O preconceito contribui para o estabelecimento de cânones urbanísticos cuja tendência real é empobrecer o



A especialização viária criou áreas problemáticas

significado e a expressividade da via pública. Esta passa a só desempenhar a função de atalho entre pontos discretos do espaço. Eis como uma teoria do urbano ilustra o poder que têm as teorias sociais de se autovalidarem (Ryan, 1977).

Se considerarmos que as ruas representam, afinal, o mais característico dos espaços comuns nas cidades, o que é mais importante que praças, bosques, parques e quaisquer outros tipos de logradouros, então teremos que a negação da rua é a negação do urbano.

Não estamos afirmando que as ruas são lugares idílicos, absolutamente seguros, pois isto equivaleria à denegação dos problemas que efetivamente as afligem: a agressividade do trânsito; a insegurança dos transeuntes; a impessoalidade que reina em determinadas vias. Tudo isto não são fantasias paranóicas dos urbanistas. Mas o problema não está na rua enquanto espaço físico e sim na maneira pela qual é configurada socialmente. O desaparecimento da diversidade, dos muitos olhos, dos contatos personalizados em maior ou menor grau — estes são os verdadeiros fatores de desfiguração.

Fugir da rua desfigurada para se encerrar nas desejadas áreas de lazer, às vezes menos seguras ainda, ou nos decantados e valorizados condomínios exclusivos; suspirar pelas áreas verdes não são senão modos de se alienar da problemática social do urbano. Essa despolitização não reconhece como tais as formas fetichizadas em que a questão básica se encontra dissimulada. É assim que adquire sentido a reivindicação constante de áreas de lazer: não possuir um espaço especializado e exclusivo para tal fim expressa uma falta, um déficit. Equivale a estar excluído de uma qualidade de vida urbana superior. Por isso todos querem áreas de lazer.

O caso do Catumbi apresenta uma dimensão simbólica axial com relação a esse problema. Primeiro, porque áreas do bairro foram “barganhadas”, viabilizando a construção de uma praça na Zona Sul (Praça Garota de Ipanema), o que põe um matiz de ironia amarga na fala dos seus moradores. Depois, porque a suposta



Os vazios inóspitos das demolições atraem invasores

necessidade de áreas funcionalmente especializadas, viárias ou de lazer, justificou a erradicação sumária de partes consideráveis do tecido urbano da Cidade Nova e do Catumbi. Residências, casas comerciais, fábricas, oficinas, bares e botequins, cinemas, clubes e templos, foram riscados do mapa, juntamente com as ruas, calçadas e esquinas, por onde corria o fluxo buliçoso da diversidade.

A Passarela do Samba, “sambódromo”, é um exemplo incontestável desse processo. Para um desfile carnavalesco, realizado uma vez por ano, criou-se um espaço particular. Onde antes existia a rua Marques de Sapucaí, com suas casas, lojas, bares ou oficinas, passou a existir uma avenida. Uma pista de asfalto larga. De um outro lado, um absoluto nada urbanístico, ou as ruínas do que tinha sido um pedaço do bairro, outrora. Neste caso, o ritual de inversão ficou por conta do poder público e dos planejadores, e não do Carnaval. Este costuma redefinir o espaço da cidade, invertendo-o, para seus efêmeros festejos. Aqueles eternizaram o momento, destinando-lhe uma forma exclusiva.

Há determinadas circunstâncias em que a rua se torna problemática para o lazer e para a socialização de jovens e crianças. Quando isso ocorre estamos diante de um sintoma que pode remeter a problemas diversos. A especialização viária e a diminuição da diversidade com seus mecanismos de controle e incorporação, exemplificam um dos tipos do processo dos quais pode resultar um caráter problemático para a rua. Neste caso, teríamos as ruas impessoais, onde os indivíduos não passam de transeuntes anônimos. Além disso, as determinações de uso estabelecem uma temporalidade pouco variada, de ritmo também empobrecido, com

períodos alternantes de grande movimento ou mortos. Em tais circunstâncias, as vias se transformam em verdadeiras áreas desérticas, propícias a toda espécie de eventos liminares — assaltos, roubos, crimes de morte, e outras ameaças à integridade física e moral dos que são obrigados, ou se aventuram a usá-las. Passam a atrair o que precisa evitar o controle, ocultando-se.

Temos aí, mais uma vez, a ilustração da “maldição dos vazios fronteiriços”. Nada pior do que este tipo de área para o lazer das crianças e adolescentes. Delas está ausente a sociedade na sua complexidade. Apenas aparecem partes ou segmentos restritos. Livres da vigilância dos “proprietários naturais da rua”, expostos a toda sorte de infortúnios, os seus usuários se dividem em apenas duas categorias: os potenciais algozes e suas potenciais vítimas. O controle policial é, nesses casos, um paliativo de efeitos duvidosos. A rua pode se tornar problemática quando surge algum tipo de questão de fronteiras sociais no seu âmbito.

Enquanto ruas e casas são pensadas como totalidades, onde os moradores fazem as vezes de “uma grande família”, não há porque temer pelas crianças. Elas estão dentro da representação que circunscreve casa e rua. Pertencem a um mesmo conjunto. Estão em casa! Não há, portanto, uma contradição entre o espaço doméstico e o espaço público, que não é visto como algo fora de controle, ou como algo estranho e perigoso.

Às vezes, a representação inclusiva da rua, ou do bairro, pode ser afetada e destruída. Dois casos permitem ilustrar este processo. O primeiro tem, no Catumbi, relação direta com as demolições, e a presença de “invasores”, registrada nas ruas Pedro Mascarenhas, José Bernardino e Valença. Falamos disso de forma mais extensa na etnografia da área. Uma reflexão a respeito pode indicar os motivos que, mesmo no meio da diversidade, levam à caracterização da rua como pouco sadia, ou francamente perigosa.

Os “invasores”, como são rotulados na representação do grupo social com o qual passaram a conviver, não foram incorporados à comunidade moral da rua. Entre os moradores primitivos e seus novos vizinhos existe um, e somente um, nexos: a contiguidade. Para a irredutibilidade da fronteira, contribuem muitos fatores: o estigma da origem social, da cor, das circunstâncias da ocupação (no lugar de “antigos e bons vizinhos”); o fato, por isso mesmo, de não conseguirem ser incorporados à rede matriz da confiança. Tudo é inflacionado por um clima de suspeição, desconfiança e ressentimento, transformando os recém-chegados nos estranhos que se deve evitar. Eles são tidos como os responsáveis pela degradação da imagem do bairro, o que ocasionaria a presença de mais e mais estranhos perigosos nas imediações. “Marginais”, atraídos pela deterioração do ambiente urbano, “vêm assaltar, roubar e traficar”, onde anteriormente se vivia, pacatamente, em família. A decadência, por sua vez, serve de justificativa para todos os defensores do “progresso” que querem ver o bairro cedendo lugar aos conjuntos previstos no plano da Cidade Nova.

Diante de tal situação, pensam os moradores (e alguns o dizem com todas as letras), é preciso tirar as crianças da rua. Os “invasores” quebraram a unidade e harmonia, deterioraram o aspecto do casario, romperam a intimidade social dos habitantes e, agora,



Casas desapropriadas e invadidas

constituem uma ameaça séria à moralidade. Seus comportamentos são inadequados ao “ambiente familiar”, podendo vir a contaminá-lo, precisamente através das crianças e jovens.

O Conjunto do Ferro de Engomar ilustra uma outra faceta do problema das fronteiras internas. Não se trata, evidentemente, de “invasores” no sentido que se aplica aos recém-chegados da área adjacente ao viaduto. Sua presença, no entanto, também se relaciona com o processo de intervenção urbanística. Muitas casas e famílias do bairro cederam lugar aos prédios que formam o conjunto. Alguns dos antigos moradores vieram a participar da Cooperativa Habitacional do Ferro de Engomar, da qual resultou o conjunto da rua do Chichorro n.º 53 (Santos, 1979).

Os novos moradores, provenientes de outros bairros, se mantiveram sempre à distância do drama social que se desenrolava no Catumbi. Até porque são involuntários coadjuvantes desse drama. Não são vistos pelo prisma negativo e estigmatizante que se aplica aos “invasores”. Não são “pretos”, “favelados”, nem possuem os atributos correlatos desse tipo de identidade social deteriorada.

Apesar disso são estranhos. Mantêm com o bairro uma relação lacônica. Não se incorporaram, até hoje, à rede de contatos e confiança que apontamos como elemento estrutural da vida social no Catumbi. Há exceções, certamente. Mas todas elas se referem a pessoas que estão ligadas a moradores tradicionais por laços de parentesco. O interesse pela história do bairro e de sua luta, a participação na Associação de Moradores e a sua vinculação a outras instâncias mediadoras faz deles membros, de pleno direito, dessa cidadania.



Cooperativa do Ferro de Engomar na Rua do Chichorro

A relação dos moradores do bairro com os moradores do conjunto não está marcada por uma evitação tão radical quanto a que segrega os “invasores”. Os filhos já se conhecem e freqüentam. Partilham seu lazer, seja nos espaços contíguos ao conjunto, seja nas próprias ruas. No plano da socialização, surge um possível e futuro encaixe das identidades contrastantes. Aos poucos, os moradores do bairro e os estranhos que vieram para ficar, em contato através da geração júnior vão sendo totalizados no sistema de relações vigentes. De qualquer maneira, os moradores do conjunto continuam a fazer parte de um signo aflitivo que suscita o dilema do Catumbi, dilacerado entre o seu modo de vida tradicional e uma proposta de modernização da vida urbana, cujo significante é o Conjunto do Ferro de Engomar.

O morador do conjunto está ligado a uma representação do futuro, que uns temem e outros desejam para o bairro, como se verá adiante. A Cooperativa Habitacional da Garagem Presidente seria um passo a mais nesse sentido. Os “invasores” representam um presente em que o destino da tradição é degradar-se, justificando a alternativa do “progresso” que significa abdicar do que foi o modo de vida do Catumbi até o presente.

A Política da Rua: Apropriação de Espaços de Uso Comum

A segurança de todos é uma função da diversidade; muitos olhos e muitas mediações permitem incorporar os estranhos sem custos sociais excessivos. A socialização das crianças e o exercício da sociabilidade dos adultos encontram, na diversidade das ruas e do bairro, um solo favorável. Não é preciso separar as coisas. Ou, não é preciso segregá-las no espaço, pois o sistema de classificação que comanda o seu uso, suporta e ensaja uma dose suficiente de ambiguidade para que muitos processos diferentes possam encontrar seus lugares.

Esse esboço articulado do sistema de relações, que caracteriza a diversidade, tende a silenciar uma dimensão que é crucial quando se trata da apropriação de espaços — o conflito. Sua existência não deve surpreender, pois difícil seria imaginar qualquer processo de apropriação de um bem coletivo sem dissensões e discordâncias. Sem choques, resultantes da própria dinâmica do sistema. Os espaços não vêm acompanhados de folhetos contendo instruções para sua utilização. Ou melhor, nem sempre, o que significa que, às vezes, se dá o caso.

Os contatos recorrentes, face a face, e multipolares não chegam a constituir um consenso, sem passar pelas eventuais disputas e negociações cujo objetivo é o restabelecimento da unidade moral e a regeneração das relações sociais, quando estas venham a ser afetadas pelo dissenso. Para além das leis escritas e instituídas, que regem a sociedade, está um direito cujas normas são permanentemente discutidas e renegociadas. A comunidade convive com o dissenso.

Esta convivência torna possível o restabelecimento de um equilíbrio. Mas não existe apenas um equilíbrio, ao qual se retornaria sempre, como num sistema homeostático. O confronto e o conflito, resultam invariavelmente da performance do sistema, permitem a incorporação do evento, da novidade, da forma inédita, abrindo o caminho para as transformações do próprio sistema. Por esse motivo adotamos um viés processualis-



Rua do Chichorro



Filmagens no Catumbi

ta, destacando os rituais que implementam as diversas formas de uso e apropriação dos espaços comuns.

A análise de um caso poderá servir de ilustração para se refletir sobre a política da rua. A partir dele, a discussão da apropriação de espaços de uso comum, inclusive para fins de lazer, poderá ser desenvolvida. Tudo começou num fim de tarde, quando estávamos filmando na rua Emília Guimarães.

“Palavrão de Alto Calão”

Tomamos conhecimento do caso salão-de-beleza *versus* “peladeiros” da rua, de forma incompleta, quando vimos a fachada do estabelecimento pichada com *spray*. As acusações visavam, tanto a hombridade (na sua vertente ligada ao sexo), quanto a identidade étnica do proprietário. De acordo com elas, haveria uma relação entre a procedência ibérica do patrão e a sua duvidosa ética com relação ao alheio. Duas acusações sérias como se vê.

No dia ninguém quis falar a respeito do assunto. Diante das respostas lacônicas ou evasivas, resolvemos não insistir. Até que, na semana seguinte, a equipe de cinegrafia da pesquisa quase provocou um conflito no Armazém São José, quando começou a filmar e fotografar as pichações. As reações a essa forma de registro foram de muitos tipos. Algumas, veementes, acusaram-nos de estarmos mexendo no que não conhecíamos. De estarmos prejudicando as pessoas, divulgando levemente os problemas da rua. “Esse assunto é nosso” diziam.

Alguns ameaçaram até não “dar mais material para as matérias” que, como julgavam, ainda, deviam ser destinadas aos jornais ou a alguma estação de tevê. Foi difícil contornar o clima que se criou a partir daí. Os moradores olhavam, das janelas e das portas das casas para a cena da filmagem.

Os *spots* iluminando a fachada do salão, atraíram a atenção de todos para os palavrões que desacatavam a moral do proprietário. Do bar, os freqüentadores observavam a cena. Uns faziam de conta que nada estava acontecendo. Outros protestavam contra o registro porque “ia criar problemas”. Outros ainda começaram a tecer extensos comentários sobre o episódio. Diante de nossos olhos, estava se representando um drama social. Foi ele que nos alertou para a maneira peculiar de fazer política na rua.

O evento, no seu enredo, é simples. No sábado costuma haver um jogo de futebol na rua Emília Guimarães. Bem em frente do salão-de-beleza e do Armazém, na esquina da Van Erven. As partidas se animam e, de ânimo aceso, os jogadores se interpelam de forma nem sempre comportada ou contida. O controle da bola se perde também, às vezes. Os insultos, as interjeições expressivas da competição acirrada e a trajetória imprevisível da pelota, podem criar, nessas ocasiões, um conflito com algum morador.

No caso, a bola tinha atingido uma freguesa do salão, ao ter se extraviado para dentro deste. Não era a primeira vez. Nas outras, tinha sido sempre devolvida. Agora o proprietário se recusava a entregá-la aos jogadores, que se indignaram e começaram a discutir. Dos argumentos passaram a insultos e às ameaças mútuas. O aparecimento de



Palavrões de “alto calão”, como os definiu o proprietário do estabelecimento pichado

uma viatura policial suprênde a todos os envolvidos na disputa, menos talvez ao dono do salão-de-beleza, ao qual se atribui a sua convocação. A vingança dos participantes da “pelada” ocorreu mais tarde e não sem uma certa cumplicidade dos demais moradores da rua. Apareceram pichadas na fachada do edifício as inscrições: “fora galego”; “ladrão”; “viado”.

Por ocasião das filmagens, fomos esclarecidos a respeito do incidente por vários moradores, alguns dos quais se aproximaram, vindos das casas. Os comentários não tiravam a razão do cabeleireiro. Reconheciam a justeza das suas queixas com relação ao jogo. Criticavam, mesmo os palavrões e concordavam com o perigo representado pelas boladas. Iam além: achavam que o pessoal tinha se excedido, no jogo e na discussão. Afinal as coisas não precisariam ter chegado ao ponto que chegaram. No entanto, ponderavam, não era certo, da parte do cabeleireiro, ficar com a bola, que pertencia a algum dos jogadores. Nem chamar a polícia. Isso tinha sido imperdoável. O conflito saíra de suas fronteiras “naturais”, correspondentes à rua.

A apropriação de um pedaço da rua por uma atividade de lazer, é, em princípio, reconhecida como algo legítimo. Ao mesmo tempo, a invasão de um espaço privado rompia com as conveniências do bom uso deste espaço. Esse tipo de acidente não é imprevisto quando se trata de uma “pelada”. E o futebol não era, afinal, inédito na rua. O incidente não foi, por esse motivo, inesperado. Até porque outros devem tê-lo antecedido.

Uma ou outra vidraça era o saldo do divertimento. Ninguém gostava, é claro. Havia discussões, admoestações e, às vezes, uma alteração mais séria. Tudo se ajustava em seguida. Na próxima partida os times eram mais cuidadosos. De uma testada à outra, o campo de futebol terminava nas fachadas do casario.

A análise da apropriação dos espaços de uso comum tinha revelado uma enorme flexibilidade quanto aos processos e funções em jogo. Nada, a partir dela, indicava a impossibilidade da coexistência das funções de trabalho e lazer. Por isso é de se perguntar como algo tão habitual podia ter efeitos tão extensos e profundos sobre as relações



entre os freqüentadores e moradores da rua. O que teria transformado uma discussão sobre o uso do espaço num conflito aberto? Por que o mecanismo informal de controle foi incapaz de evitar o aprofundamento da discussão, levando inclusive à ampliação do desentendimento, ao invés de restabelecer a harmonia e o ajuste? Como, afinal, se desenvolveu a briga e o que podemos perceber para além do episódio?

A estrutura processual do conflito pode ser extraída da etnografia sumária que apresentamos acima. A técnica usada é simples: em primeiro lugar, procuramos destacar as unidades de ação, tomando como referencial os dois partidos em oposição; em seguida, as unidades foram dispostas de cada lado de um eixo, configurando um padrão dinâmico de ação e reação; depois, passamos à avaliação do encadeamento, para ressaltar o significado do *drama* (Turner, 1957). O quadro resultante adquiriu o seguinte aspecto:

Cabeleireiro atende fregueses
(trabalho)

Rapazes jogam bola
(lazer)

Cabeleireiro faz reclamações e exigência de parar o jogo (responsável pela segurança das freguesas)

O jogo assume características desapropriadas (palavrões) e perigosas (boladas)

(Freguesa atingida) o cabeleireiro retém a bola

Jogo continua igualmente perigoso e desapropriado (bola invade salão)

O cabeleireiro se recusa a devolver a bola

Os jogadores exigem a devolução da bola

O cabeleireiro chama a polícia

Os participantes do jogo insultam e ameaçam o cabeleireiro

Cabeleireiro rebate os insultos (segundo ele, todos "palavrões de alto calão") e torna a chamar a polícia para abrir inquérito

Membros do grupo de jogadores pixam o salão, acusando o proprietário de "viado", "ladrão" e "galego"

Moradores da rua revelam mal estar e comentam o desenrolar do incidente (exegese do sistema de regras)

Da estrutura processual acima, duas dimensões interessam à nossa avaliação. A primeira são as regras do conflito. A segunda, o que ele pode nos revelar sobre a apropriação do espaço.

O conflito não resultou, manifestamente, da incompatibilidade, em espaços contíguos, das atividades de lazer e de trabalho. O jogo de futebol, de acordo com o proprietário do salão-de-beleza, existe há muito tempo. O problema estava no aspecto não substantivo do uso da rua. Os palavrões e as boladas pelas quais o estabelecimento era invadido apontavam para uma inadequação moral e física da maneira de jogar.

A responsabilidade pela segurança e pelo respeito no ambiente do salão, cabia ao proprietário. Era além do mais, da sua conveniência funcional, pois garantia a manutenção da freguesia e sua satisfação. Essas condições se constituíam, reconhecidamente, em direito seu. Assegurá-las era um dever e uma necessidade, pois assim se conservava e reproduzia a confiança indispensável.

Ninguém nega aos participantes do jogo o direito de utilizar a rua. Os palavrões e boladas são encarados quase que como fatalidades inevitáveis. Quando se tornam excessivos, porém, configura-se uma impropriedade que descaracteriza o contexto normal de uma partida. A paciência e a compreensão complacente, tendem a transformar-se numa irritação crescente. É normal que daí resulte uma querela. Uma discordância envolvendo acusações e exigências que podem, no entanto, ser consideradas descabidas por uma das partes. Ocasão em que os acusados tendem a manter e reafirmar o seu comportamento. A partir daí, o litígio se transforma numa disputa aberta, exacerbando o próprio significado da pendência. Passa a ser uma questão de medida de forças.

Um novo evento — a bolada na freguesia — leva a parte atingida (o proprietário do salão) a redefinir o curso dos acontecimentos, retendo a bola. Dessa maneira se acentua o conflito e o curso da ação se precipita. Da rua, reclamam a devolução da bola, cuja retenção lhes parece ilegítima (roubo). O não atendimento e a obstinação do cabeleireiro em fazer valer o seu direito, suscita uma reação violenta. Mais palavrões, insultos e ameaças são trocados de lado a lado.

Diante dos novos acontecimentos e descrente da competência daquela arena (Swartz, 1968) para resolver o conflito o português apela para a polícia que intervém, normalizando, momentaneamente, a situação. Chamar a polícia equivalia a convocar uma agência reguladora pertencente a outra arena.

O campo específico da disputa era o do direito de usar o espaço da rua, na conjunção de trabalho e lazer. A rua constituía a arena, o foro adequado e competente para a resolução do conflito, na opinião da maior parte dos informantes que se manifestaram a respeito do problema. A intervenção policial foi considerada uma exorbitância, pois, envolvia a totalidade dos membros da arena primária. Estes temiam que tal publicidade os pusesse sob uma luz desfavorável, o que, nas circunstâncias críticas do bairro, poderia resultar em prejuízo para todos os seus moradores. A pichação potenciava as imagens negativas do Catumbi, concorrendo para a linha de argumentos que negava aos seus habitantes o nível social necessário para continuarem a viver nessa área valorizada.



O drama social sendo discutido

A nossa presença complicava ainda mais as coisas. Nós representávamos outra arena, com alto poder de comunicação como pensavam aqueles que ainda acreditavam que éramos profissionais da imprensa ou da televisão. Registrar em filme e fotografia as pichação da fachada do salão-de-beleza, equivalia a entrar no jogo do seu proprietário, que aliás, fez questão de dar entrevista a respeito. Sua versão dos acontecimentos baseava-se na retórica das evidências. Bastava ver para convencer-se dela. A apreensão de todos os demais, diante da filmagem e da gravação, era clara.

Houve dois tipos de reação, ambos correspondentes a uma outra versão do drama. Uma delas nos negava inteiramente a competência de intervir, a qualquer título, e por qualquer modo, nos desenvolvimentos subseqüentes da disputa. Categórica e agressivamente tentava nos manipular através de uma chantagem: não fornecer mais informações a respeito do bairro ou de qualquer outro assunto que interessasse à nossa pesquisa. A outra, mais ponderada e ciosa da inadequação do comportamento da primeira, buscava nos esclarecer, pela retórica da persuasão. O entendimento do problema, segundo eles, não se reduzia às “evidências” do cabeleireiro. A argumentação conduzia-nos para dentro do sistema de regras vigentes na arena primária.

As pessoas nos explicavam o acontecimento porque este tinha criado uma comunidade de aflição (Turner, 1957). Envolveria todos, direta ou indiretamente. Em primeiro lugar, porque a situação, que lhes competia controlar através da negociação, tinha-lhes escapado. Em segundo lugar, porque tinha virado “um caso de polícia”, ameaçando contaminar a imagem da “grande família” na qual se comprazem. Em terceiro lugar, porque o rumo que as coisas tomaram colocava em choque a própria diversidade com seu sistema de relações. Finalmente, porque tudo isso se refletia negativamente no ambiente da rua, criando um clima de desconfiança e provocando um estranhamento num meio marcado pela familiaridade.

Os comentários não eram apenas funcionais, embora pretendessem nos manipular positivamente. Eram, ao mesmo tempo, expressivos ou rituais. Estavam preocupados com várias coisas. Queriam sustar a progressão do conflito em direção de arenas cada vez mais públicas. Queriam também avaliar o próprio e o impróprio, numa revisão da ética vigente nesse universo. A preocupação maior era restabelecer as condições de convivência na diversidade. Para isso era necessário pacificar, garantindo, ao mesmo tempo, a multiplicidade de usos do espaço. Em síntese, o procedimento representava a restauração dos marcos em que se dá a política a nível local.

A hipótese da pesquisa partia do pressuposto da diferença radical dos processos de apropriação do espaço de uso comum em áreas urbanas cujo desenvolvimento tivesse sido “espontâneo” e naquelas que eram inteiramente planejadas. O método comparativo parecia, por isso mesmo, uma forma adequada de abordagem para o caso do Catumbi. O seu bom uso recomenda que se procure o contraste mais forte, pois os exemplares do mesmo gênero não destacam as particularidades da espécie com a nitidez desejada. Constituem-se, na maioria dos casos, em meras variantes estruturais.

Não podemos dizer que a “Selva de Pedra” tenha sido um mau caso de controle. Pelo contrário. Atendia a todos os requisitos. Era inteiramente planejada e se ergueu do zero, sem os entraves de uma estrutura urbana preexistente, ou quase. Seguiu os princípios modernos de planejamento tal como eram professados por algumas das personalidades mais destacadas da arquitetura e do urbanismo cariocas. Resultava, além do mais, de uma intervenção racionalizadora da vida urbana, apoiada pelo poder público, com todos os meios institucionais necessários para impor um projeto dessa envergadura.

Apesar de tudo, hoje, sabendo o que a pesquisa nos ensinou, talvez não fizessemos a mesma escolha. “Riviera dei Fiori”, ou “Nova Ipanema”, ou qualquer outro desses grandes projetos, que surgiram ao sabor do processo de urbanização da Barra, se prestariam melhor à comparação com o Catumbi. Afinal de contas, a “Selva de Pedra” surgiu nas proximidades de dois bairros já estabelecidos, o que deve ter influído na



A “Selva de Pedra” se destaca no espaço urbano, como um significante de vários significados



“Uma porção de edifícios voltados para uma praça”

concepção do projeto. Os novos empreendimentos, executados posteriormente, mais planejados, ou mais ambiciosamente concebidos, são exemplares muito mais perfeitos da mesma filosofia que está por trás da implantação da “Selva de Pedra”. Sempre que possível, faremos referência a esses outros casos, seja para acentuar determinados traços do caso de controle, seja para mostrar o desenvolvimento dos conceitos implicados, já levados adiante por uma segunda geração de arquitetos e planejadores. A análise abrirá caminho para uma avaliação do papel do planejamento com relação ao tema central da pesquisa.

“Uma Porção de Edifícios Voltados para uma Praça”

No final dos anos sessenta, e seguindo uma política de urbanização que fora a marca da década, a favela da Praia do Pinto foi removida. Em seu lugar, numa área de 92.000m², delimitada pela Av. Afrânio de Mello Franco e pelas ruas Gilberto Cardoso, Adalberto Ferreira e Humberto de Campos, foram construídos 40 prédios com 2.290 apartamentos, ao todo.

A gênese desse conjunto de edifícios, que se destaca contra o verde da encosta do Alto Leblon como uma compacta massa de concreto, deve-se ao projeto urbanístico concebido pela Divisão de Estudos e Projetos da Comissão Executiva de Projetos Específicos (CEPE), entidade autárquica da Secretaria do Governo do Estado.

Entre 1970 e 1971 os quarenta lotes, recortados nas quatro glebas em que fora dividido o terreno trapezoidal, tinham sido vendidos. Uma área triangular foi reservada para a construção de um Centro Comercial Integrado, com lojas e supermercados. O quadrilátero, no qual foram erguidos os prédios, é por sua vez penetrado por quatro pequenas ruas (Prof. Sabóia Ribeiro, Ministro Correa de Melo, Ministro Ramos Monteiro e Padre Achotegui) que morrem numa grande praça central — a Praça Milton Campos. Esta não é a única do projeto. Há outras, menores, situadas lateralmente em relação aos prédios de esquina.

A primeira coisa que se deve observar é que o projeto foi concebido como núcleo exclusivamente residencial. Algumas condições, consideradas básicas pelos idealizadores, foram delineadas de início:

- todos os edifícios teriam acesso à grande praça central, caracterizada como área livre de uso coletivo e desenhada, especificamente, para a recreação de crianças e adolescentes. O conjunto não deveria ser cruzado por vias de tráfego, para resguardar a vida e a integridade física dos ocupantes dessa área de recreação.
- a garantia de uma fácil intercomunicação dos prédios levou à substituição dos muros por jardineiras. E os *pilotis* foram escolhidos para permitir a livre circulação dos pedestres por toda a área.
- em cada esquina haveria uma banca de jornais e um passeio pavimentado permitiria a circulação de moradores e não-moradores por toda a área do projeto.
- além disso haveria bancos, para o descanso dos pedestres em circulação, nos lotes de esquina.

O projeto tinha um objetivo social explícito: "condições razoáveis" de habitação em regime de alta densidade. Dessa maneira, famílias de renda não muito elevada poderiam morar num bairro da Zona Sul. Para explicitar melhor o nível social dos moradores potenciais, diremos que a maioria dos lotes foi vendido à Associação de Servidores, beneficiando cooperativas habitacionais de militares, professores, funcionários de empresas estatais, e assim por diante.

A alta densidade (cerca de 1.182 hab./ha.) se justifica, segundo os autores, pela inserção do projeto em uma espécie de "vazio demográfico", sendo o entorno, constituído por áreas não destinadas à habitação. Os clubes (Flamengo, Paissandu, AABB e Monte Líbano), os supermercados (Casas Sendas e da Banha), a Praça Nossa Senhora Auxiliadora, a igreja (Matriz dos Santos Anjos), a estação da Telerj e a delegacia policial, reduziriam a densidade relativa a 343 habitantes por hectare. Ademais, o aproveitamento da área da Praia do Pinto foi orientado pela perspectiva de conciliar, no projeto arquitetônico, o abrigo de um grande número de pessoas com a liberação do máximo de terreno para atividades recreativas, sociais e esportivas.



Projeto da Selva de Pedra

“Todo mundo (é) da mesma classe. Todo mundo freqüenta, por exemplo o Flamengo, o Piraguê, o Paissandu... Estuda aqui no Pfisterer pegado no Santo Agostinho. O pessoal até em termos de trabalho é... Por que você vê, tem um prédio que é do Exército, outro que é da Marinha...”

A etnografia da “Selva de Pedra” seguiu, ainda que de forma menos extensa, as mesmas diretrizes aplicadas ao Catumbi. O foco era a apropriação de espaços de uso comum para fins de lazer. Nossa atenção se prendeu, conseqüentemente, às ruas, esquinas, praças e áreas dos edifícios, sem esquecer as calçadas, eventuais jardins e os *halls* dos prédios. Observamos a circulação das pessoas e nos concentramos nas atividades que as víamos desempenhar nos espaços de uso comum.

De resto, o trabalho de campo na área foi muito diferente daquele que desenvolvemos no Catumbi. Não cabe entrar nos detalhes dessas diferenças, mas vale a pena dedicar-lhes alguns comentários esquemáticos. A observação foi mais breve e menos participante, em primeiro lugar. Nossa incorporação foi muito restrita, limitando-se, na verdade, às mediações decorrentes de conhecimentos e amizades, travadas fora dali, e do contato com o vigário da paróquia dos Santos Anjos que, na época, procurava suscitar a “vida comunitária” na “Selva de Pedra”, promovendo encontros de casais e competições esportivas entre os jovens. O sucesso destas iniciativas parece, no entanto, ter sido pequeno.

Cada um por si

Ninguém tentou nos vender a imagem da “grande família” ou da “comunidade onde todos se conhecem”. E alguns dos nossos informantes, notadamente o Padre, falavam dessa ausência de integração e interação como quem se refere a um *déficit* grave e lamentável. Poucos, entretanto, parecem partilhar esse ponto de vista, como a pesquisa viria a demonstrar progressivamente. A idéia de uma “vida comunitária” parece desperdar, no mínimo, uma forte ambivalência.

Os moradores do projeto (a denominação conjunto é rejeitada) apresentam uma grande homogeneidade, quanto ao nível sócio-econômico. Eles mesmos afirmam esta homogeneidade, quando dizem que todo mundo é da mesma classe. Acrescentam, como indicadores, além do nível de renda, o grau de instrução, os interesses, o acesso a determinadas instituições de ensino e lazer, ou mesmo, o enquadramento em determinadas categorias profissionais.

Muitos são provenientes de instituições totais, como as forças armadas. Outros são funcionários civis e profissionais liberais. Todos enfatizam a escolha como valor, fazendo referências ao “ambiente selecionado” em que moram, mas, em geral, recusam a categoria de ricos preferindo classificar-se no amplo espectro social da classe média.

A homogeneidade social dos moradores não contribuiu para a constituição de nada parecido com a comunidade nas ruas, que descrevemos a propósito do Catumbi. Existe uma certa perplexidade no discurso dos informantes, como se não pudessem compreender porque pessoas, tão próximas na estratificação social, são assim tão distantes umas das outras, no dia-a-dia da Selva de Pedra. Não atentam sequer para a dimensão metafórica do nome com o qual também se relacionam de forma ambivalente. Alguns não gostam. Procuram evitá-lo. Mas todos os reconhecem como a melhor referência para indicar onde moram (ao motorista de táxi, por exemplo).

O tema “morar na Selva de Pedra” desencadeia, sempre determinadas variações. Como os moradores do Catumbi falavam da “comunidade”, os moradores da Selva falam da ausência dela. Lamentada por uns, aprovada por outros, mas unanimemente reconhecida como algo que não existe. Morar no projeto é viver sozinho, dizem. E o discurso a respeito das relações com os vizinhos é perpassado de desconfiança e hostilidade latentes. Em geral, o convívio é ilustrado através do relato de casos conflituosos. Quando mencionam algum tipo de bom relacionamento, enfatizam o seu caráter excepcional no contexto. É considerado bom vizinho aquele que “não perturba”.

Os blocos de edifícios funcionam, em primeiro lugar, como espaço-abrigo (Costa, 1976). Como habitação, no sentido estrito. Atendem às necessidades básicas do morar — recuperação e abrigo físico e psíquico (sono, alimento, higiene, etc). Neste sentido correspondem à casa como lugar das relações de substância do grupo doméstico na sua forma mais restrita e nucleada. A diversidade de funções primárias está inteiramente excluída deste espaço. Teoricamente, ele é residencial. Todas as outras atividades, ou são negadas por princípio, ou sofrem sérias restrições. No entanto, conseguimos registrar a existência de boutiques, que vendem roupas, ou de pessoas que vendem jóias, cosméticos e artigos importados. Alguns “dão marmitta”, outros aulas de piano. Nada disto deveria acontecer, pois o projeto só prevê o uso residencial.

Esta tímida diversidade, porém, não é suficiente para estabelecer a rede de contatos reiterados que observamos no caso do Catumbi. O papel de morador está excessivamente inflacionado. Todos se reconhecem nessa qualidade, como pertencentes ao mesmo grupo. Para o resto lhes falta, no entanto, a vida pública que se desenrola cotidianamente nos espaços das ruas, esquinas e calçadas, ou nas praças e largos do meio urbano diversificado. As opções de “estar”, na Selva de Pedra, não são muitas. Ou as pessoas estão em casa (nos seus apartamentos), ou estão em alguma das áreas comuns (praça central, praças laterais, área do pilotis), em geral, cuidando das crianças. No mais, é sair e entrar. Além das crianças e dos jovens, com seus folguedos, jogos e conversas, poucas pessoas mais têm algum motivo para estar na área do projeto, sem estar dentro de casa. E estas são todas de status inferior.

Porteiros, faxineiros, peões de obra (das construções que prosseguem na área, ou nas adjacências), empregadas domésticas, jornaleiros, biscateiros e ambulantes, desenvolvem suas atividades ou fazem ponto no projeto. Pouco numerosos, são possíveis interlocutores, no espaço público, mas as barreiras sociais são marcadas entre eles e os moradores por uma evitação mitigada. São todos estranhos, em maior ou menor grau, e suas relações com os habitantes da Selva de Pedra são funcionais, basicamente mediadas pelo dinheiro, e, por isso mesmo, apresentam uma poderosa tendência à formalidade impessoal.

O espaço exterior dos apartamentos, por sua vez, não favorece os contatos. Foi concebido tendo em mente a função circulatória. *Halls*, elevadores, escadas e corredores não se destinam a servir de suportes para encontros sociáveis. Não se reúnem as condições para isso. E os regulamentos do condomínio, em geral, proíbem o estar nesses lugares. Frequentá-los é, no mínimo, algo bizarro. Apropriado para serviços, e, mesmo no caso destes, mal visto.



"Todo mundo da mesma classe"

O Leblon cresceu muito e rapidamente no decorrer da década. Com ele, a Selva de Pedra. A densidade se elevou bastante e o caráter exclusivamente residencial do bairro cedeu lugar a uma certa diversidade. O comércio desenvolveu-se, junto com os restaurantes. A circulação de veículos aumentou, congestionando o tráfego, em certas áreas, e engoliu o espaço das ruas e calçadas, que se transformaram em locais de estacionamento. O movimento cresceu em função disso tudo e o bairro virou atração, pois concentra diversos tipos de oportunidades de lazer — desde os bares boêmios da moda (no Baixo Leblon) até a praia.

A violência, tema recorrente entre os informantes, aumentou e cresceu com o bairro. Na percepção dos entrevistados há uma relação clara entre os dois processos, ainda que mecanizados o aumento das taxas de criminalidade é uma decorrência das transformações que fizeram do antigo Leblom, com suas casas e prédios pequenos, com seu ar de intimidade (às vezes apelam para a metáfora da cidade pequena), uma área insegura.

A segurança, ou melhor a sua falta, é um dos assuntos prediletos das conversações cuja finalidade é comentar, explicar ou avaliar os custos e benefícios de se morar no projeto da Praia do Pinto. Por isso, vale a pena refletir a respeito dos possíveis significados do tema. A busca de segurança no isolamento é sempre referida em dois contextos — quando se fala da privacidade, como um valor eletivo do estilo de viver (sempre em oposição aos ambientes em que todo mundo se conhece), ou quando se fala do crescimento e da transformação do bairro.

Na primeira alusão, o outro é, potencialmente, um invasor da intimidade dos moradores. Alguém que pode violar sua privacidade, espiando escutando ou sabendo de coisas. Às vezes, divulgando esse saber. Cada vizinho é encarado como uma ameaça, em princípio e até prova em contrário. Pode trazer "complicações". Nunca se sabe quais e por isto é preciso manter distância. Suspeita e temor de envolvimento indesejáveis contribuem para reforçar o processo de individualização, que, por sua vez, acentua o caráter do outro enquanto estranho. A potenciação da estranheza justifica e reforça a escolha da privacidade, num circuito em espiral, do que parece difícil escapar nesta sociedade que cultiva, ao mesmo tempo, a individualização igualitária e o panoptismo. (Dumont, 1977; Foucault, 1979).

No caso da violência, enquanto categoria referencial das formas delituosas ou agressivas do contato social, os estranhos, por excelência, são os "cruzadenses". Para compreender a relação ambígua e problemática que existe entre a "Selva de Pedra" e a "Cruzada" basta recordar que esta resultou de um programa assistencial (da Cruzada São Sebastião) para moradores das extintas favelas da Praia do Pinto e da Ilha das Dragas. Os habitantes do Conjunto Cruzada são vizinhos dos da Selva de Pedra. Há um consenso entre os últimos que a proximidade lhes causa problemas. Para resolvê-lo, a sugestão predominante é de que se proceda a um isolamento radical, com a transformação da Selva em condomínio exclusivo e fechado.

“O Defeito dos Pobres”: A Cruzada

A Cruzada São Sebastião é formada por um conjunto de dez blocos, com seis andares cada, cuja população atual (cerca de seis mil pessoas) inclui uma parte da população da antiga favela da Praia do Pinto. O Conjunto da Cruzada foi construído por iniciativa de D. Hélder Câmara, bastante antes da erradicação total da favela pela CHISAN. Constitui uma área mal vista pelos moradores da Selva, que mantêm com os cruzadenses uma relação de evitação. Não se aventuram nos espaços de uso comum da Cruzada e não gostam de ver os vizinhos freqüentando as áreas coletivas da Selva. Mas não podem evitá-los, pois as ruas e praças são logradouros públicos.

De nada servem as acusações que se fazem aos cruzadenses, culpando-os por todo tipo de transtornos. Desde a depredação dos equipamentos de lazer da praça, até os assaltos, o tráfico de entorpecentes e os comportamentos imorais, tudo lhes é imputado pelos moradores do projeto. Por esses motivos, a descoberta de uma relação de complementaridade entre a Selva e a Cruzada pode parecer surpreendente.

A surpresa não seria simplesmente o resultado da constatação dessa evidência, mas uma reação diante da própria maneira pela qual a complementaridade se estabelece.



Vôlei no fim da tarde



Crianças, mães e babás — o público mais constante na praça

A prestação de serviços domésticos, a realização de trabalhos eventuais de bombeiro ou eletricitista, em geral, abrem aos cruzadenses a casa do morador da Selva. A incorporação relativa através da casa, contrasta com a evitação costumeira, e só tem paralelo numa ocasião especial, a missa de Natal, única ocasião em que o cruzadense freqüenta o salão de festas na Selva de Pedra. Até as crianças, os "pivetes", temidos pelos moradores, são recebidos para cantar em coro. O papel da Igreja ressalta uma tentativa de comunhão, de fraternização procurando estabelecer uma trégua, com a esperança de que possa servir de ponto de partida para a suspensão permanente da segregação.

O estereótipo da pobreza surge, com todos os seus problemas quando tentamos ver a Cruzada através dele. Na verdade, não se trata de uma população cujo nível de renda permita caracterizá-la como pobre. Há cruzadenses que auferem rendas familiares que os aproximam do nível de consumo de parte significativa dos habitantes do Projeto. Possuem tevê a cores, telefone (às vezes mais de um), promovem melhorias nos seus apartamentos instalando esquadrias de alumínio, trocando portas, reformando cômodos, revestindo interiores e dotando-os de ar refrigerado.

Através de um sistema de objetos (Baudrillard, 1972), os cruzadenses buscam incrementar a sua identidade, purificando-a. Definem seu modo de vida pelo padrão vigente no entorno, cujo estilo de moradia e uso do espaço tem a força de um paradigma. Ambicionam ter elevadores, paredes de banheiro e cozinha azulejadas no padrão da moda, revestimento externo dos edifícios modernizado, iluminação de luz de mercúrio e serviços gerais de pintura e conservação. Desejam, além disso, ter serviços.

O espaço da moradia é o significante escolhido para exorcisar a imagem negativa que lhes é atribuída no entorno e, mais fortemente, na Selva de Pedra. Querem mostrar que não constituem "um antro de marginais", para se livrar do papel de bode expiatório da insegurança e da violência urbana da área. Enquanto o problema da Selva de Pedra está na praça e nos espaços de uso comum, a Cruzada concentra seus esforços no próprio espaço da moradia como dimensão expressiva de um *status* reivindicado.

A questão da "pobreza" na Cruzada remete a uma outra ordem de carência. O que lhes falta não é simplesmente dinheiro, mas uma identidade social livre de estigma e, por isso, respeitável. Daí a preferência que demonstram pela Igreja de Santa Mônica, mais distante que a Matriz dos Santos Anjos, onde vão à missa os habitantes do Leblon com os quais desejam confundir-se. O artifício é denotativo dos anelôs de enquadramento numa identidade mais inclusiva, no seio da qual as fronteiras problemáticas tendessem a ser esquecidas.

Nem só de "ricos" e "pobres" vive o imaginário dessa região do urbano. Na Cruzada há uma grande quantidade de atividades, desenvolvidas no âmbito do grupo doméstico, além de morar, o que estimula o convívio de famílias mais extensas com os eventuais agregados. Os corredores abertos dos edifícios poderiam concorrer, com esse esboço de diversidade, para o estabelecimento de contatos. Entretanto,



Apesar de tudo floresce uma diversidade limitada

percebe-se uma certa reserva nas relações de vizinhança. Dona Clarinda, por exemplo, ergueu à porta uma barreira de plantas, para resguardar a sua privacidade diante dos olhares curiosos dos apartamentos contíguos. Ex-empregada doméstica, faz questão de “não se dar com vizinhos”. Na sua sala-cozinha, uma conjugação não gramatical nos termos do padrão desejado, há um enorme lustre, imitando cristal, que Dona Clarinda limpa assiduamente. Não o acende, entretanto, com frequência, em virtude dos custos de energia decorrentes.

Se os moradores da Selva aceitam a presença dos cruzadenses apenas em ocasiões especiais, também os últimos só admitem a visita de moradores da Selva (promovida pela Igreja) quando voltada para finalidades assistenciais e dirigida para os mais necessitados. No mais, é considerada uma intromissão.

Determinados padrões de consumo, individualização e privacidade surgem, segundo a etnografia, como componentes de um gênero de vida que tende a se identificar com, e a identificar a parcela do espaço urbano conhecida como Zona Sul. Assim, tais áreas exercem uma compulsão no sentido de adotar e almejar este gênero. Cruzadenses e moradores da Selva de Pedra partilham, em linhas gerais, um conjunto de valores e bens simbólicos que está para além da divisão de classes e contribui

para a sua relativização. É claro que a diferença de classe vai ter influência sobre a performance do gênero de vida, determinando suas diferentes espécies.

“O Defeito dos Ricos”: A Selva

Na Selva de Pedra o medo da agressão do outro promoveu como resposta o isolamento. O outro é identificado como o favelado, mais precisamente o cruzadense, pois, para muitos, a Cruzada é “uma favela erguida na vertical”. Os da área da Praia do Pinto, rejeitaram a denominação de conjunto aos edifícios que habitam, uma vez que conjunto é “o lugar onde moram os pobres”, onde moram os despejados ou removidos das favelas. Chamar a Selva de Pedra de “favelão”, como algumas pessoas de fora o fazem, lembrando, dessa forma, a caracterização original do lugar é, para os atuais ocupantes uma ofensa. É ter, em última análise, a mesma representação da Selva que seus moradores têm da Cruzada.

Os problemas pertinentes ao uso do espaço comum, provocaram, desde o início, desentendimentos. Por causa deles, algumas das idéias do Projeto foram modificadas, no decorrer do tempo. As queixas referiam-se a três tipos de uso inapropriado, na opinião dos moradores. Em primeiro lugar, a “anarquia” e a “sujeira” que os banhistas promoviam no local, utilizando a passagem entre os pilotis de outros edifícios que não os seus. Depois a “invasão dos cruzadenses”, usando os *halls*, *play-grounds* e o divertimento de um ou outro “passeio” de elevador, quando atravessavam a Selva de Pedra para ir à Cobal ou à Escola Pública. Finalmente, a descida de jovens moradores do local, com seus carros, não pelas rampas destinadas a esse fim, mas pelo terreno em declive que morria na calçada.

Em conseqüência, foram criadas barreiras físicas, sob forma de jardineiras, com aproximadamente 75 cm de altura. A idéia da construção do passeio pavimentado e da instalação de bancos para o descanso de pedestres nas adjacências dos edifícios foi abandonada. Mas nem isso é considerado suficiente para resolver o problema maior: a “invasão dos cruzadenses”. A rejeição da idéia original de circulação livre e da liberação do terreno para atividades recreativas, esportivas e sociais, se atualizou num conjunto de intervenções que acabou por transfigurar, quase que inteiramente, a totalidade dos espaços de uso comum para fins de lazer.

A praça central, contida pelo anel de edifícios, apresenta-se como um espaço ambíguo. Sendo pública, a maneira pela qual a Selva de Pedra a envolve, encapsulando-a, confere-lhe uma conotação de espaço privativo dos edifícios e de seus moradores. Durante o dia, as crianças, acompanhadas pelas mães ou babás, brincam nesse espaço, como se fosse um quintal. Desde o início, ambulantes criaram aí seus pontos. Vendem pipocas, sorvetes e outras guloseimas. Em torno deles firmam-se às vezes, grupos integrados por biscateiros e serviçais. Em outras áreas grupos de jovens se reúnem para “bater papo” ou jogar vôlei. Essa atividade desportiva levou-os, contra a vontade de muitos, a demarcar áreas para o jogo. Mães e babás se queixam das eventuais boladas, mas nada podem fazer, pois o hábito da negociação do espaço parece não existir.

Entre os serviçais entabulam-se conversas. Informações sobre o trabalho e o ambiente de trabalho circulam. Novos empregos são agenciados. Comentários sobre a vida das famílias dos patrões, ou sobre colegas se tecem sem parar. Os ambulantes, porteiros e zeladores, e até os biscateiros, sabem de muitas coisas e conhecem quase todos. Sua posição subalterna, entretanto, reduz o alcance e a utilidade social desse saber. A discreção é impositiva, porque a inferioridade hierárquica torna a circulação das informações restrita ao que podemos definir como um *strato* no sistema de relações da Selva de Pedra. Sua difusão para além desse tipo de fronteira é, além disso, problemática. Pode despertar suspeitas. “Fofoca” ou favorecimento de atos ilícitos, são as mais comumente invocadas.

A gama de informações referida, envelopada numa ética da discreção, provê os detentores de um saber que pode se revelar útil em certas circunstâncias. No espaço da Selva de Pedra irrompe assim uma forma preciosa de poder. Pertencente aos fracos, o exercício pode, entretanto, se voltar contra eles, privando-os do seu emprego, quando se considera que o tenham usado inadequadamente. Só tem sucesso, provavelmente, quando legitimado pelas instâncias formais de controle ou pela cumplicidade de algum morador.

Observadores atentos, porteiros, garagistas, faxineiros, domésticas e um ou outro ambulante, formam uma espécie de contencioso que protege relativamente as mulheres, crianças e jovens na praça. O ritual desse controle muda no decorrer do dia, determinando momentos em que a área fica deserta. Pelo fim da manhã, quando mães, babás e crianças ou escolares deixam a praça, esta permanece semideserta até o meio da tarde. São os momentos ideais para os súbitos ataques dos “pivetes” que assaltam e saqueiam os eventuais transeuntes, o que acontece também nas praças laterais, menos protegidas ainda, porque voltadas para áreas que constituem os “vazios fronteirços” da Selva: o muro do Flamengo; o muro do Paissandu; a Cobal e os terrenos baldios adjacentes.



As áreas inseguras – muro do Clube de Regatas Flamengo



A praça é pública, mas sua conformação lhe dá o aspecto de ser privativa da Selva de Pedra

O depoimento revela o caráter precário do controle do espaço que, aliado ao temor de represálias e ao grau elevado de impessoalização vigente, são os grandes responsáveis pela insegurança. Mesmo quando há olhos que vêem, falta-lhes a convicção para intervir, garantindo a tranquilidade e a ordem. Diante do dilema instilado pela ambigüidade da situação não resta senão reclamar mais policiamento, do qual também se desconfia. . .

À noite, as praças e as ruas se tornam ainda mais perigosas. São usadas mais agressivamente para a prática de assaltos, estupros, tráfico e consumo de drogas, como sublinham os informantes. Há mesmo uma certa praça conhecida como “pracinha-da-pouca-vergonha”. Por isso tudo, a apropriação dos espaços coletivos permanece relegada, nas horas noturnas, aos serviços ou a moradores e estranhos de reputação duvidosa.

Faltam instâncias de mediação e incorporação dos estranhos na Selva de Pedra. Por isso mesmo a vida pública com suas redes de contatos e conhecimentos parece precária. Os ambulantes, jornalheiros ou o pessoal das portarias dos prédios supre um pouco a deficiência. Mas a impressão que fica é a da ausência de relações pessoais no espaço público. Falta a comunidade nas ruas.

A portaria é uma área liminar, comum ao edifício. Funciona como instância mediadora entre o exterior e o interior, ou seja, entre o espaço público e o doméstico. Nela, o porteiro exerce o controle da entrada e da saída das pessoas,

contribuindo, dessa forma, para disciplinar o ingresso à privacidade dos apartamentos. É um local crítico, no qual se sente, de maneira muito clara, a codificação do uso do espaço. Qualquer transgressão é imediatamente registrada pelo porteiro que é porta-voz das decisões e exigências da administração, tornando-se, assim, representante de uma autoridade delegada e consentida, que encontra respaldo no regulamento de cada prédio.

O porteiro é aquele que vigia constantemente a utilização da área comum do prédio; atendo à depredação das plantas nos canteiros próximos, ao excesso de barulho no salão de festas, à utilização adequada dos elevadores (social e de serviço), ao anúncio de visitantes e à distribuição de tarefas entre os outros serviços. Na hierarquia dos empregados sua função é a de maior prestígio, pela confiança que se deposita nele. Como figura mediadora entre o público e o privado, tem acesso a uma série de informações visuais, auditivas e verbais, que lhe são prestadas voluntária e involuntariamente. Sua função é saber encaminhá-las para os canais competentes ou arquivá-las.

Ao contrário da portaria, os elevadores, as escadas e os corredores caracterizam-se como espaços exclusivos e complementares dos apartamentos. São vias de acesso permanentemente desertas e não vigiadas. Nelas, a circulação intermitente das pessoas torna difícil controlar a danificação de tetos, paredes, janelas e portas e até mesmo de objetos de uso pessoal e/ou coletivo guardados nas partes interiores dos edifícios. Desse modo, as paredes dos corredores e elevadores e as portas dos apartamentos, aparecem riscadas e sujas. Objetos de uso pessoal, como bicicletas, guardadas nos vãos das escadas, aparecem com pneus furados, jogadas pelos degraus, ou simplesmente desaparecem. As marcas resultantes dessas práticas constituem evidências singulares da permanente insegurança e do perigo que cada estranho, ainda que vizinho, representa. As reservas com que se procura resguardar a intimidade do lar são reforçadas pelo clima de suspeição que essas violações da materialidade do espaço comum instauram.

Outra forma de invasão da privacidade resulta, quer da proximidade dos edifícios, mutuamente devassáveis, quer do deficiente isolamento sonoro entre as habitações contíguas.

As janelas são espaços através dos quais a indiscrição de constantes olhares perturba os ocupantes dos apartamentos, levando-os a cerrar as cortinas e persianas, para se colocar a salvo da intromissão visual. Mais difícil ainda é contornar a participação auditiva no mundo doméstico de apartamentos contíguos. Brigas entre vizinhos, ruídos de bolas de pingue-pongue, gritos e descargas, funcionamento de aparelhos eletrodomésticos, barulho de móveis arrastados, gavetas que abrem e fecham, ou mesmo a participação involuntária na vida sexual dos vizinhos, são ocasiões de constrangimento, perturbação ou, para alguns, oportunidades de exercício do *voyeurismo*.

Ciosos de sua privacidade, os moradores procuram estabelecer contatos em espaços neutros. A estratégia indicará sempre a necessidade de deslocamentos para fora da Selva. Praias, escolas, clubes, bares, missas e outras oportunidades de encontros

“O pessoal (que pratica roubos e assaltos) é pivete, mas são guardados pela favela, tá me entendendo. É uma rivalidade muito grande entre a Cruzada e a Selva de Pedra. Você provoca um e eles vão lá, falam com os irmãos e secam você”.

acabam por revelar-lhes, às vezes, que o novo amigo ou amiga é, por coincidência, um vizinho.

As iniciativas orientadas pelos grupos ligados à Igreja, em termos de encontros de fundo religioso e de lazer não surtem o efeito esperado na criação do espírito de comunidade. Esboça-se, por outro lado, por iniciativa de alguns moradores, uma nova estratégia que pretende não só usufruir o máximo de vantagens da aglomeração que constitui a Selva de Pedra, mas também, ao mesmo tempo, neutralizar seus inconvenientes.

“Um Clube para a Vizinhança”

O clube da vizinhança, enquanto projeção idealizada do uso do espaço coletivo, pretende não só codificar o espaço existente de uma nova forma, mas ampliá-lo com o objetivo de se tornar um empreendimento cuja finalidade seria oferecer os mais diferentes tipos de benefícios aos moradores da Selva de Pedra, quanto à segurança, à sociabilidade, ao entretenimento, à cultura, ao lazer e à economia, no sentido de substantivo do termo.

A nova solução imaginada prevê a construção, na área ociosa junto ao Detran, de um prédio de cinco andares com espaço para a sede administrativa, almoxarifado, assistência médico-odontológica, restaurante, quadras de vôlei e basquete, cabeleireiros, manicure, creche e piscina. Para tal fim seria solicitada à Prefeitura a doação do terreno, verificando-se as possibilidades de financiamento a “fundo perdido” por qualquer órgão público interessado. O porte do empreendimento aparece como justificativa para a necessidade de tornar pelo menos pouco mais da metade dos blocos (51%) suscetíveis de uma vida jurídica comum, com uma administração centralizada, que tenha suficiente força política para buscar o atendimento das reivindicações junto aos órgãos competentes.

O desejo de uma administração centralizada reforça uma imagem que se impõe mais e mais aos moradores da Selva de Pedra: o condomínio fechado. A criação do clube da vizinhança seria a forma de concretizá-lo através de efeitos administrativos que incluiriam:

- garantia de policiamento para toda a Selva de Pedra com os objetivos de proteção imobiliária, controle de entrada e saída de veículos e pessoas e repressão do tráfico de entorpecentes.
- redução dos custos de administração e conservação dos prédios, o que exigiria não só a organização de mecanismos de triagem e encaminhamento de empregados para serviços domésticos (lavadeiras, passadeiras, faxineiras, cozinheiras, babás, eletricitas, bombeiros, etc.) mas também a aquisição de material de construção, manutenção e reposição, no caso de consertos, reduzindo assim, os seus custos.
- solicitação à Prefeitura, de melhoramentos na praça central, tais como: plantação de árvores, gradil para proteção às crianças de até 6 anos, pipi-dog, criação de novas quadras de vôlei, etc. . .

Dessa forma, considerando o primeiro efeito de centralização administrativa, parece que definitivamente, a praça central (e as laterais) assim como as ruas adjacentes, se tornariam de uso exclusivo dos moradores da Selva de Pedra, constituindo um espaço "coletivo" do condomínio.

A nova definição do uso do espaço-livre, com a presença da constante vigilância policial, se orientaria no sentido de romper as comunicações e as misturas perigosas, proibindo-se a circulação de estranhos, que durante o dia, ou à noite, importunam os moradores com seus gestos, atitudes, comportamentos e, até mesmo, com sua simples presença. Estaria assim criada uma vigilância específica e funcional, para prevenir a devassidão, o homossexualismo, o assalto, o consumo e o tráfico de drogas. O atual espaço livre tornar-se-ia, enfim um espaço cercado, fechado em si mesmo, única forma considerada viável para o controle do comportamento de cada um.

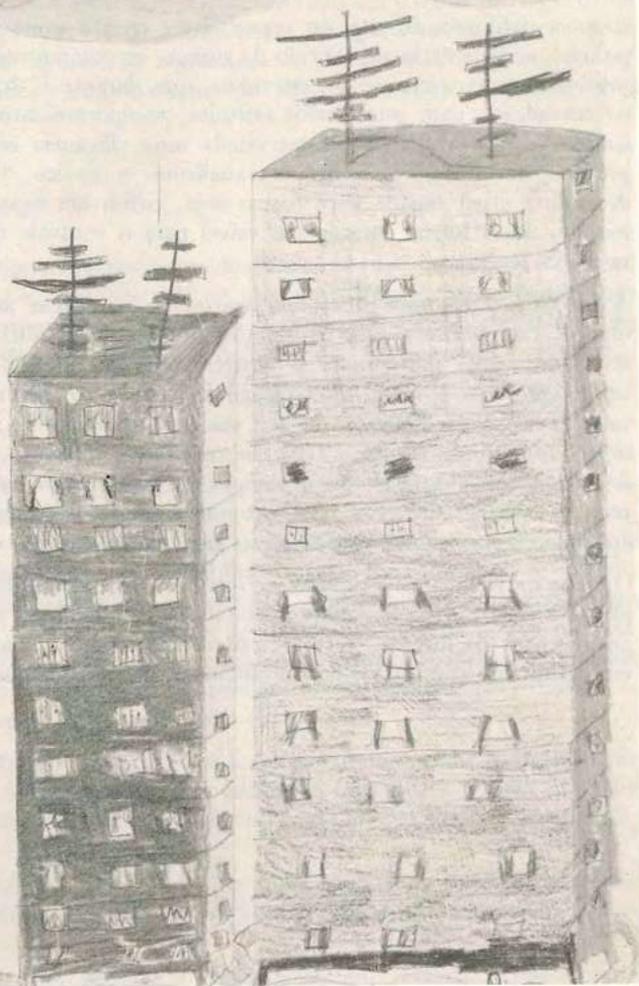
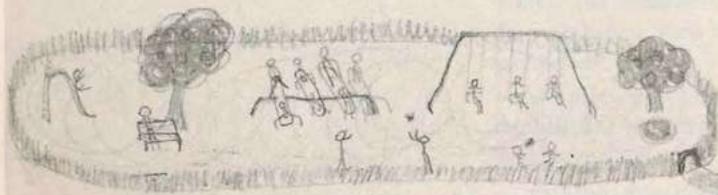
A preocupação com a disciplina acarretaria vantagens adicionais. A ampliação do espaço, caracterizada pela construção de um novo edifício e pela organização das atividades dos indivíduos e grupos estaria diretamente relacionada com a valorização do condomínio. Visualizar a Selva de Pedra sob a perspectiva do seu valor-de-uso e da dimensão do seu mercado consumidor significa configurá-la como espaço-mercadoria (Costa, 1976). Nesse espaço, a seleção e absorção da mão-de-obra dos empregados domésticos, a compra de materiais de construção pelo menor custo para eventuais consertos e a promoção de modificações dos espaços coletivos apresentariam compensações atrativas para os moradores.

O clube da vizinhança, como espaço-modelo, foi idealizado, entre outras razões, para aliviar a sensação de insegurança dos moradores da Selva de Pedra, encaminhando as pessoas para os lugares "certos", ordenando cada vez mais suas relações e isolando, em definitivo, os edifícios das interferências de uma vizinhança indesejável.

EU QUERIA QUE
O CATUMBI FOSSE
ASSIM:

em Terho 10 anos

meu nome está aí
Tosá



Alguns têm uma visão prospectiva do Catumbi; anseiam por signos de modernidade

Para concluir retomamos o projeto original da pesquisa. Seu objetivo era apreender os modos de apropriação dos espaços de uso comum. Pretendíamos descobrir o que eram capazes de ensinar a respeito do planejamento de áreas para fins de lazer. Partimos da formulação de uma proposta comparativa. As formas de apropriação dos espaços de uso comum deviam ser diferentes nas áreas urbanas não planejadas, em contraste com aquelas que se constituíram a partir de um planejamento detalhado. Queríamos recuperar um *know-how* que supúnhamos existir nas regiões urbanas de desenvolvimento autônomo. Suspeitávamos que teriam muito a transmitir.

As áreas planejadas mereciam-nos uma certa desconfiança. O planejamento tinha conotações de uma intervenção normativa autoritária, cuja competência e eficácia pareciam duvidosas. Era preciso avaliar a justeza desta suspeita: daí a comparação. A proposta tinha, portanto, um viés inequívoco. Positivo com relação ao urbano na sua dimensão vernacular e tradicional. Negativo com relação ao discurso do planejamento nas suas formulações e realizações. Ninguém ignorava o juízo apriorístico. Era assumido que o caráter problemático é, afinal de contas, inerente a qualquer hipótese.

O risco de se tomar um prejuízo como ponto de partida do trabalho, fica relativizado de várias maneiras. Em primeiro lugar, se está formulando um problema sem o qual não há investigação ou teorização. Depois, este início só compromete se o trabalho descreve uma trajetória circular, tomando por conclusões os exatos termos da hipótese original. Sabemos que ilustrar não é comprovar, e nem sempre é conhecer.

Todo o trabalho foi encaminhado, levando em consideração duas formulações alternativas da sua hipótese. Primeiro: a apropriação de espaços de uso comum é melhor nas áreas planejadas. Segundo: os dois tipos de área são correlatos de duas formas de apropriação que, do ponto de vista valorativo, se equivalem. Assim, se introduziu, no projeto, uma dúvida sistemática com relação à hipótese e aos parâmetros que tornariam possível avaliá-la. Na realidade, as alternativas podem ser reagrupadas: A é melhor que B, ou vice-versa; A e B são diferentes e não cabe juízo valorativo.

A sistemática das conclusões se desenvolve em três pontos. A primeira, apresenta as conclusões substantivas a respeito da modalidade de apropriação dos espaços de uso comum para fins de lazer no Catumbi. A segunda, fará o mesmo com a Selva de Pedra. E a última, procura estabelecer conclusões gerais, resultantes da comparação dos dois casos, para voltar à hipótese, avaliando-a.

Todo o processo de apropriação dos espaços num centro de bairro tradicional como é o Catumbi é condicionado pela maneira segundo a qual as diferentes funções primárias da vida urbana se interligam. A característica está na multiplicidade das funções que se relacionam dentro de uma mesma área urbana, de modo que nem sempre possamos reconhecer onde começam e onde terminam os conjuntos articulados.

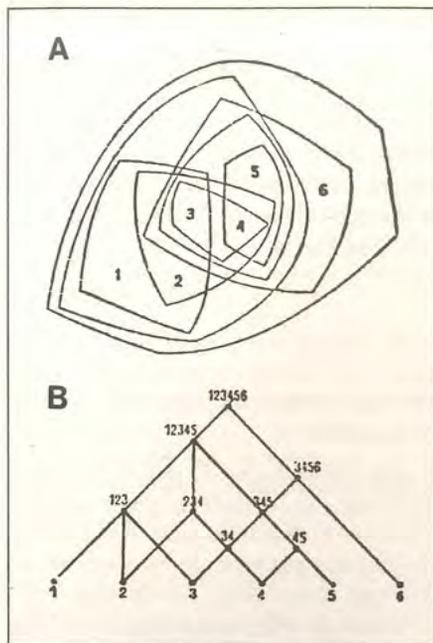
O princípio da diversidade, como ressalta a etnografia, dá margem a muitas conjunções de espaço e atividade. Elas não se excluem, entretanto. Os conjuntos que formam têm fronteiras fluidas. Podem recobrir-se parcial ou totalmente. Quer dizer, não há uma coisa apropriada para cada espaço, nem um espaço apropriado para cada coisa. A mistura não é um acidente. É o estilo da vida urbana nessa área. Os arranjos que produzem estão limitados a um determinado espectro de possibilidades, o que significa que existem e são admissíveis e lógicos vários tipos de ordem.

A diversidade equivale à negação de uma única e determinada forma de classificar. A tradição intelectual racionalista, define classe como sendo o conjunto cujos elementos partilham um traço comum. Nesse tipo de sistema, cada classe se integra, em virtude do mesmo princípio, a um conjunto de nível superior no qual passa a estar inteiramente contida. Duas classes quaisquer se distinguem, quando são de uma mesma ordem, segundo um (critério) binário, de acordo com o qual há uma que é marcada (possui o traço) e a outra que é não-marcada (não possui o traço). Como exemplos clássicos, temos os quadros de sons da lingüística.

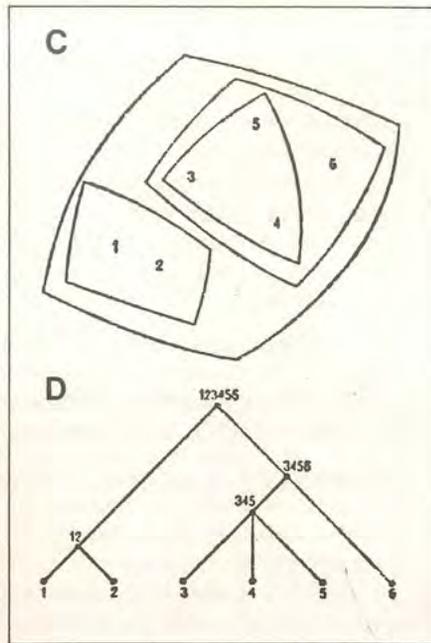
O resultado desse princípio classificatório é o seu caráter linear, a exigência de fronteiras nítidas e a sua necessária hierarquização. Os diagramas em árvore, constituem a representação gráfica mais comum do sistema. As classificações que o seguem são monotéticas. Derivam de um e somente um princípio (Needham, 1976:61s). A cada classe corresponde um nome ou lugar, o que dá origem a um equívoco que consiste em acreditar que tudo que tenha o mesmo rótulo classificatório, ocupando o mesmo lugar, deve ser da mesma natureza. A ilusão contida nesta crença foi criticada, do ponto de vista filosófico por Wittgenstein.

Para lidar com um sistema de múltiplas conexões, cujos conjuntos são definidos contextualmente, podendo recobrir-se total ou parcialmente, será necessário postular outro princípio classificatório, que seria politético (Needham, 1976). Neste tipo, as classes podem constituir-se diferentemente segundo a variação do critério referencial. Conseqüentemente, as possibilidades de leitura permanecem em aberto. A unicidade de critério e leitura das classificações em árvore, corresponde a multiplicidade de classificações e combinações do princípio de semi-retícula (Alexander, 1965).

Cada possibilidade de combinação é um conjunto. Cada conjunto é um contexto. A interseção de dois contextos, no entanto, constitui um terceiro. Deriva dessa propriedade das classificações politéticas, que categorias e espaços sejam relativos. Variam de acordo com o contexto: o que é trabalho em um, pode ser lazer em outro. O que é público, em determinadas circunstâncias, pode ser privado em outras. O que é casa de uma perspectiva, pode ser rua de outra.



AB
 “Uma família de conjuntos forma um semi-reticulo se, apenas se, quando se sobrepõem dois conjuntos pertencentes à família, o conjunto de elementos comuns aos dois também pertence à família”. (Alexander, 1965.)



CD
 “Uma família de conjuntos forma uma árvore se, e apenas se, tomados dois conjuntos pertencentes à família, um deles está ou inteiramente contido no outro, ou inteiramente separado do outro”. (Alexander, 1965.)

Podemos dizer que o sistema monotético está para o sistema politético assim como a estática está para a dinâmica. Essa dimensão processual que caracteriza o *modus operandi* do sistema, é que nos permite dizer que os significados da rua são todos os seus próprios lugares e usos contextuais. Os recortes e as apropriações dos espaços, além de múltiplos, são não-exclusivos, o que quer dizer que muitas atividades podem coexistir no mesmo espaço, redefinindo-o.

Os sistemas assim concebidos têm a virtude de saberem conviver com a ambigüidade. Exemplificamos essa coexistência com seus eventuais efeitos negativos: as dissensões, interferências e conflitos. Como todas as fronteiras são definidas contextualmente, a única maneira de desfazer acasalamentos não desejados, ou de hierarquizar as diferentes formas de apropriação, tornando-as compatíveis, é a prática permanente da negociação.

A lógica dos argumentos na política da rua, em meios urbanos diversificados, vem a ser o que nós, segundo Hannah Arendt (1972) e Perelman (1976) denominamos retórica de persuasão. Na base desse estilo político está a vida ativa, pública e social por excelência. As relações discursivas, neste meio, são dialógicas. Partem do



Catumbi

princípio de que o enunciado do outro deve ser considerado quando se visa estabelecer e legitimar uma opinião. A mudança, na ordem do infinitesimal, tem um lugar central aqui.

A rua, no Catumbi, oferece inúmeros exemplos de aplicação desse sistema. Referimos a variabilidade dos usos a que determinados espaços nela existentes podem servir de suporte. Na medida em que os usos variam, põem em funcionamento o circuito de relações que constituem a vida pública nos espaços de uso comum. Esta, por sua vez, alimenta as redes de crédito e confiança. Põe em contato as pessoas, incorpora estranhos, garantindo assim a segurança que resulta também dos muitos olhos e dos muitos responsáveis pela rua.

O lazer, atividade fundamental para a socialização, tem na rua um dos seus possíveis domínios e, certamente, o não menos importante, em virtude da variedade de experiência às quais abre caminho. O caráter sintético da rua, torna a intrincada gama de possibilidades inteligível, numa dimensão prática essencial.

A pedagogia da rua, a rua como *methodos*, é o meio fundamental de elaboração da cidadania e da civilidade. A cidadania é a convicção da autopertinência a um universo social que compartilha um conjunto de representações e relações sociais. A cidadania, mais do que um estatuto formal, é o exercício da responsabilidade com relação ao que é comum. A civilidade é o manejo apropriado do sistema classificatório tal como o reconhecemos no outro quotidianamente. É o exercício apropriado de aplicação das



Catumbi — muitas atividades coexistindo no mesmo espaço

regras e, portanto, sua reprodução diária ao nível da sociabilidade. Seu desempenho institui, permanentemente, o social. É preciso “ter tempo” no bairro. . .

O surgimento, a atuação e o êxito relativo da Associação de Moradores, se explica também em função da existência da cidadania. Não necessariamente iguais, quanto ao nível sócio-econômico, os moradores do Catumbi, conseguiram uma unidade na vida pública, que contribuiu decisivamente para transformá-los num poderoso auditório (Perelman, 1976), numa assembléia onde todos estão motivados para fazer um comentário a propósito do que os afeta.

A Selva de Pedra

A etnografia revelou a ausência de diversidade significativa no Projeto da Praia do Pinto. A sua caracterização, de princípio, como área exclusivamente destinada à moradia, traçou-lhe um destino. O espaço da casa-apartamento tinha por significado a função do habitar. As áreas comuns, complementares, pretendiam funcionar para o lazer e a recreação.



Selva de Pedra – ausência de diversidade significativa

Há uma nítida preocupação com a separação das funções e dos espaços, de maneira que a cada função corresponda apenas o uso que lhe é “adequado”. Isto traduz a preocupação de separar e ordenar hierarquicamente. O objetivo são espaços unívocos, homogêneos e transparentes. A ambigüidade é o que precisa ser evitado. O conflito das interpretações reduzido a zero, se possível. A pureza funcional dos espaços, ou é uma ilusão que se persegue, ou é uma realidade efêmera, onde a mistura tende a ressuscitar perigosamente. Quando este é o caso, as práticas e usos “inadequados” estão em conexão com uma relação problemática que os usuários estabelecem com o espaço. Estamos diante de um sistema de classificação monotético, preocupado com definir conjuntos e combinações em número muito pequeno e com fronteiras bem marcadas. Para não haver confusão.

A linguagem funcionalmente “pura” tenta estabelecer uma correlação unívoca entre um espaço e a prática para a qual foi concebido. O único jeito de fazer isso é tentar chegar a uma classificação minuciosa e exaustiva das práticas e dos espaços, que, no limite, corresponderia a um sistema de categorias recobrimdo toda e qualquer unidade mínima de espaço ou atividade. A ausência da diversidade e a busca da transparência, são eles mesmos elementos de um sistema de valores. Formam um paradigma da vida urbana que enfatiza o indivíduo, sua privacidade e sua autonomia com relação aos outros. Mas, paradoxalmente, esta última tende a transformar-se numa heteronomia, pois as funções de segurança, mediação e controle, são particularizadas institucionalmente. Daí os poucos olhos, a convicção inexistente, a responsabilidade coletiva abdicada, a escassez de personalidades públicas vocacionais e instâncias mediadoras, a falta de vida pública.

A desconfiança e o *voyeurismo* sugerem que a curiosidade pelo outro, temperada pelo medo de ser invadido, resultam nesta observação à distância que muitas vezes, chega a se transformar numa cumplicidade. Uma espécie de violação que todos, por detrás do anonimato, praticam com maior ou menor discrição. Estes são os custos de uma ética de interdição do outro.

Cortinas, obstáculos tais como jardineiras, grades, síndicos, porteiros, guardas, vigias e zeladores, são funções que se desenvolvem no rastro da impessoalidade e da segregação. O problema do controle do espaço é crucial nos sistemas redutores da ambigüidade. A recusa da diversidade em favor da pureza funcional, exige formas institucionais capazes de exercer profissionalmente as tarefas que antes, ou em outro meio urbano, eram de responsabilidade de todos. Os próprios “cargos” são funcionalmente especializados.

Para evitar que o espaço fique órfão de controle, surgem os regulamentos. O Conjunto da Rua do Chichorro nº 53, no Catumbi, é um exemplo eloqüente desse processo. É habitado por antigos moradores da área do “Ferro de Engomar” que vieram morar no Condomínio do Conjunto Residencial Catumbi. Era de se pensar que todos os blocos do Conjunto mantivessem com a rua uma relação igual à que mantinham quando residiam no casario da rua Dr. Agra. Em grande parte isso acontece mesmo. Mas a permeabilidade da fronteira entre o Conjunto e a rua se alterou logo, pois os moradores das adjacências começaram a frequentar o espaço comum entre os blocos como se

fosse uma extensão da rua. E nem todas as formas de apropriação eram consideradas gramaticais. “Aquilo virou um *rendez-vous*”, disse alguém, para justificar o imenso gradil e a guarita instalada no único portão.

Progressivamente o regulamento do Conjunto do Chichorro foi crescendo, e continua a fazê-lo, segundo consta. Um artigo aqui, um parágrafo ali, tudo para tornar as coisas claras. Concepção ilustrada pela decisão de instalar um gradil (e não um muro), pois não havia o que esconder, nem se desejava favorecer a transformação do anteparo num biombo para ocultar práticas eventualmente escusas.

A questão do estacionamento é outro exemplo da fúria legiferante com que se pretendia prever todas as eventualidades e resolver de antemão, todos os casos. Os resultados obtidos são 34 artigos meticulosamente concebidos e detalhados. O síndico, um motorista de táxi, se compraz nessa tarefa de antecipar o inesperado, dirimindo-o no papel com mais um artigo, com mais um parágrafo. Os moradores orgulham-se de possuírem “o regulamento mais complexo” de que têm conhecimento. Não há o que errar: tudo o que não é permitido, de forma expressa, é proibido.

Para retornar ao caso da Selva de Pedra lembramos o caráter público das suas ruas e da praça central. Aí também parece que a única maneira de garantir formas apropriadas de uso desse espaço, é transformá-lo em partes integrantes do “Condomínio”, privatizando-o. Como isso implica no seu fechamento é preciso criar uma entidade jurídica capaz de arrogar-se a regulamentação dessas áreas. Como se vê, o social é aqui uma hipótese. Necessita de uma vontade para instaurar um consenso. Ao invés da negociação multipolar, as relações são monológicas. O legislador está preocupado com a coerência do próprio discurso. O outro, aquele a quem esse discurso se dirige, constitui um auditório imaginário. Esse outro empobrecido, sem vida ativa, é objeto da aplicação do regulamento. Ao final, todos são iguais nesta condição.

O fracasso da “vida comunitária” traduz a dificuldade de se estabelecer uma coisa pública partindo dos pressupostos da privacidade, da individualização, da preeminência do regulamento (fruto da vida contemplativa do legislador) e da necessidade de uma ordem única, binária e transparente.

O projeto de fechamento contido na proposta do “Condomínio” da qual faz parte também “um clube para a vizinhança” é (como o Conjunto da rua do Chichorro) um caso de produção dramática de uma identidade social. É preciso reinventar a vida pública, os contatos, a confiança e tudo o mais, sem a “comunidade nas ruas”. Escolhe-se então, produzi-la por meios institucionais que formalizam o que não pode ser formalizado. O “Clube” seria aqui uma tentativa de instaurar a vida pública informal da “comunidade nas ruas”. Certamente, esta instituição de enquadramento pode gerar uma animação nesse tipo de meio urbano. Há exemplos dessas tentativas. A “Associação dos Moradores da Rua Lauro Müller e Adjacências” (ALMA) é um deles. O “Jardim do Leblon”, enfimismo que pretende exorcisar o estigma da “Selva de Pedra”, procura seguir este exemplo, mas enfrenta algumas dificuldades. Entre as mais importantes, a questão da privacidade e do estereótipo das “Associações de Moradores” como “coisas de pobre e favelado”.

A idéia do “Clube” contornaria a imagem problemática da “Associação”. O “Condomínio” fechado, nos moldes daqueles que existem na Barra, afastaria a idéia de uma totalidade dada, quer dizer, não escolhida. Nem selecionada. E com ela as conotações de paternalismo governamental que lhe são inerentes enquanto representação social.

Divide et Impera

O discurso progressista e racionalista, na arquitetura e no urbanismo contemporâneos, parece desempenhar a curiosa tarefa de máquina-do-tempo ao contrário. Não nos desloca para o futuro. Traz-nos o futuro, ou aquilo que se supõe ser o futuro. O presente é cheio de impurezas. Com suas manipulações, adaptações e ambigüidades, é sempre aquilo que não presta mais. O ideal do planejamento de viés racionalista seria (desejo, às vezes realizado) encontrar um vazio. O discurso do planejador poderia preenchê-lo. Criar os espaços e dar-lhes um destino à sua medida.

Existem tantas funções quantas necessidades básicas a natureza humana possa ter. Não são muitas. E todas conhecidas há muito tempo. Construir casas e cidades é uma maneira de responder ao desafio dessa natureza. Felizmente, a sociedade moderna depositou em nossas mãos um inventário de meios novos para fazê-lo. E nos deu também a racionalidade necessária para os usar. Assim dizem os racionalistas!

A proposta é simples, continuam. A melhor forma para uma determinada função — eis o progresso. Desde sempre, progredir foi obter mais com menos. Maximizar os fins em função dos meios. E Adam Smith provou com brilhantismo (e equívocos perdoáveis, para a época), que a divisão e a especialização das partes de um todo tornava possível obter dele um rendimento exponencial.

As metáforas do maquinismo são recorrentes. A máquina surge como a obra-prima da racionalidade. Um conglomerado de especializações funcionais que divide e hierarquiza tarefas. A forma de cada peça foi concebida e executada para a função que lhe cabe preencher na engrenagem.

O discurso racionalista é uma curiosa mistura de cientificismo e naturalismo. O argumento filosófico, nas suas linhas gerais, desenvolve-se mais ou menos da seguinte maneira: a ciência, toda ciência, não passa de um conhecimento da racionalidade imanente à natureza; mas a Razão e a Natureza, neste argumento, são concebidas de acordo com os cânones da mecânica clássica.

O Renascimento e a filosofia da ilustração consagraram a metáfora do Arquiteto do Universo para se contraporem à concepção teísta da ordem providencial, com seus rompantes e acessos de temperamento. Ao invés desta determinação por uma vontade cambiante, propunham uma nova versão da ordem do mundo. Tudo existe graças a um discurso originário e fundador. Ele é que estabelece a ordem das coisas. Cria, nomeia e legisla. As leis outorgadas à criação passam a regê-la, independente da vontade criadora. Distinguir e separar as funções; inventar e designar-lhes os espaços apropriados; combinar corretamente as peças para que funcionem com o mínimo de atrito possível — isto é planejar. É produzir a forma urbana perfeita para o conteúdo visado. Es-

pacialização e especialização perfeita das funções, num autêntico platonismo que recria o mundo dando-lhe suas formas “naturais”.

A hierarquização dos espaços-funções deve incrementar o rendimento funcional da totalidade. Morar melhor, trabalhar melhor, divertir-se melhor; onde melhor é sinônimo de mais. E aí está o que vem a ser a proposta de viver modernamente. O planejamento urbano racionalista acaba se transformando numa espécie de taylorismo urbano, que segrega, particulariza e disciplina os espaços. E as atividades, por conseqüência. Tudo para se obter maior produtividade e eficiência. Ao mesmo tempo, se elevam cada vez mais os índices-padrão deste rendimento porque esta é a maneira de seguir criando fronteiras frente uma prática “democratizante”. Nada impede parodiar Le Corbusier: a cidade é uma máquina de viver (para esse tipo de concepção da vida urbana e do papel do planejamento).

Teríamos condições, a partir daí, para levantar uma questão da qual não tratamos, senão de forma implícita ou tangencial: o dilema da tradição e da modernidade, no desenvolvimento recente dos centros urbanos brasileiros. A questão não é pertinente apenas com relação ao discurso dos planejadores e urbanistas que aplicaram (ou ainda aplicam) os ensinamentos da cartilha do racionalismo arquitetônico e urbanístico. O dilema já se incorporou ao senso comum dos habitantes da cidade, que o discutem, sem floreios acadêmicos, mas com o envolvimento de quem precisa resolvê-lo no cotidiano. Onde morar? Numa área mais tradicional, usufruindo de suas atrações peculiares e, eventualmente, sofrendo seus problemas e ângulos negativos? Ou numa área inteiramente planejada? Na “cidade feita sob encomenda” da Riviera dei Fiori que vende “um conceito de moradia, incorporando ao luxo dos apartamentos um complexo de lazer, segurança e comodidade, elementos de que todo morador de cidade grande sente muita falta”? (cf. Folheto de Propaganda Imobiliária autorizado sob o n.º 04/145.801/79 de 9/10/79).

O mito da cidade funcional onde todas as funções se integram como engrenagens de um mecanismo harmônico fez surgir os Condomínios Exclusivos



Bem-vindo à cidade feita sob encomenda



Rua Valença



O dilema da tradição e da modernidade na área do Catumbi e da Cidade Nova

As crianças do Catumbi nos levaram a pensar muito seriamente nesse dilema. Seus desenhos e suas redações, a propósito do bairro e de sua vida de lazer, nos forneceram material etnográfico de valor inestimável. Foi a candura e sinceridade destes documentos que nos mostrou até que ponto o dilema da tradição e da modernidade fazia parte das preocupações dos moradores do bairro. Nele já existiam os signos da modernidade, em convívio nem sempre pacífico com o casario tradicional. Os túneis, o viaduto da “linha lilás”, a “Passarela do Samba” e o conjunto, situado nas proximidades do Santa Bárbara (entre este e o Cemitério São Francisco de Assis) são marcos inequívocos da modernidade que invadiu o Catumbi. Por um triz, não foi tudo abaixo para ceder lugar a novos blocos de apartamentos e, como eles, a um outro modo de vida.

Lembramos nosso viés, favorável às áreas urbanas tradicionais. Os desenhos dos escolares do bairro oscilavam entre as constatações do seu estilo tradicional e as visões prospectivas que antecipavam um Catumbi cheio de arranha-céus. Com intenso movimento de carros, supermercados, túnel e viaduto, tudo feericamente iluminado por gases de mercúrio, os desenhos representavam o desejo desta modernidade e acrescentavam, por exemplo, “eu queria que o Catumbi fosse assim”.

A visão retrospectiva se matém fiel aos temas e às representações que constituem marcos da tradição, ou do modo de vida tradicional, no bairro. A Igreja da Salete, a rua do Catumbi, o Cemitério, a Brahma e o Largo surgem, associados a outros elementos, como “a minha casa”, ou a “casa da minha colega”. Bares, armazéns, determinadas ruas; açougues, padarias e farmácias; casas-de-flores, ótica e foto, além de outras lojas tradicionais aparecem, às vezes, em conexão com o Túnel Santa Bárbara, um supermercado, ou com o viaduto e os conjuntos.

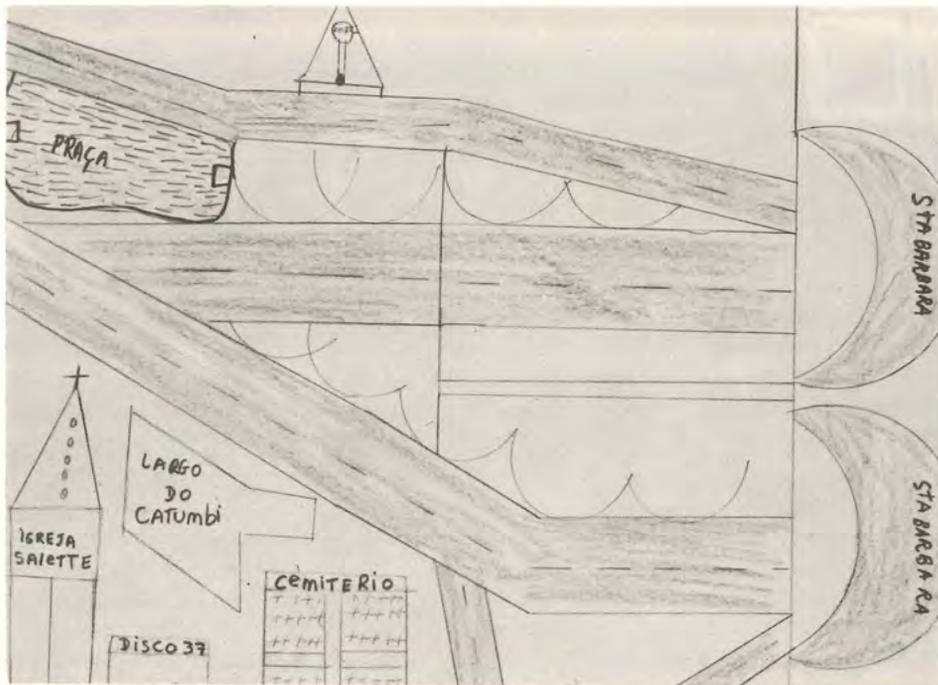
A enumeração desses referenciais que a imaginação infantil do bairro registra e destaca faz o inventário das muitas instâncias mediadoras, às quais nos referimos com tanta insistência. Através delas as crianças sublinham a identidade peculiar e inconfundível, do lugar em que vivem enfatizando sua história e os lugares onde ela se dá. Para seguir este caminho, inicialmente intuído, procuramos relacionar os marcos apresentados entre si. Com o tempo, a comparação das ruas tradicionais com os dois conjuntos começou a assumir contornos mais nítidos.

A rua é o velho Catumbi, na sua arquitetura vernacular e no seu modo de vida tradicional, do qual fazem parte também as vilas e avenidas (como também são chamadas). O conjunto da rua do Chichorro nº 53 representa uma variante da rua tradicional, pois todos se conhecem e são moradores antigos do bairro. Mas a noção de conjunto já impõe um inflexão nova ao estilo tradicional. O espaço comum não é mais negociado nas suas formas de apropriação cotidianas. Agora, a ordem define os usos, restringindo-os pela aplicação de regulamentos minuciosos.

O conjunto do “Ferro de Engomar”, perto do Santa Bárbara, é marcado por outro tipo de problemas. Poucos se conhecem, todos são moradores recentes do Catumbi (com exceções insignificantes). As áreas comuns são portarias, corredores e elevadores, pois os moradores dos prédios são proprietários apenas da projeção do terreno. Os estacionamentos, as calçadas e as praças são públicos, mas apresentam aquela ambigüidade que o conjunto envolvente lhes confere. Parecem pertencer-lhe, privativamente. A ana-



Marcos da modernidade no Catumbi: o túnel, a Linha Lilás e o conjunto

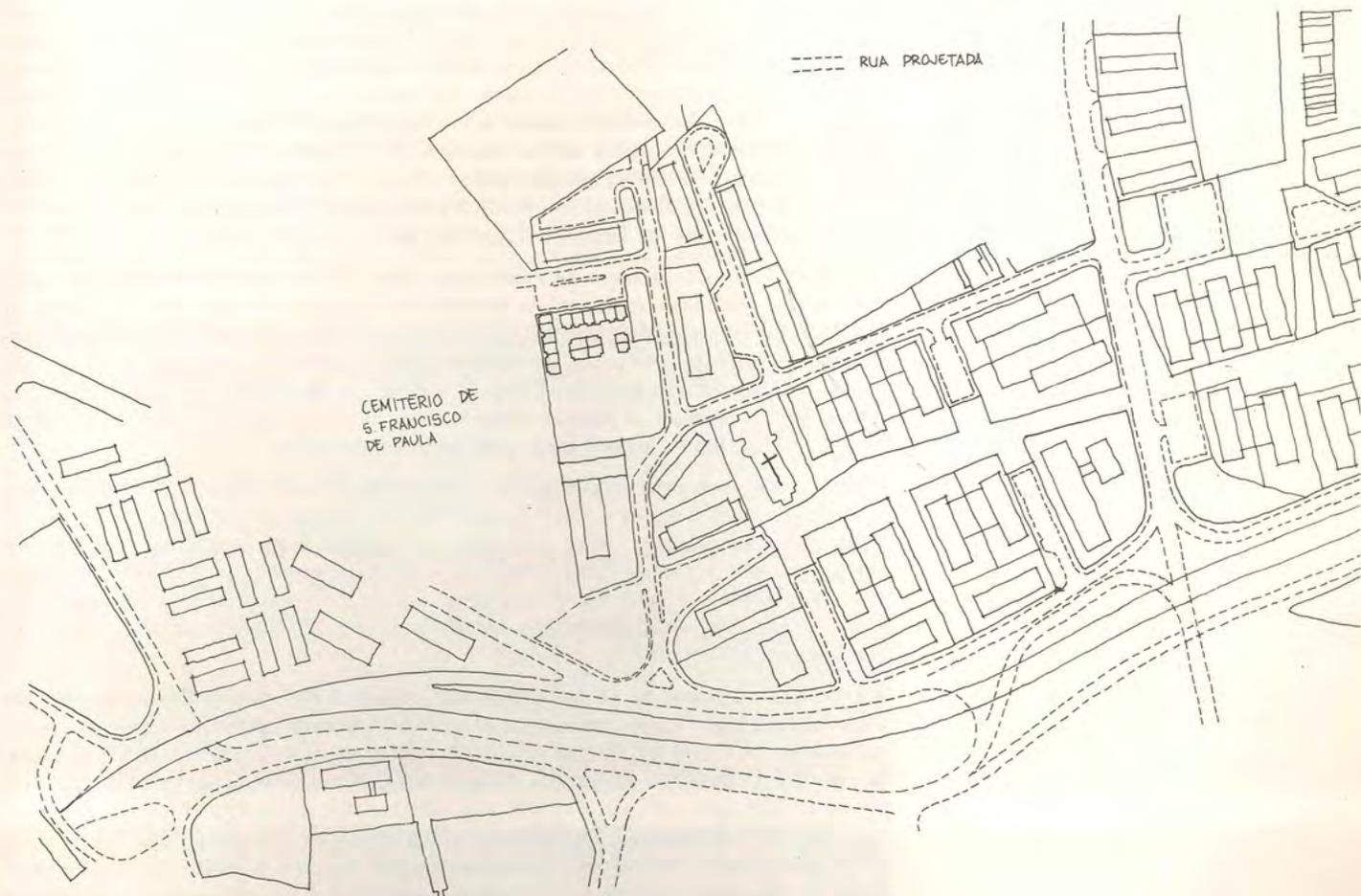


Entre tradição e modernidade: a solução de compromisso, como a vê o escolar do bairro

Os condomínios fechados vendem mais do que apartamentos. De quebra, oferecem “a natureza mais surpreendente” (sic...) “completa segurança”, “extremo bom gosto”, “o lazer mais criativo”, “a maior área livre” e aquilo que há “de mais apurado dentro dessa nova concepção de vida”. Recursos de *sales promotion* resmunga alguém; empulhação. Mas muitos acreditam piamente e compram. O pessoal da Selva de Pedra sonha com isso tudo e trata de mudar-se para a Barra quando pode, ou de planejar o Clube exclusivo dos moradores que talvez lhe dê um pouco de todo este mundo invejável. Querem, sobretudo um ambiente selecionado. No nível das realidades cotidianas, talvez preferissem algo que estivesse mais para o Catumbi do que para a Riviera.

Um velho coronel do cacau, passa as tardes lustrando sua coleção de espingardas de caça. Reproduz os chamados das aves com inumeráveis pios do seu arsenal de mateiro. Mas na Selva de Pedra não há jacus, nem juritis. E também não há bares ou armazens onde se possa entoar uma conversa entre conhecidos, tomar uma cerveja, ou contar um caso. A privacidade vira um cárcere para pessoas que gostam de saber com quem estão falando e gostam que se saiba quem são elas.

Voltando ao velho dilema da tradição e da modernidade, uma análise simplista poderia julgar que estamos diante de uma opção binária. Ou o meio urbano tradicional com as suas casas e ruas, onde todo mundo se conhece, as relações são pessoalizadas, as regras e práticas de uso dos espaços comuns são negociadas por todos, e onde há segurança



O Catumbi no plano da Cidade Nova

e comunidades nas ruas. Ou a moderna "Selva de Pedra", com seus muitos edifícios voltados para uma praça, onde as pessoas não se conhecem, as relações são impessoais, as regras e práticas de uso dos espaços comuns estão reificadas nos regulamentos (ou não existem quando os espaços são públicos) aplicados pelos síndicos. E onde não há segurança porque não existem os muitos olhos da comunidade nas ruas.

Numa das áreas urbanas mais densamente ocupadas do mundo, em Copacabana, encontramos um caso que pode nos ajudar a esclarecer melhor a pertinência (ou não) do dilema. O crescimento do bairro acabou com as casas que davam para as ruas, no tempo em que os seus habitantes também se conheciam e botavam suas cadeiras nas calçadas. Os edifícios tomaram-lhes o lugar. A verticalização correu paralela ao crescimento demográfico. As mais diversas atividades passaram a coexistir, alimentadas pelos moradores que aumentavam sem cessar. Ao cabo de um certo tempo já não se poderia dizer mais que todos se conheciam. Foi impossível guardar tantos nomes, saber de tantas histórias ou acompanhar tantos destinos. O movimento crescente fez Copacabana virar a maior atração de si mesma. Todos sonhavam morar no bairro que tinha tudo. Mas diversidade era aliada de um relativo anonimato, libertando seu morador da conformidade social que lhe impunha o subúrbio ou a cidade pequena.

Apesar de tudo, não deixava de existir uma vida pública nas movimentadas ruas e nas concorridas calçadas e esquinas. As redes de relações pessoais tampouco deixaram de existir. Não incluíam mais a todos, mas recortavam o bairro em unidades discretas de vizinhança, contatos, circuitos de conhecimento e confiança, turmas de rua que podiam ser vistas agindo corporadamente, nem sempre dentro de cânones apropriados. As razões que levaram as pessoas a estarem ali podiam ser as mais diversas, mas seguramente todos tinham alguma razão para freqüentar as ruas.

O dilema que opõe a rua tradicional ao Condomínio fechado, afinal se revela como uma formulação maniqueística e simplificadora das opções que a vida numa grande metrópole oferece aos que nela vivem. Para o horror do racionalismo urbanístico, descobrimos em Copacabana a mesma flexibilidade de espaços e apropriações possíveis que caracterizava o sistema de classificação politético da forma urbana tradicional, mas aliado à privacidade, individualização e à variedade de alternativas que são os traços distributivos do viver modernamente.

A lição que retiramos da análise detida do Catumbi e da Selva de Pedra, nos diz, em primeiro lugar, que só podemos compreendê-los enquanto tipos e modos de vida urbana, quando os vemos na posição relativa que ocupam sobre o eixo contínuo da evolução do Rio de Janeiro. Aí um dos polos pode ser representado pelo Catumbi. É o Rio do século XIX, que continua a existir fragmentariamente nesse tipo de centro de bairro, cada vez mais confinado, e identificado com o gênero de vida que a Zona Sul rejeitou. No outro estariam os condomínios exclusivos que pululam na Barra da Tijuca e são o lugar comum mais recente do *marketing* habitacional da modernidade, apregoada como concepção de vida. A incorporação a esse meio urbano se fez através da propriedade imobiliária. Para ser cidadão, nesta "cidade feita sob encomenda" e que "você compra pronta", é preciso antes corresponder a uma ficção do planejador, do arquiteto e do empresário que lhe oferecem essa "opção irresistível". Para desfrutá-la é ne-

cessário apresentar um determinado nível de renda, de bom gosto e fazer questão de estar entre iguais, de gozar de absoluta segurança, de saber que há um lugar para cada coisa e que cada coisa está em seu lugar. Tudo isto associado à esperança de poder novamente conhecer os vizinhos, fazer contatos, confiar. Pairando sobre tais privilégios a ilusão de que, neste ambiente selecionado, a intimidade não corre riscos.

Entre os dois polos estão a Selva de Pedra, Copacabana, e os conjuntos do Ferro de Engomar e da Rua do Chichorro. A utilização que fizemos para essa exposição da idéia de um eixo contínuo onde se distribuiriam os diversos casos considerados, não deve, no entanto, inspirar projeções determinísticas. Nenhuma fatalidade, nenhuma predestinação existe aí. Só o planejamento racionalista acredita ser essa disposição uma tendência irrecorrível da evolução urbana.

Voltamos à hipótese. Antes de fazer uma avaliação do problema do lazer, cabe tratar da suposta diferença entre os meios urbanos “espontâneos” e planejados. Esta é uma falsa questão. Catumbi e Copacabana não são espontâneos, se com isso queremos dizer que não seguiram espécie alguma de plano ou ordem. Mas, considerar planejamento como sinônimo de racionalismo arquitetônico e urbanístico, é também um equívoco. A questão passa a ser como planejar, a partir de que pressupostos planejar e com que objetivos.



Centro do Catumbi

As teorias de inspiração racionalista e progressista desconhecem o fato de que o meio urbano caracterizado pela diversidade só aparentemente é uma ordem perdulária. Por isso acreditam simplificar o processo da vida urbana, eliminando os pontos de estrangulamento e os dispêndios inúteis. Uma ilusão. Se o planejador tem razão quanto ao estar simplificando, isso não garante que o desempenho das funções urbanas se torne menos custoso. Sua prática racionalizadora é analítica. Com ela pretende chegar às formas elementares do urbano, que acredita existentes também na diversidade tradicional, ainda que de maneira impura. E aí é que está sua ilusão. O resultado da análise empreendida não são elementos simples. O seu caráter fundamental não passa de convenção discutível. Na realidade cada um desses elementos já é ele mesmo uma síntese, quer dizer, é, por natureza, complexo.

O mundo das práticas cotidianas tem desafiado abertamente a paixão racionalista. O lazer é o melhor exemplo disto, juntamente com o trabalho. A idéia de que se devam construir espaços próprios para cada uma destas funções não parece, em geral, absurda. E no entanto, como é fácil problematizar essa distinção!

Sabemos que é possível convertê-las mutuamente. Bastaria carregar determinados traços, acentuar diferentemente a mesma seqüência de ações, para que se viesse a mudar de categoria. Nossa etnografia do Catumbi demonstrou quantas atividades oscilavam ambigüamente entre o lazer e o trabalho. Ou mesmo, quantos espaços podiam ser transformados em outros pelo simples modo de estar neles. Mas para isso é preciso que não sejam muito especializados, pois a especialização da forma só pode ser correlata da especialização do seu conteúdo. As duas coisas não são separáveis, a não ser na visão filosófica clássica que é dualista, reconhecendo, como separadas, essência e existência.

Só com a condição de distinguir no espaço uma dimensão formal descolada da essência funcional, se justifica a ilusão de uma forma que seja melhor para determinada categoria de atividade(s). Assim, só não é de lazer o espaço que de fato jamais é apropriado por uma atividade considerada de lazer no sistema classificatório de uma determinada sociedade ou cultura.

O estacionamento, nas cercanias do viaduto do Catumbi é um bom exemplo. Para uns significa lazer, para outros trabalho. Outros ainda o identificam como cumprindo um papel na circulação. A rua é melhor ainda, por isso é mais rica e mais importante. Afinal de contas, é um dos logradouros públicos essenciais da forma urbana. A prova disso pode ser tirada tentando imaginar uma cidade, sem imaginar ruas.

Se o mundo urbano é um equipamento potencial de lazer, quanto mais complexo e diversificado, tanto mais plenamente pode ser apropriado para este fim. Planejar espaços para fins de lazer não é construir campos de futebol, ciclovias, ou criar áreas verdes. É cultivar um meio urbano cujas ruas permitam jogar uma "pelada", andar de bicicleta, ou simplesmente passear à sombra. O planejar é cultivar no sentido primeiro da palavra; acompanhar o dia-a-dia, intervir dia a dia na escala do dia-a-dia.

"When streets turn into houses" is an interdisciplinary analysis of the appropriation of urban spaces. Its proposal: to compare, in Rio de Janeiro, a traditional district center with a new area, entirely planned according to modern parameters and conceptions. Considering this purpose, the choice fell on the districts of Catumbi and the so-called "Selva de Pedra". Catumbi developed since the 19th century, receiving Portuguese and Italian immigrants as well as gypsies. Seen as an obsolete and urbanistically inconvenient structure, the district was deemed to eradication by an urban renewal plan, in 1964. Later, during the research (1979), it underwent a new assault from the state authorities in charge of the implantation of that plan. Almost neighboring the C.B.D., the district increased in value even more through the opening of a tunnel which brought it quite near to the richest area in Rio and, subsequently, directed towards it the interest of real estate capital. "Selva de Pedra" emerged, in the beginning of the seventies, in the most highly valued area of the town and occupies the place of a squatter settlement, which succumbed to the governmental action of removal. It represents, furthermore, the result of rationalistic planning of modern centers, which makes it suitable for the comparison with Catumbi. The methodology of the work intends to ally the architectonic and urbanistic experience to the peculiar approach of social anthropology. Its problem: to study, in the cases selected – Catumbi and "Selva de Pedra" – the different characteristics of collective spaces for recreation. From this comparative aspect are considered the purposes and projects of rationalistic-oriented policies of urban planning. Catumbi's ethnography embraces the system of categories, values and activities that guides the appropriation of spaces within the everyday practices of the dwellers. This system may be represented through a matrix where several sociological principles converge. *House* and *street*, *public* and *private*, *male* and *female*, precisely together with *work*, *housing* (dwelling) and *recreation* are the most important of the categories that build the perception, cognition and pragmatic operation of the social spaces in the daily life of its population. These categories help to distinguish the different spaces, qualifying them as social. The resulting classificatory device, however, does not correspond with the rigid functionalistic conception schemes of the urban space, like those of "Selva de Pedra", controlled for the research. The functional and semantic diversity of the collective spaces, in Catumbi, stands in diametrical opposition to the physical and social dimensions of "Selva de Pedra" with its exclusive functions and unique meanings. The two kinds of urban centers, though, show themselves different mainly in the conception of public life, in the collective spaces. In "Selva de Pedra" prevails a heteronomous scope of social relations. These are determined by regulations that keep the space itself under control, establi-

shing rules for its appropriation. In Catumbi, the same social relations are of a quite autonomous kind, based on a polemic intersubjectivity. The users of the space negotiate the nature of appropriation in accordance with their daily activities. Thus, recreation belongs to a context of relations based on dialogue, linked to any other activity, quite likely to occur within the most distinct spatial dimensions, as long as it complies with the limits established by the daily negotiation of the rules, in street politics. These rules are, at the same time, shared and flexible. The present analysis wants to show, precisely, the contexts in which these regulating principles are applied, since they are the base to understand the relativity of what can be called recreation. In urban situations marked by a heteronomous establishment of rules, there is one rigid and univocal concept as to what is considered recreation activities. Special spaces, therefore, are needed for them, supposed to provide an *optimum* efficacy. The social situations where diversity prevails, however, show immoderate claims regarding proposals of this kind of planning. Suddenly, the collective spaces and their appropriation by a community of dwellers appear like a complex process of meaning attribution, and this process constitutes a permanent exercise of power. For this reason, the users of collective spaces continue disposing of the urban sphere in which they live, making choices, yielding to convincing arguments, imposing restrictions, and determinating functionalities. The basis of this capacity lies in the most simple and fundamental principle of citizenship: the joint action, as a result from the plural dialogue which enlargens the scope of possibilities and, at the same time, the diversity, as structural principle of the urban.

“Cuando la calle se convierte en Casa” es el análisis interdisciplinario sobre cómo se adaptan los espacios urbanos. Parte de la siguiente propuesta: comparar el centro de un barrio tradicional con una área nueva, completamente planificada siguiendo los parámetros y concepciones modernas, ubicados en Rio de Janeiro. Para ese fin se escogieron Catumbi y Selva de Pedra. Catumbi es un barrio que se desarrolló a partir del siglo XIX, recibiendo inmigrantes portugueses, italianos y gitanos. Considerado obsoleto y de condiciones urbanas indeseables se propuso su erradicación en 1964 através de un plan de renovación urbana. En la época de la investigación (1979) sufría un nuevo ataque por parte de los organismos estatales encargados de la implantación del mencionado plan. El barrio está muy próximo al centro de la ciudad y se valorizó aún más después de que se construyó un túnel que lo situó a dos pasos del área más rica de Rio de Janeiro, colocándolo en la mira de los intereses del capital inmobiliario. Selva de Pedra surgió a comienzos de la década del 70, en la mejor área de la ciudad y ocupa el lugar donde estaba un tugurio (favela) que fué víctima de la política de erradicaciones del gobierno estadual. Además de lo anterior, también representa el fruto de la planificación racionalista del ambiente moderno urbano. Por ese motivo se prestaba perfectamente para compararlo con Catumbi. La metodología del trabajo procura combinar el conocimiento arquitectónico y urbanístico con los aspectos propios de la antropología social. El problema a tratar es el siguiente: estudiar en los casos seleccionados — Catumbi y Selva de Pedra — tanto las propiedades como las diferenciais que presenta el uso de los espacios colectivos dedicados al esparcimiento. A partir de esa visión comparativa se pasan a evaluar las hipótesis y las propuestas planteadas por las políticas de inspiración racionalista de la planificación urbana. El estudio de los aspectos etnográficos de Catumbi se dedica al análisis del sistema de categorías, valores y actividades y que proporciona las informaciones sobre cómo se adaptan los espacios en la vida cotidiana de los residentes del barrio. Este sistema puede esquematizarse a través de una matriz en la que se entrecruzan algunos principios sociológicos. La *casa* y la *calle*, lo *público* y lo *privado*, lo *masculino* y lo *femenino* que conjuntamente con *trabajo*, *vivienda* y *esparcimiento* son las principales categorías que le dan estructura a la percepción, al conocimiento y a la operación práctica de los espacios sociales, dentro de la vida diaria de su comunidad. Ellas vienen a disminuir la insensibilidad arquitectónico-urbanística de los espacios, dándoles aquel significado que los hace más humanos. Sin embargo, la matriz clasificadora que resulta, no corresponde a los esquemas rígidos de las concepciones funcionales sobre el espacio urbano, tal como ellos se encuentran en la Selva de Pedra, asunto de examen de la investigación. La variedad funcional y semántica que hay en los espa-

cios comunes en Catumbi se opone diametralmente a los rasgos físicos y sociales de Selva de Pedra con sus funciones exclusivas y sus significados únicos. No obstante, los dos tipos de medios urbanos se presentan bien diferentes, principalmente en lo que se refiere al concepto de vida pública, dentro de los espacios colectivos. En la Selva de Pedra predomina una dimensión en que el intercambio directo y la voluntad de los residentes tienen muy poca expresividad. Las relaciones son determinadas por reglamentos que mantienen el propio espacio bajo su control, legislando sobre la adecuación del mismo. En Catumbi, esas mismas relaciones sociales expresan un carácter de autonomía cuyo fundamento está representado por la inter-subjetividad polémica. Los que utilizan el espacio realizan las negociaciones sobre sus diferentes formas de adaptación dentro de la rutina diaria. Debido a ello el esparcimiento se encuentra dentro de un contexto de relaciones basadas en el diálogo y ligado a cualesquiera de las demás actividades, pudiendo aparecer dentro de los más variados perfiles del espacio urbano, siempre y cuando obedezca a los límites trazados por la negociación cotidiana de las reglas establecidas por la *política callejera*. Dichas reglas al tiempo que son compartidas también son flexibles. Precisamente el trabajo pretende mostrar los contextos donde se aplican tales principios reguladores pues justamente con base en ellos es que se podrá comprender y verificar el grado de relatividad de los significados dados a la categoría esparcimiento. Dentro de las condiciones urbanas regularizadas por una planificación racional legisladora se le atribuye un significado rígido y unívoco a lo que debe considerarse como actividades de esparcimiento. Dentro de ese significado, dichas actividades deben desarrollarse dentro de espacios especializados, con capacidad de proporcionarles un redimiento *máximo*. Las situaciones sociales donde predomina la diversidad, entretanto, revelan las pretensiones de las propuestas de ese tipo de planificación. De repente, los espacios colectivos y su adaptación por una comunidad de residentes surge como un complejo proceso para darle sentido. Ese proceso se constituye en un ejercicio permanente de poder. Gracias a él, los usuarios del espacio colectivo continúan con el poder de disponer sobre el medio urbano en que viven, seleccionando, cediendo a argumentos convincentes, imponiendo restricciones y determinando funcionalidades. La base de esa capacidad descansa en el principio más simple y fundamental que tiene la ciudadanía: la acción conjunta, que resulta de los debates que amplían el campo de las posibilidades y con ellos, la diversidad, principio estructural de lo urbano.

“Où la rue devient la maison” est une analyse disciplinaire de l’appropriation des espaces urbains. Sa proposition: comparer un centre de quartier traditionnel avec une unité de voisinage projetée entièrement selon des paramètres et conceptions modernes, à Rio de Janeiro. Suivant ce but, on a choisi, respectivement, les quartiers Catumbi et “Selva de Pedra”. Catumbi s’est développé depuis le XIX siècle, recevant des immigrants portugais, italiens et des tsiganes. Considéré préréimé et de qualités urbanistiques douteuses, ce quartier fut condamné à l’éradication par un plan de rénovation urbaine, en 1964. Plus tard, pendant la recherche (1979), il a souffert un nouveau assaut de la part des autorités estatales chargées de l’implantation de ce plan. Très proche de l’aire centrale des affaires, le quartier se valorisa encore plus après la construction d’un tunnel qui le mit à quelques pas de l’aire la plus riche de Rio, ce qui attira sur lui l’attention du capital immobilier. “Selva de Pedra” parut, au commencement des années de 70, dans la meilleure aire de la ville, et occupe la place d’un bidonville qui céda à la politique de déplacement du Gouvernement de l’État de Rio de Janeiro. Il représente, de plus, le fruit d’une planification rationaliste de centres urbains modernes. C’est pourquoi il sert parfaitement pour la comparaison avec Catumbi. La méthodologie du travail cherche à lier la connaissance architectonique et urbanistique à l’abordage particulier de l’anthropologie sociale. Son problème: étudier, dans les cas choisis – Catumbi et “Selva de Pedra” – le caractère propre et différentiel de l’usage des espaces collectifs destinés à la récréation. Cette vue comparative constitue la base pour l’évaluation des présuppositions et des propositions de la politique d’inspiration rationaliste, dans la planification urbaine. L’ethnographie de Catumbi s’occupe du système de catégories, valeurs et activités données par l’appropriation des espaces, dans la pratique quotidienne des habitants du quartier. Ce système peut être traduit par une matrice où se concentrent certains principes sociologiques. *Rue et maison, public et privé, masculin et féminin*, conjointement avec *travail, habitation et récréation*, ce sont les catégories qui structurent la cognition et opération pragmatique des espaces sociaux, dans la vie quotidienne de la population. Ils découpent la matérialité architecturale et urbanistique des espaces, en leurs donnant la signification qui en fait des choses sociales. La matrice classificatoire résultante, cependant, ne correspond pas aux schémas raides des conceptions fonctionnalistes de l’espace urbain, comme on les trouve à “Selva de Pedra”, cas contrôle de la recherche. La diversité fonctionnelle et sémantique des espaces collectifs, à Catumbi, s’oppose diamétralement aux découpages physiques et sociales de “Selva de Pedra”, avec ses fonctions exclusives et significations univoques. Les deux types de centre urbain, pourtant, se révèlent différents surtout en ce qui concerne la conception de la

vie publique dans les espaces collectifs. À "Selva de Pedra" prédomine une dimension hétéronome des relations sociales. Elles sont déterminées par des règlements qui maintiennent l'espace même sous contrôle, établissant des lois pour l'appropriation. À Catumbi, ces relations sociales, elles-mêmes, ont un caractère d'autonomie, fondé sur l'intersubjectivité polémique. Ceux qui utilisent l'espace négocient les formes de son appropriation au jour-le-jour. Ainsi la récréation se trouve dans un contexte de relations fondées sur le dialogue et liée à d'autres activités quelconques, pouvant se manifester dans les plus divers lieux de l'espace urbain, dès qu'elle obéisse aux limites tracés par la négociation quotidienne des règlements, dans la *politique de la rue*. Ces règlements sont, en même temps, partagées et flexibles. Le travail veut montrer, précisément, les contextes d'application de ces principes régulateurs, puisque c'est sur cette base que l'on pourra comprendre et relativiser le sens de la catégorie récréation. Les situations urbaines marquées par une planification rationaliste légiférante cherchent à produire une signification raide et univoque de ce que doit être considéré comme récréation. Elles ont besoin donc d'espaces spécialisés, supposés d'être capables de leurs présenter un *optimum* de rendement. Les situations sociales où prédomine la diversité, pourtant, montrent la prétention démesurée de ce type de planification. Tout à coup les espaces collectifs et leur appropriation par une communauté d'habitants, apparaissent comme un processus complexe d'attribution de sens. Ce processus constitue un exercice permanent de pouvoir. Grâce à lui, les usagers de l'espace collectif continuent à disposer du centre urbain dans lequel ils vivent, faisant des choix, cédant à des arguments convainquants, imposant des restrictions et déterminant des fonctionnalités. Le fondement de cette faculté se trouve dans le principe le plus simple et fondamental de la citoyenneté: l'action conjointe, résultant du dialogue plural qui amplifie le champ du possible et, avec lui, la diversité, qui est le principe structural de l'urbain.

“Quando a Rua Vira Casa” é uma análise interdisciplinar da apropriação de espaços urbanos. Sua proposta: comparar um centro de bairro tradicional com uma área nova, inteiramente planejada de acordo com parâmetros e concepções modernas, no Rio de Janeiro. Com essa finalidade foram escolhidos, respectivamente, o Catumbi e a Selva de Pedra. Catumbi é um bairro que se desenvolveu, a partir do século XIX, recebendo imigrantes portugueses, italianos e ciganos. Considerado obsoleto e de qualidades urbanísticas indesejáveis, teve a sua erradicação proposta por um plano de renovação urbana em 1964. Na ocasião da pesquisa (1979) sofria um novo assalto por parte dos órgãos estatais encarregados da implantação deste plano. Muito próximo da ACN, o bairro se valorizou ainda mais com a abertura de um túnel que o deixou a dois passos da área mais rica do Rio, o que fez se voltarem para ele os interesses do capital imobiliário. A Selva de Pedra surgiu, no começo da década de 70, na melhor área da cidade e ocupa o lugar de uma favela, vitimada pela política de remoções do Governo estadual. Representa, além disso, o fruto do planejamento racionalista de meios urbanos modernos. Por esse motivo se prestava perfeitamente à comparação com o Catumbi. A metodologia do trabalho procura aliar o conhecimento arquitetônico e urbanístico à abordagem peculiar da antropologia social. Seu problema: estudar, nos casos escolhidos — Catumbi e Selva de Pedra — o caráter próprio e diferencial do uso de espaços coletivos, quando voltado para o lazer. A partir dessa visão comparativa, são avaliados os pressupostos e as proposições das políticas de inspiração racionalista, no planejamento urbano. A etnografia do Catumbi se ocupa do sistema de categorias, valores e atividades que informa a apropriação dos espaços, na prática cotidiana dos moradores do bairro. Este sistema pode ser traduzido por meio de uma matriz onde se cruzam certos princípios sociológicos. *Casa e rua, público e privado, masculino e feminino*, juntamente com *trabalho, habitação* (morar) e *lazer* são as principais dessas categorias que estruturam a percepção, cognição e operação pragmática dos espaços sociais, na vida diária da sua população. Servem para recortar a materialidade arquitetônico-urbanística dos espaços, conferindo-lhes o significado que os torna sociais. A matriz classificatória resultante, no entanto, não corresponde aos rígidos esquemas das concepções funcionalistas do espaço urbano, tal como são encontrados na Selva de Pedra, caso de controle da pesquisa. A diversidade funcional e semântica dos espaços coletivos, no Catumbi, se opõe diametralmente aos recortes físicos e sociais da Selva de Pedra com as suas funções exclusivas e significados únicos. Os dois tipos de meio urbano, entretanto, revelam-se diferentes, principalmente, no que diz respeito à concepção da vida pública, nos espaços coletivos. Na Selva de Pedra, predomina uma dimensão heterônoma das relações sociais. Elas são determinadas por regulamentos que mantêm o próprio espaço sob controle, legislando a respeito de sua apropriação. No Catumbi, essas mesmas relações

sociais têm um caráter de autonomia, cujo fundamento é a intersubjetividade polêmica. Os que usam o espaço negociam as formas de sua apropriação no dia-a-dia. Assim, o lazer se encontra num contexto de relações baseadas no diálogo e ligado a qualquer uma das demais atividades, podendo ocorrer dentro dos mais diversos recortes do espaço urbano, desde que obedeça aos limites traçados pela negociação cotidiana das regras, na *política da rua*. Estas regras são, ao mesmo tempo, compartilhadas e flexíveis. O trabalho pretende mostrar, precisamente, os contextos de aplicação desses princípios reguladores, pois, é com base neles que se poderão compreender e relativizar os significados da categoria lazer. Em situações urbanas pautadas por um planejamento racionalista legiferante, há um significado rígido e unívoco do que devem ser consideradas atividades de lazer. Para elas têm de existir, portanto, espaços especializados, supostamente capazes de lhes proporcionar um *optimum* de rendimento. As situações sociais onde predomina a diversidade, entretanto, revelam a pretensão desmedida das propostas desse tipo de planejamento. De repente, os espaços coletivos e a sua apropriação por uma comunidade de moradores, surgem como um processo complexo de atribuição de sentido. Este processo constitui um exercício permanente de poder. Graças a ele, os usuários do espaço coletivo continuam a dispor do meio urbano em que vivem, fazendo escolhas, cedendo a argumentos convincentes, impondo restrições e determinando funcionalidades. A base dessa capacidade está no princípio mais simples e fundamental da cidadania: a ação conjunta, resultante do diálogo plural que amplia o campo do possível, e, com ele, a diversidade, princípio estrutural do urbano.

- Albuquerque, Leila;
Magger, Pedro;
Pavel, Paulo
1979
"Cidade Nova, Um Caso de Urbanização Anti-Democrática", *Cadernos Urbanos em Questão*, CAFAU, UFRJ.
- Alexander, Christopher
1969
"La Ciudad No Es Un Árbol" in "*Aspectos de Matemática y Diseño*", Barcelona Tusquets.
- Arendt, Hannah
1972
"*Entre o Passado e o Futuro*", São Paulo, Perspectiva.
- Baudrillard, Jean
1972
"A Moral dos Objetos, Função – Signo e Lógica de Classe" in *Semiologia dos Objetos*, Petrópolis, Vozes.
- Briggs, Ada
1972
"O Conceito de Lugar" in "*A Humanização do Meio Ambiente*", São Paulo, Cultura.
- Collier, John, Jr.
1973
"Antropologia Visual: *A Fotografia como Método de Pesquisa*", São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo.
- Costa, Lúcio
1979
Entrevista em "Pampulha", *Revista de Arquitetura, Arte e Meio Ambiente*, Ano I, n.º 142, Buenos Aires.
- Da Matta, Roberto
1978
"O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter 'Anthropological Blues' in Nunes, E. (org) "*A Aventura Sociológica*", Rio de Janeiro, Zahar.
- 1979
"*Carnavais, Malandros e Heróis*", Rio de Janeiro, Zahar.
- Douglas, Mary
1972
"Symbolic Orders in the Use of Domestic Space", in Ucko, P.J.; Tringham, R. and Dimbleby, G.W. (eds.), "*Man Settlement and Urbanism*", Cambridge, Schenkman.
- Durkheim, E.
1970
"*Sociologia e Filosofia*", Ed. Forense, Rio.
- Durkheim, E. & Mauss, M.
1903
"De Quelques Formes Primitives de Classification", "*Anée Sociologique*", n.º 6, Paris, Félix Alcan.

- Goffman, Erving
1975
"Estigma", Rio de Janeiro, Zahar.
- Halbwachs
1946
"La Morphologie Sociale", Presses Universitaires de France.
- Jacobs, Jane
1973
"Muerte y Vida de las Grandes Ciudades Norte-Americanas", Madri, Península.
- Mauss e Beuchat
1974
"Ensaio sobre as Variações Sazonais nas Sociedades Esquimó" in *Sociologia e Antropologia*, EPU – EDUSP, São Paulo.
- Needham, R.
1979
"Symbolic Classification", California, Goodyear.
- Perelman, Ch. e
Olbrechts – Tyteca, L.
1976
"Traité de L'Argumentation", Bruxelas, L'Université de Bruxelles.
- Ryan, Alan
1977
"Filosofia das Ciências Sociais", Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Sahlins, Marshall
1978
"Culture and Practical Reason", Chicago, Chicago University.
- Santos, Carlos Nelson F. dos
1977
"Três Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro", *Religião e Sociedade*, nº 2, São Paulo, Hucitec.
- 1979 a
"Entre Rio de Janeiro y Brasília, la Arquitectura de Siempre", SUMMA, nº 142, Buenos Aires.
- 1979 b
"Três Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro", tese apresentada ao PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.
- Simmel, Georg
1968
"The Stranger" in Wolff, K. (ed.) "The Sociology of Georg Simmel", New York, Free Press.
- Swartz, Marc
1968
"Introdução" a "Local-Level Politics", Chicago, Aldine.
- Turner, Victor W.
1957
"Schism and Continuity in an African Society", Manchester, Manchester University Press.
- 1969
"The Ritual Process", Chicago, Aldine.
- Velho, Gilberto
1978
"Observando o Familiar" in Nunes, E. (org.) "A Aventura Sociológica", Rio de Janeiro, Zahar.